



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO

NEOLAM MARCELO BARBOSA DE MORAES

**A INSERÇÃO COMPETITIVA DE IPOJUCA À ECONOMIA MUNDO:
os entraves de uma lógica periférica**

RECIFE

2021

NEOLAM MARCELO BARBOSA DE MORAES

**A INSERÇÃO COMPETITIVA DE IPOJUCA À ECONOMIA MUNDO:
os entraves de uma lógica periférica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e Análise Regional.

Orientador: Prof^o. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M828i Moraes, Neolam Marcelo Barbosa de.
A inserção competitiva de Ipojuca à economia mundo : os entraves de uma
lógica periférica / Neolam Marcelo Barbosa de Moraes. - 2021.
136 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Globalização – Aspectos econômicos. 3. Economia regional –
Portos. 4. Áreas portuárias. I. Cozic, Bertrand Roger Guillaume (Orientador). II.
Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-078)

NEOLAM MARCELO BARBOSA DE MORAES

**A INSERÇÃO COMPETITIVA DE IPOJUCA À ECONOMIA MUNDO: os entraves
de uma lógica periférica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Regionalização e Análise regional.

Aprovada em: 31/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Felipe Luís Maciel da Silva (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial aos meus pais Napoleão e Luiza por todo apoio, amor e compreensão.

A Betânia, João e Maria pela parceria no dia a dia.

Aos meus queridos amigos e colegas que em algum momento dessa trajetória, mesmo que breve, repassaram um pouco da atenção e do conhecimento para que esse projeto se concretizasse.

Aos meus colegas da Pós-Graduação em Geografia da UFPE.

Ao meu orientador Prof. Dr. Bertrand Cozic, por toda disponibilidade, apoio e compreensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

A cada docente que eu tive a oportunidade de participar da sua disciplina durante o decorrer do curso.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Dutra e ao Prof. Felipe Maciel pela disponibilidade em fazer parte da minha banca como avaliadores.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização dessa Dissertação.

Em 1492, os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que estavam nus, descobriram que deviam obediência a um rei e a uma rainha de outro mundo e a um deus de outro céu, e que esse deus havia inventado a culpa e o vestido e que havia mandado que fosse queimado vivo quem adorasse o Sol e a Lua e a terra e a chuva que molha essa terra.(GALEANO, 2012, p. 324).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender como o empreendimento Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, através do processo de desterritorialização das comunidades campesinas e tradicionais inseridas no território do complexo, tem impactado tais comunidades e agravado o desordenado processo de urbanização em curso no município de Ipojuca. O CIPS, um novo e moderno sistema técnico, foi materializado para atrair grandes investimentos produtivos e promover uma maior inserção competitiva, não só de Pernambuco, mas do país à economia mundo. No entanto, com a consolidação do CIPS na primeira década do século corrente, o processo de desapropriação do território, iniciado nos anos 1970 para a implantação do complexo, se intensificou. Comunidades campesinas e tradicionais remanescentes do sistema técnico sucroalcooleiro passaram a ter os seus modos de vida desorganizados ou desconstruídos devido ao violento processo de desterritorialização praticado pela gestão portuária. Tal processo tem impactado os modos de vida dessas comunidades, como também, contribuído para o desordenado processo de urbanização em curso no município de Ipojuca. O método escolhido foi o materialismo histórico e dialético, pois melhor se enquadra na dinâmica territorial em curso.

Palavras – chave: mundialização; território; portos; técnica.

ABSTRACT

The present work has as general objective to understand how the Suape project - Governador Eraldo Gueiros Port Industrial Complex, through the process of deterritorialization of peasant and traditional communities inserted in the territory of the complex, has impacted such communities and aggravated the disorderly process of urbanization underway in the municipality of Ipojuca. The CIPS, a new and modern technical system, was materialized to attract large productive investments and promote greater competitive insertion, not only from Pernambuco, but from the country to the world economy. However, with the consolidation of the CIPS in the first decade of the current century, the process of expropriation of the territory, initiated in the 1970s for the implementation of the complex, intensified. Peasant and traditional communities remnant of the sugar-alcohol technical system started to have their ways of life disorganized or deconstructed due to the violent process of deterritorialization carried out by the port management. This process has impacted the ways of life of these communities, as well as contributing to the disorderly urbanization process underway in the municipality of Ipojuca. The method chosen was historical and dialectical materialism as it best fits the current territorial dynamics.

Keywords: globalization; territory; ports; technique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Grandes Navegações: viagens dos países ibéricos	25
Figura 2 -	Divisão das novas terras pelo Tratado de Tordesilhas	31
Gráfico 1-	Evolução da população indígena no Brasil	33
Figura 3 -	Domínio de mares de morros	39
Figura 4 -	Territorialização da população indígena pelo Nordeste	40
Figura 5 -	Mapa que mostra o recorte da costa da Capitania de Pernambuco entre os estuários dos rios Ipojuca e Capibaribe	42
Figura 6 -	Litoral de Pernambuco no Atlas do Brasil (1640)	43
Figura 7 -	Ritual de antropofagia	49
Figura 8 -	Gravura do Acoradouro de Suape de 1635 (Museu de Amsterdam)	54
Figura 9 -	Sítios históricos prospectados no Cabo de Santo Agostinho e na Baía de Suape	55
Figura 10 -	Engenho Real (Imagens do Brasil Holandês - Frans Post) ...	56
Figura 11 -	Canavial e Usina Salgado	67
Figura 12 -	Usina Ipojuca	68
Quadro 1	Comparação entre fordismo e toyotismo	78
Figura 13 -	"HMM Algeciras" (Um dos maiores navios do mundo com 400m de comprimento e capacidade de transportar 23964 TEUs).....	84
Figura 14 -	Estuário de Suape e adjacências antes do CIPS	93
Figura 15 -	CIPS o novo sistema técnico hegemônico	94
Figura 16 -	Zoneamento do CIPS sobreposto aos engenhos	95
Figura 17 -	Marco Zero (área revitalizada do Porto do Recife)	100
Quadro 2 -	Implantação do CIPS (Anos 1970)	102
Quadro 3 -	Consolidação do porto externo (Anos 1980)	103
Figura 18 -	Instalações de acostagens do porto externo	104
Quadro 4 -	Consolidação do porto interno (Anos 1990)	105
Figura 19 -	Instalações de acostagens do porto interno	106
Quadro 5 -	Consolidação do CIPS	107

Figura 20 -	CIPS Zoneamento de áreas para expansão	108
Figura 21 -	Território Estratégico do CIPS	110
Figura 22 -	Pescador em manguezal no Estuário de Suape	113
Figura 23 -	Barcos da comunidade pesqueira transferida para a Vila Suape	114
Figura 24 -	Postos de venda de produtos camponeses de um dos engenhos do que hoje é o CIPS	116
Figura 25 –	Destruição de casa de famílias campesina pelo CIPS	120
Figura 26 –	Vila Nova Tatuoca.....	121
Figura 27 –	Peixe Mero morto na praia de Suape.....	122
Figura 28 –	Barramento do Rio Tatuoca.....	123
Figura 29 –	Protesto da comunidade pesqueira que atua no estuário de Suape.....	124
Figura 30 –	Protesto da Comunidade de Mercês contra o pedágio no CIPS.....	125
Figura 31 –	Denúncia do Fórum Supae no Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	125
Figura 32 –	Crescimento urbano desordenado em Ipojuca.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População da Freguesia de São Miguel de Ipojuca comparadas a de outras freguesias da Mata Úmida	53
Tabela 2 -	Crescimento das trocas comerciais internacionais (1950-1999, 1990: base 100)	83
Tabela 3 -	Indicadores socioeconômicos de Ipojuca	90

LISTA DE SIGLAS

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CIPS	Complexo Industrial Portuário de Suape
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOE	Industrialização Orientada para Exportação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIBM	Produto Interno Bruto Municipal
TEU	Equivalência a um contêiner de 20 pés

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	METODOLOGIA	19
2	MUNDIALIZAÇÃO, ATIVIDADE CANAVIEIRA E DINÂMICA TERRITORIAL DE IPOJUCA	24
2.1	AMÉRICA: CONFRONTO DAS DIFERENTES VISÕES DE MUNDO.....	24
2.2	BRASIL: DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS.....	31
2.3	O MEIO ECOLÓGICO DA MATA SUL: ESPAÇO DE EXISTÊNCIA DOS CAETÉS.....	38
2.4	FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IPOJUCA ENQUANTO ESPAÇO PERIFÉRICO: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CAETÉS E A IMPOSIÇÃO DA LÓGICA MERCANTILISTA.....	46
2.5	READEQUAÇÃO PRODUTIVA DA PLANTATION CANAVIEIRA AO CAPITALISMO INDUSTRIAL.....	58
3	MUNDIALIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, PORTOS E NOVA DINÂMICA TERRITORIAL EM IPOJUCA.....	69
3.1	INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: DO FORDISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	72
3.2	RELAÇÃO CIDADE-PORTO E INTEGRAÇÃO PRODUTIVA.....	82
3.3	EVOLUÇÃO PORTUÁRIA BRASILEIRA.....	87
3.4	DINÂMICA TERRITORIAL DE IPOJUCA: A DIALÉTICA ENTRE A NOVA E A VELHA TEMPORALIDADE TÉCNICA.....	89
3.4.1	CIPS: O novo sistema técnico hegemônico.....	97
3.4.2	A temporalidade técnica não hegemônica: camponeses e comunidades tradicionais.....	112

4	A PERMANÊNCIA DE UMA LÓGICA PERIFÉRICA.....	118
4.1	PRINCIPAIS IMPACTOS NO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CAMPESINAS E TRADICIONAIS.....	119
4.2	ALGUNS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELO CIPS...	122
4.3	RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES IMPACTADAS PELO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CIPS.....	124
4.4	IMPACTO DO CIPS NA DINÂMICA TERRITORIAL URBANA DE IPOJUCA.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
	REFERÊNCIAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela é fruto de uma inquietação que se justifica não apenas como fruto das dúvidas que surgem para um pesquisador em relação ao seu objeto empírico, mas também, da visão de mundo de um adolescente entusiasta da Geografia e da História, que viveu em Recife durante as décadas de 1980 e 1990, o qual observava atentamente a configuração contraditória presente na paisagem da capital pernambucana e em sua região metropolitana. Tal contradição era expressa pela grande quantidade de comunidades carentes que surgiam como enclaves em meio de bairros de classe média alta, como Boa Viagem, com seus luxuosos arranha-céus, e se expandiam dominando a paisagem da periferia da capital e de parte do seu entorno metropolitano.

Essa dialética presente na paisagem parecia, para o olhar de um observador curioso através das janelas dos ônibus que percorria bairros da capital, ou do antigo trem que viajava até o Cabo (Cabo de Santo Agostinho), imutável. Em meio a uma crise inflacionária que dominava o país, e dominava também os noticiários de TV junto a famosa dívida externa brasileira, procurava explicação para tais inquietações. O espanto vinha a tona ao entender o papel de destaque da atividade canavieira na economia de Pernambuco, como também, naquele processo de exclusão social. Ao mesmo tempo, não percebia novas indústrias se instalarem no Estado, ao contrário, muitas vezes até fechavam as suas portas em meio àquela grande crise conjuntural, que mais tarde vim a entender que também era estrutural, devido a readequação produtiva do capitalismo imposta pela lógica neoliberal, e que repercutia inclusive nas condições financeiras da família.

Ao me formar em 2005 no curso de Licenciatura em Geografia, durante o período que passei a morar no interior e que passei a exercer a docência, me chamou a atenção aquele boom de investimentos instalados no CIPS, noticiados entusiasmadamente pela mídia da época. Sentia uma certa euforia ao pensar que aquela nova dinâmica socioeconômica iria transformar a realidade da Grande Recife e de Pernambuco, diminuindo os bolsões de miséria então existentes. Como também, transformaria a realidade socioeconômica dos municípios que tanto observava enquanto adolescente e que agora sediavam um faraônico polo de desenvolvimento, supostamente trazendo mais emprego, moradia digna, educação de qualidade e outras benesses para toda a população.

No entanto, vários anos se passaram, e minhas idas ao CIPS se tornaram frequentes ao levar meus alunos para visitação. Me debrucei então a observar e analisar o processo em andamento com mais atenção, na sua essência. Então percebi que a nova dinâmica econômica industrial se somava a arcaica e secular heranç a da plantation, tornando a dinâmica socioespacial em curso, principalmente no município de Ipojuca, um híbrido entre o velho e o novo e que, com as suas peculiaridades, mantinha elementos de antigas formas de dominação, exploração e exclusão.

Neste contexto, duas realidades me chamaram atenção para o tema, a primeira diz respeito a dinâmica territorial no interior dos 13.500 ha do território do que hoje é o CIPS, marcada por tensões fundiárias entre a gestão do complexo industrial-portuário e as antigas comunidades campesinas e tradicionais que habitam há várias gerações os engenhos e o estuário de Suape. Tal dinâmica territorial vem impactando intensamente nos modos de vida dessas comunidades, devido a violentos processos de desterritorialização dessas pela gestão portuária e, contraditoriamente, de exposição das comunidades   vulnerabilidade social, quando deveriam estes habitantes serem os primeiros a terem as suas dignidades respeitadas por sofrerem fortemente os impactos negativos advindos do CIPS. A segunda diz respeito a contradição existente entre o PIBM de Ipojuca e alguns indicadores socioeconômicos do município. Devido a consolidação do CIPS atualmente PIBM de Ipojuca é o terceiro maior do Estado de Pernambuco, no entanto, o município possui alguns dos piores indicadores sociais da região metropolitana do Recife, quando, ao contrário, seus indicadores sociais deveriam estar entre os primeiros.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O contexto histórico-econômico que é idealizado, implantado e consolidado o CIPS está relacionado ao contexto da economia-mundo da segunda metade do século XX e as suas repercussões no Brasil. Na atual etapa da mundialização do capital, para muitos autores denominada de globalização, a concorrência entre os territórios   cada vez mais acirrada. O Estado, através de uma política de desenvolvimento regional materializada por seus três entes federativos, busca urgentemente atrair fluxos de investimentos produtivos que promovam o desenvolvimento regional e a inserção do território nacional   economia mundo. Para tanto, o território regional   inventariado para identificar o lugar que possua mais virtudes a ser aproveitado pelas atuais

demandas do meio-técnico-científico- informacional. Assim, o Estado visando atrair o desenvolvimento, planeja e normatiza o território, realiza investimentos estruturadores, concede créditos fiscais ou monetários, disponibiliza por vezes lotes do seu espaço territorial a custo baixo ou zero para que a iniciativa privada se instale. A soma das ações do Estado para viabilizar modernos sistemas técnicos que promovam uma maior inserção competitiva à economia mundo, converte bilhões e bilhões de reais em lugares estratégicos, para que esses sejam dotados de um conjunto de fixos para atrair os fluxos da economia mundo.

Ademais, a segunda metade do século XX, foi para o Estado de Pernambuco, um período de perda de protagonismo econômico frente a outros Estados da Região Nordeste e do Brasil. A principal atividade econômica do Estado, a indústria sucroalcooleira, herança da época colonial, vinha gradativamente entrando em decadência, o que interferia diretamente na economia do Estado. Era necessário que se desenvolvesse então uma nova base produtiva para que ele voltasse a crescer de maneira consistente, como também, retomasse o seu protagonismo econômico histórico a nível nacional. Acrescentasse ainda, o esgotamento operacional que o Porto do Recife apresentava frente ao aumento de movimentação de cargas e ao estrangulamento da mobilidade urbana no centro do Recife. Portanto, se fazia cada vez mais urgente um novo porto para Pernambuco.

Neste contexto, após estudos preliminares apontarem para necessidade de um porto e de um novo e moderno polo industrial em Pernambuco, ele foi idealizado e implantado no estuário de Suape e em seu entorno, o CIPS. Segundo a concepção de porto-indústria existente em Marseille-Fos, na França e em Kashima, no Japão, O CIPS começou a ser implantado oficialmente em 1974, quando tem a sua pedra fundamental inaugurada, mas só a partir de 1978 é criada a empresa, se inicia as desterritorializações das comunidades campesinas e tradicionais ali enraizadas e a construção do complexo, para que em 1983 se iniciasse de maneira tímida as suas operações portuárias. No entanto, devido à crise financeira mundial que atingiu o Brasil na década de 1980 e 1990, a consolidação do CIPS, enquanto complexo portuário-industrial, só se efetivaria na primeira década do século corrente. O CIPS se consolidou a partir da construção da Refinaria Abreu e Lima, da Petroquímica Suape e do Estaleiro Atlântico Sul, sendo um novo sistema técnico frente ao decadente sistema técnico da atividade sucroalcooleira enraizada na região de Ipojuca desde a década de 1570.

Isto posto, vale destacar que a atividade canavieira representa uma rugosidade marcada pelo violento processo da economia escravista-colonial (plantation canavieira), adaptada ao século XX pela concentradora dinâmica econômica da então indústria sucroalcooleira. Tais atividades possuem uma dívida social histórica para com as comunidades que habitam o território do que hoje é o CIPS, pois concentraram riqueza às custas da opressão dos povos originários, africanos escravizados e outros grupos, através de formas de precarização do trabalho no campo, que atravessaram séculos até os nossos dias, como o meeiro, o foreiro, o posseiro e, mais recente, o proletário das usinas de açúcar.

Nos engenhos inseridos no território do que hoje é o CIPS, como é comum na Zona da Mata pernambucana, campesinos (meeiros, parceiros, foreiros e poceiros), como também, comunidades tradicionais (quilombolas e comunidades pesqueiras), resistem para garantir os seus modos de vida que foram passados de geração para geração. Esses grupos sociais são produto da contradição histórica do sistema técnico sucroalcooleiro herdeiro dos engenhos banguês e real. Representa a antiga temporalidade técnica que perdeu a sua hegemonia como principal vetor da dinâmica socioespacial de Ipojuca com a implantação do CIPS. A nova temporalidade técnica hegemônica (CIPS) impõe sobre a velha temporalidade técnica a sua força através de violento processo de desterritorialização em curso.

As comunidades campesinas e tradicionais por terem os seus modos de vida baseados na zona rural, quando desterritorializadas através de baixas indenizações e precárias moradias, sofrem para se adaptarem a nova realidade da zona urbana, por conseguinte, garantir a sobrevivência, agravando assim o processo de urbanização desordenado já em curso em Ipojuca.

Isto posto, se coloca como o problema que motiva a pesquisa em tela, os impactos sofridos pelas comunidades campesinas e tradicionais devido ao processo de desterritorialização movido pelo CIPS, como também, as consequências desses processos na dinâmica espacial urbana de Ipojuca.

A questão então a ser formulada é: Como o processo de desterritorialização das comunidades campesinas e tradicionais que habitam ou habitavam o território oficial do CIPS tem impactado as comunidades atingidas, como também, agravado o já desordenado processo de urbanização do município de Ipojuca?

Para responder a questão problema partimos das seguintes hipóteses:

- As comunidades campesinas e tradicionais estão sendo impactadas por terem seus tradicionais modos de vida desorganizados ou desconstruídos através do processo de desterritorialização, compensados por indenizações irrisórias, assentamentos agrícolas distantes de Ipojuca, habitacionais em espaço urbanos com residências pequenas, sem conforto térmico e sem estarem atrelados as antigas ocupações de sustento das famílias atingidas, tendo as famílias que se adaptarem na maior parte dos casos a dura realidade da vida urbana inflacionada pela especulação econômica em curso provocada pelo CIPS.
- O processo desordenado de urbanização em curso no município de Ipojuca vem sendo agravado pela transferência de famílias que moravam antes no território onde hoje é o CIPS. Com seus modos de vida desorganizados ou desconstruídos, as famílias que são estabelecidas na zona urbana estão tendo dificuldade de se adaptarem a novas lógicas de sobrevivência, as mesmas encarecidas pelo custo de vida urbano alavancado pelo efeito CIPS, agravando assim problemas urbanos como desemprego, trabalho informal, criminalidade e favelização.

Transportando tais hipóteses para os objetivos desse estudo é possível inferir que a política de gestão da autoridade portuária implementada pelo CIPS não está sendo compatível com os grandes desafios inerentes a realidade em questão, sejam estes desafios fundiários, ambientais ou de integração produtiva, principalmente no sentido de promover a interiorização do desenvolvimento a partir do CIPS. Isso posto, sendo o CIPS uma empresa pública, o Estado de Pernambuco tem se esforçado para através do CIPS atrair mais investimentos produtivos no sentido de maximizar as possibilidades, favorecendo a imposição de lógicas exógenas sobre as lógicas endógenas. Tal realidade sugere uma mudança de modelo de gestão portuária para que possa mitigar ao máximo os impactos negativos sobre o território.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Compreender como o CIPS, através do processo de desterritorialização das comunidades camponesas e tradicionais inseridas no território do complexo, tem impactado tais comunidades e agravado o desordenado processo de urbanização em curso no município de Ipojuca, contextualizando o processo de desterritorialização atual como mais uma violência atrelada às lógicas exógenas do processo de mundialização do capitalismo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apreender no processo histórico de formação territorial de Ipojuca ligado à economia mundo, em suas fases colonial e imperialista, como a então economia agrário-exportadora canavieira impôs sobre o território a violência atrelada às lógicas exógenas sobre as lógicas endógenas.
- Descrever, segundo o novo período do processo de mundialização capitalista, a dinâmica das principais temporalidades técnicas que disputam o território, no caso, o CIPS enquanto temporalidade técnica hegemônica e as comunidades camponesas e tradicionais enquanto temporalidades técnicas não-hegemônicas.
- Identificar como o processo de desterritorialização em curso imposto pela temporalidade técnica hegemônica tem impactado negativamente as comunidades camponesas e tradicionais e agravado o já desordenado processo de urbanização em curso no município de Ipojuca.

1.3 METODOLOGIA

No sentido de atender às demandas dos objetivos propostos, procuramos adequar da melhor maneira possível o caminho metodológico, já que “não há metodologias ‘boas’ ou ‘más’ em si, e sim metodologias adequadas ou inadequadas” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 160). O método escolhido foi o materialismo histórico dialético, já que o mesmo “Valoriza a contradição dinâmica do

fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens”. (CHIZZOTTI, 2000 apud OLIVEIRA, R., p. 23). Neste percurso optamos por uma análise espaço-temporal, pois entendemos que a relação espaço-tempo é intrínseca ao entendimento da dinâmica do espaço geográfico. Neste sentido:

Tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo um enfoque espacial isolado ou enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal. (SANTOS, 2008c, p. 252).

No objeto empírico o enfoque espaço-temporal será bem aproveitado devido o mesmo apresentar rugosidades dos primórdios do processo de formação espacial brasileiro e, tais rugosidades, estarem atreladas a agentes ativos no processo de conflito em tela.

Levando em consideração o contexto da pandemia do Covid-19 que interferiu na rotina de sociedade como todo, durante a nossa rotina de pesquisa não foi diferente. Os estudos de campo foram resumidos, sendo feitas três visitas de observação de campo, uma antes do início da pandemia e duas em 2021. Portanto, embora tais visitas tenham sido relevantes no sentido de apontar elementos observacionais e promover uma interação informal com três das 28 comunidades então inseridas no CIPS, a maior parte dos dados e informações coletados foram através de pesquisas bibliográficas e documentais. Neste sentido foram pesquisados trabalhos acadêmicos já produzidos a respeito da temática; autores conceituados que fornecessem elementos sobre o processo de ocupação territorial do Brasil, Pernambuco e Ipojuca; autores que fornecessem elementos sobre o atual período da mundialização do capital; autores que tratam da temática da dinâmica portuária no contexto da mundialização do capital, além de documentos e relatórios oficiais sobre a temática em questão.

A dimensão em tamanho territorial, em infraestrutura, em números, os impactos sociais positivos e negativos e a velocidade em que o processo de consolidação se realiza, faz do CIPS um grande laboratório de pesquisa para que pesquisadores de várias áreas da ciência possam se debruçar sobre temas relacionados ao complexo, contribuindo não só para a produção do conhecimento, mas, também, para gerar subsídios que possam dar suporte à sociedade, ao poder público e ao próprio CIPS

sobre os caminhos a seguir em direção a um modelo portuário que priorize as lógicas territoriais endógenas em detrimento das exógenas.

Em Geografia, alguns trabalhos sobre o tema foram analisados, cada um deles traz preciosas contribuições acerca do objeto empírico, já que cada pesquisador se debruça sobre o tema segundo o seu ângulo e seu caminho metodológico, adaptando o mesmo no percurso da sua pesquisa. No nosso caso, segundo os primeiros contatos com o tema e a primeira visita ao campo de pesquisa, foi constatado o desconhecimento da população da região em relação a ancestralidade indígena e ao violento processo que ocorreu em relação a etnia Caetés, a “guerra justa” deflagrada contra essa etnia na segunda metade dos anos 1500, que exterminou cerca 70 000 mil indígenas em 5 anos, tendo a outra parte fugido para o interior ou inserida no processo de exploração de mão-de-obra nos engenhos que em seguida foram erguidos na hinterlândia do estuário de Suape. Neste sentido, o que o tempo distancia da memória coletiva o processo da mundialização aproxima, em relação a violência imposta sobre o lugar.

O mesmo sistema técnico ou temporalidade técnica que produziu camponeses e comunidades tradicionais, protagonistas da resistência em curso contra lógicas exógenas ao lugar atreladas ao CIPS, é o mesmo (salvo as suas adaptações para resistir através do tempo) que desterritorializou ou exterminou os Caetés; é o mesmo que desterritorializou compulsoriamente povos africanos para introduzir nas plantations da atividade canavieira em Ipojuca. Neste sentido, se fez um esforço para trazer à luz no estudo em tela, que a violência do processo de desterritorialização em andamento no território que hoje é o CIPS, só pode ser vista como algo novo na região quando focamos o último período da mundialização do capital a partir da escala local, já que, no período, a consolidação do CIPS é o grande evento. Porém, quando consideramos que esse é apenas mais um período da totalidade em movimento, ou seja, da mundialização do capitalismo, o evento CIPS e o processo de desterritorialização que a ele se atrela, se torna mais um evento de violência imposto por lógicas exógenas no lugar.

Portanto, a pesquisa em questão além de um requisito avaliativo é um instrumento de produção do conhecimento que deve ser disponibilizado para os sujeitos envolvidos. Isso posto, o nosso ângulo e nosso caminho percorrido foi direcionado também para resgatar as semelhanças existentes entre o novo e o velho e uni-las historicamente através do processo de mundialização do capitalismo,

contribuindo para preencher o que para nós é uma lacuna.

Diante do exposto, o trabalho em tela se divide em cinco capítulos, os quais tiveram as suas abordagens produzidas de modo a atender os objetivos específicos e, assim, contemplar a nossa principal missão: atingir o objetivo principal. Para tanto, no capítulo que segue abordamos o processo ao qual o município de Ipojuca teve suas bases históricas fundadas, no primeiro período da mundialização do capital, o Colonial. Através de uma gradativa abordagem escalar tratamos o contexto mundo em que foram iniciadas as grandes navegações, suas repercussões a nível de América e Brasil, para então inserirmos neste contexto, Ipojuca. Explorando o processo da economia agrário-exportadora através do período colonial, destacando a violência da lógica mercantilista ao pôr em prática o processo de extermínio e desterritorialização dos Caetés para dá lugar a economia canavieira.

Em seguida, ainda no mesmo capítulo, destacamos as readequações dessa atividade para o processo de industrialização, quando surgem as usinas de açúcar, porém, mantendo uma dinâmica de concentração econômica através de formas de exploração da mão-de-obra e de ações paternalistas do Estado brasileiro, as quais, possibilitaram a sobrevivência do sistema técnico sucroalcooleiro até entrar em decadência na região de Ipojuca a partir das décadas de 1960/70, possibilitando nos antigos engenhos adquiridos pelas usinas a consolidação das comunidades campesinas e tradicionais. O capítulo dois, relaciona as comunidades campesinas e tradicionais ao sistema técnico não-hegemônico presente em Ipojuca, o sucroalcooleiro, já que são fruto da contradição deste sistema.

No capítulo três é apresentada a dinâmica das duas temporalidades técnicas em conflito no território do que hoje é o CIPS, como também, são contextualizadas à última etapa do processo de mundialização, comumente denominado de globalização ou meio-técnico-científico-informacional, preferimos usar o termo miltoniano. Neste contexto, destaca-se a nova dinâmica portuária como sistema técnico essencial em meio as novas demandas do neoliberalismo, do regime de produção flexível. Ademais, é apresentado o contexto econômico que fez o CIPS realidade.

No quarto capítulo, é abordado o impacto do processo de desterritorialização nas comunidades e nos seus modos de vida. Com seus modos de vida desorganizados ou desconstruídos, tais comunidades, ao serem desterritorializadas, muitas estão se transferindo para o espaço urbano morando em habitacionais construídos pelo próprio CIPS, porém, que não favorecem as comunidades com os

mesmos meios de sobrevivência ou de moradia que antes, tendo que se adaptarem a dura realidade do já desordenado espaço urbano de Ipojuca. O custo de vida elevado pelo efeito inflacionário-CIPS, no que diz respeito a alimentos, aluguéis e casa própria, agrava ainda mais a situação das famílias, o que por conseguinte agrava a problemática urbana do município.

Neste percurso teórico, na conclusão, relacionamos o processo de desterritorialização em curso, no que diz respeito a violência (com suas devidas peculiaridades), ao processo de desterritorialização dos Caetés, escravização indígena e africana, além de formas de exploração do trabalho agregado e proletário. Devido ao próprio transcorrer do tempo, a memória coletiva dos camponeses, quilombolas e comunidades pesqueiras não conseguem se apoderar do violento processo de desterritorialização indígena, escravização e exploração do trabalho. Algo que com certeza iria fortalecer o atual processo de resistência frente as novas desterritorializações, pois tal processo é apenas mais um no caminhar da História do município. Este é o principal motivo do nosso percurso teórico através do processo de mundialização apresentado no trabalho em tela, contribuir com subsídios teóricos unindo o velho e o novo para poder agir no presente e pensar o porvir, muito embora essa união dialética já esteja materializada no território. E, tal violência, além de ser inerente ao processo de expansão do capital, é agravada pelo modelo de gestão portuária exercido na prática e pela complacência do Estado.

2 MUNDIALIZAÇÃO, ATIVIDADE CANAVIEIRA E DINÂMICA TERRITORIAL DE IPOJUCA

Ipojuca é um dos poucos municípios brasileiros a ter sua dinâmica territorial atrelada ao processo de mundialização do capital desde seu primeiro período, o colonial. As rugosidades do período colonial ainda resistem no território através de camponeses e comunidades tradicionais que habitam nos antigos engenhos e usinas que “apagaram o fogo” após períodos de dificuldades econômicas. Estas comunidades são fruto da contradição da economia agrário-exportadora açucareira que protelou a sua existência através da exploração da força de trabalho e de ações paternalistas do Estado ou do poder central. Na atualidade, tais engenhos, somados ao estuário de Suape, fazem parte do território que hoje é o CIPS, principal polo de desenvolvimento econômico do Nordeste, e estão sendo desterritorializadas para dar lugar a funcionalidade demandada pelo complexo industrial-portuário.

Desta maneira, o capítulo em curso visa evidenciar os ciclos de violência atrelados ao processo de mundialização, que impõe a violência das lógicas exógenas, estranha ao lugar, sobre as lógicas endógenas. Tal como acontece hoje um violento processo de desterritorialização das comunidades campesinas e tradicionais para dar lugar ao novo sistema técnico hegemônico representado pelo CIPS, também aconteceu com os indígenas da etnia Caetés para que nos seus territórios onde exerciam os seus modos de vida fosse implantada a plantation canavieira para atender as lógicas externas do mercantilismo.

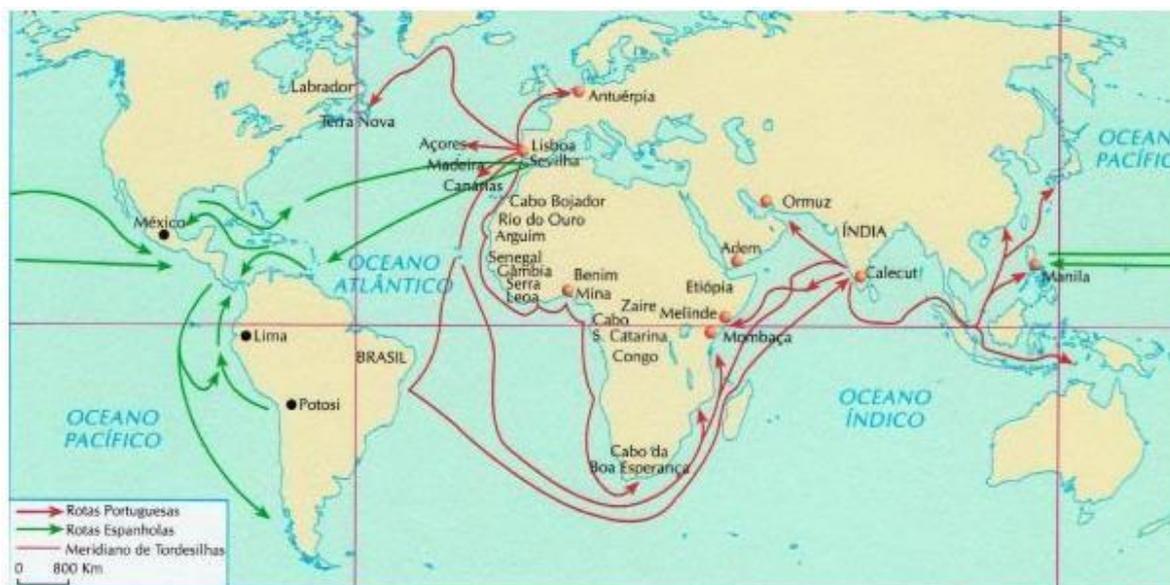
2.1 AMÉRICA: CONFRONTO DAS DIFERENTES VISÕES DE MUNDO

As grandes navegações que ocorreram entre os séculos XV e XVII, foram motivadas, principalmente, pelos anseios dos países ibéricos de encontrar uma nova rota para o lucrativo comércio das Índias devido à inviabilidade da rota do mediterrâneo. Segundo Furtado (2004, p. 11),

O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.

Portanto, a procura de novas rotas comerciais objetivando chegar ao Oriente teve como principal consequência a expansão do horizonte geográfico europeu em direção a novos espaços até então desconhecidos, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Grandes Navegações: viagens dos países ibéricos.



Fonte: <https://beduka.com/blog/materias/historia/o-que-foram-as-grandes-navegacoes>. Acessado em: 20/07/2021.

Mundos diferentes e tempos diferentes foram dialeticamente confrontados através da intermediação das técnicas hegemônicas europeias que atendiam à lógica de acumulação e expansão do capital. Os novos espaços invadidos passaram a ser compulsoriamente integrados à lógica colonial mercantilista, marcando o início da mundialização do sistema capitalista e suas várias repercussões espaciais, sejam elas comerciais, políticas, técnicas, culturais-ideológicas e ambientais.

As viagens de Colombo em 1492, a serviço da Espanha, de Vasco da Gama, em 1498 e, a de Pedro Alvarez Cabral, em 1500, ambas a serviço de Portugal, marcam o coroamento do protagonismo desses dois países nas Grandes Navegações, corrida marítima-comercial iniciada com o pioneirismo português ao conquistar Celta em 1415. Segundo Vicentino (1997, p. 220),

(...)sob a dinastia de Avis, percebendo a importância do desenvolvimento do comércio para o progresso do país e o fortalecimento do Estado, passou a estimular as atividades mercantis. Uma das medidas de incentivo adotadas pelo governo foi a criação da Escola de Sagres, um centro de sistematização e ensino dos conhecimentos e técnicas de navegação, dirigida pelo infante D. Henrique, filho do rei D. João I.

Destarte, neste contexto, a América é inserida. Ao vislumbrarem pela primeira vez as suas paisagens, os colonizadores europeus se depararam, segundo a sua visão de mundo, com um meio ecológico selvagem, embora, para os diferentes povos que habitavam o continente americano, a relação com o meio estivesse estabelecida segundo lógicas sintrópicas. Parte de um mundo além-mar que os europeus desconheciam até 12 de outubro de 1492, quando Cristovam Colombo chega acidentalmente à ilha por ele batizada de São Salvador, nas Bahamas-América Central.

À primeira que encontrei, nomeei San Salvador (ilha Watling) em comemoração a Vossa Alta Majestade, ao qual maravilhosamente tudo isto se deve; os índios a chamam de Guanahaní; à segunda pus o nome de ilha de Santa Maria de Conceição (Cayo Rum); à terceira de Fernandina (IslaLong); à quarta de Isabela (IslaCrooked); à quinta de ilha Juana (Cuba), e assim a cada uma um novo nome. (COLOMBO, 1493).

O choque de tempos muito diferentes, mundos muito diferentes, separados pelo Atlântico, não teria sido jamais possível, pelo menos naquele período, se não tivesse havido o acúmulo de conhecimento das técnicas de navegação, o desenvolvimento de novos instrumentos tecnológicos náuticos pelos países ibéricos, além de um contexto político, comercial e geográfico favorável, principalmente, para Portugal, país pioneiro das grandes Navegações. Pedro Alvarez Cabral, ao desembarcar em 22 de abril de 1500 em Porto Seguro, na Bahia, compartilhava da mesma visão de mundo que Colombo ao chegar na América Central, a de quem chegou no “paraíso”.

(...)Suas terras são altas, e nela há muitas serras e montanhas altíssimas, incomparáveis às da ilha de Tenerife; todas belíssimas, de feições, e todas acessíveis, e cheias de altas árvores de mil espécies que parecem chegar ao céu; e ouvi dizer que jamais lhes caem as folhas, segundo pude entender, pois as vi tão verdes e belas como são em maio na Espanha, e estavam floridas, com frutos maduros, ou em outros estágios; e, no mês de novembro, cantava o rouxinol e outros passarinhos de mil espécies por ali onde eu andava. (...) Nesta, há muitas especiarias, e grandes minas de ouro e de outros metais. (COLOMBO, 1493).

Portanto, uma paisagem de uma natureza exuberante se apresentava diante dos olhos do colonizador e este lançava sobre os espaços invadidos intencionalidades de formalização de suas territorializações, de apropriação, de exploração da fauna, da flora e dos minerais. Tais elementos, inclusive os povos autóctones, representava para visão de mundo mercantilista que atravessou o Atlântico, novos recursos a serem

comercializados, riquezas a serem acumuladas.

(...) Das coisas que eles têm, pedindo-se-lhas, jamais dizem não; pelo contrário, convidam a pessoa consigo e demonstram tanto amor que dariam os próprios corações, e quer seja algo de valor, ou seja coisa de pouco preço, trocam logo por qualquer outra coisinha, de qualquer maneira, que eles se vão contentes. Eu defendi que não lhes dessem coisas tão reles, como pedaços de caldeirões furados, ou pedaços de vidro quebrado, ou alfinetes, pois quando eles recebiam isto, para eles parecia ser a melhor joia do mundo. Ocorreu haver um marinheiro que recebeu, por uma ponta de cadarço, o equivalente ao peso de ouro de dois castelhanos e meio; (...). (COLOMBO, 1493).

Neste sentido, a tão esperada rota comercial das especiarias até as Índias, descoberta através da viagem de Vasco da Gama ao contornar o Cabo da Boa Esperança, não teve o mesmo choque de tempos diferentes, mundos diferentes, de cultura diferentes que tiveram as viagens de Colombo e Cabral para a América. Afinal, o oriente já fazia parte do mesmo horizonte geográfico europeu, já estava incluso na lógica do mercantilismo. Destarte, diferente da maior parte da América, com a exceção das peculiaridades de civilizações como as Asteca, Maia e Inca. O que a Índia, como também, parte da Ásia, da África e parte da Oceania tivera em comum com a América, mais especificamente com o que veio a se tornar a América Latina, foi o de serem inseridos ao espaço periférico do capitalismo em seu processo de acumulação e expansão.

Diante do exposto, os colonizadores ao chegarem a América se depararam, salvo realidade encontrada nos territórios de civilizações como a Asteca, a Maia (já em declínio) e a Inca, com um meio ecológico onde a relação dos povos com a natureza se fazia sobre outras bases. A natureza disponibilizava os meios necessários para a sobrevivência dos povos autóctones de acordo com a sazonalidade das condições climáticas e das condições ecológicas espaciais em que determinados grupos se inseriam, tendo esses povos ações técnicas sobre o meio em que se mantinha uma lógica de equilíbrio.

Destarte, o mundo que estava além do Atlântico em 1492, a América para os pós-colombianos, já abrigava no final do século XV cerca de 80 milhões de habitantes. Seus ancestrais chegaram no continente ainda na época paleolítica a aproximadamente 50.000 a.C, em ondas migratórias através do estreito de Bering e de ilhas do Pacífico. Segundo Vicentino, estas e outras ondas ao longo da pré-história podem justificar as mais de 2.500 línguas diferentes que já existiam na América

quando teve início a conquista europeia do continente, o que evidencia a grande diversidade étnica já existente. Tais grupos estavam espalhados irregularmente pelo continente por uma imensa e rica diversidade espacial-ecológica, seja como povos nômades ou sedentários. Praticavam, além da coleta, a caça, a pesca, a agricultura e a domesticação de animais, estando a maior parte na passagem para o neolítico.

Havia de tudo entre os indígenas da América: astrônomos, canibais, engenheiros e selvagens da Idade da Pedra. Mas nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro nem o arado, nem o vidro e a pólvora, nem empregava a roda, a não ser em pequenos carrinhos. (GALEANO as veias abertas da América Latina apud VICENTINO 1997, p. 221).

A essa realidade o colonizador chamou de novo mundo, desconsiderando as sucessivas relações socioespaciais de sobrevivência existente entre os povos autóctones e entre estes e seus espaços territoriais.

Os povos nativos e os colonizadores tiveram inicialmente uma relação intermediada pela prática do escambo e estabelecida a partir de feitorias que eram criadas ao longo do litoral, onde se armazenavam os produtos tropicais extraídos até a chegada de embarcações para serem exportados para Europa. No entanto, logo que o colonizador se familiarizou com as características territoriais e culturais dos indígenas, o suficiente para localizar os recursos naturais e entender as fragilidades locais, deu início ao processo de colonização visando explorar as riquezas da nova terra, que, apesar da resistência indígena, não evitou intensos processos de desterritorialização, escravização, etnocídio e genocídio. Segundo Vicentino (1997, p. 30), “mais da metade dos cerca de 80 milhões de ameríndios que então se distribuíam por todo o continente acabaram mortos em pouco menos de um século de colonização”.

Para o processo de territorialização europeu na América ser efetivado, deu-se início ao povoamento, que, quase sempre, começou das áreas litorâneas para o interior. As vilas e cidades litorâneas normalmente eram elos portuários entre a colônia e a metrópole, por onde escoavam os produtos tropicais ou metais e pedras preciosas da sua hinterlândia, realidade típica das colônias de exploração. Nas colônias de povoamento, as vilas atendiam mais a necessidade de receberem fluxo de colonos e produtos manufaturados da metrópole. Destarte, regiões e vilas portuárias, como também, aquelas que apresentavam produtos lucrativos para serem explorados, foram as primeiras a sofrerem intensas transformações socioespaciais atreladas à

lógica dos atores hegemônicos mercantilistas europeus.

A imposição da lógica colonial no Novo Mundo, se iniciou de maneira intensa e sistemática, primeiro, dos espaços litorâneos para o interior e, depois, a partir das vilas que exerciam o papel de entrepostos comerciais e portuários. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a lógica das metrópoles se territorializavam do litoral para o interior, desterritorializava as lógicas endógenas, impondo o tempo das técnicas hegemônicas sobre o tempo das técnicas locais, ou seja, o processo de colonização ocorre através da submissão das lógicas endógenas às lógicas hegemônicas.

Cabe destacar que a resistência bélica indígena se impôs frente a invasão dos povos europeus ao continente, o que dificultou consideravelmente o processo de invasão destes. Neste sentido, se não fosse as várias doenças trazidas pelos europeus dizimando grandes parcelas dos povos indígenas, como também, as diversas percepções de territorialidades existentes entre os autóctones, as quais, não estimulava uma consciência de unidade frente ao invasor, fortalecendo assim as mobilizações de resistência, com certeza, o processo de ocupação europeia teria outros contornos socioespaciais. O próprio indígena teve um importante papel para a adaptação do colonizador as peculiaridades dos seus territórios, fornecendo conhecimento sobre a fauna, a flora, a geomorfologia, a hidrografia, o clima, como também, as suas técnicas de sobrevivência, hábitos e valores. Nesse sentido, vale destacar os tupis, segundo Dean, W. (1996, p.48), "Os europeus se tornariam quase dependentes deles para conhecer e explorar a nova terra. Infelizmente, contudo, os relatos europeus sobre a relação dos tupis com o ambiente são dispersos, imprecisos e preconceituosos".

Ademais, as animosidades existentes entre as diversas nações foram bem aproveitadas pelos colonizadores, conseguindo estes a aliança de contingentes locais para combater um inimigo em comum, ou mesmo, instigando rivalidades já existentes.

Diante do contexto, as diferentes percepções de escala territorial segundo a cultura de cada povo, parece ter sido decisiva em relação as consequências socioespaciais advindas da invasão dos povos europeus sobre o espaço continental do que veio ser chamado de América. Segundo Raffestin (1993, p. 143-144),

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Portanto, as grandes navegações resultam e, ao mesmo tempo, fortalecem a conscientização por parte do europeu em relação ao espaço global, como também, projetam sobre o mesmo as suas intencionalidades. A viagem de circo-navegação a qual Cristóvão Colombo acidentalmente chega a América, foi motivada a partir da consciência da “esfericidade” da Terra.

Tal consciência sobre a disposição do espaço terrestre foi tão assimilada pelos ibéricos que resultou na intencionalidade de divisão do espaço mundo entre Portugal e Espanha, através do tratado de Tordesilhas, ou seja, a partir da formalização de tais intencionalidades estabeleceram seus espaços de ação, seus espaços de poder.

A noção aproximada do espaço continental da América e nele seus possíveis recursos, estabelece entre os ibéricos a divisão do mesmo. Ademais, as partes do espaço americano que foram formalizadas como território de Portugal e da Espanha através do Tratado de Tordesilhas, já estavam fracionadas por diversas territorialidades e dinâmicas territoriais próprias exercidas pelos vários povos que já habitavam o continente há milhares de anos.

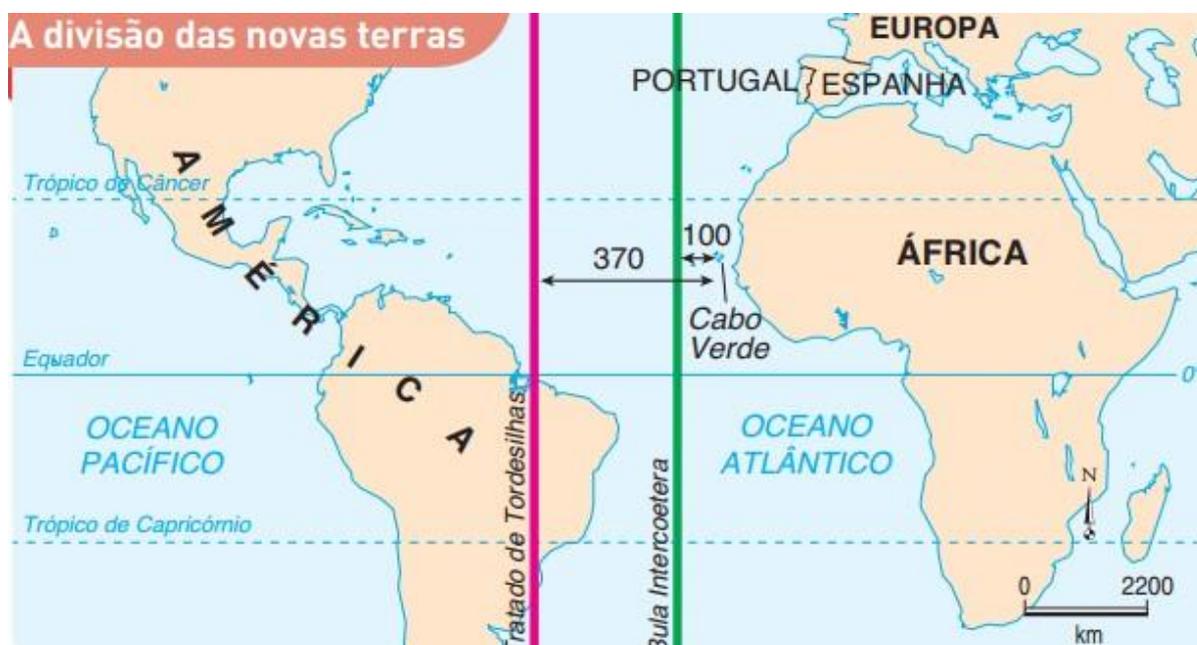
Também, tais territorialidades, não foram consideradas pelos europeus a partir do momento em que tiveram consciência da existência das mesmas. Isso caracteriza não só um processo de invasão, mas também, um processo de dismantelamento dos limites de diversos territórios já constituídos no interior do continente americano.

Disso evidencia-se que o fato dos povos indígenas não assimilarem o tamanho da escala espacial na qual os europeus (mais precisamente dos ibéricos) pautavam as suas intencionalidades, tão pouco as escalas territoriais em que se pautavam as ações dos invasores despertou nos povos autóctones o sentimento de unidade, sendo tal realidade decisiva para que a ocupação europeia se efetivasse sobre as diversas territorialidades já existentes.

2.2 BRASIL: DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Em 22 de abril de 1500, a frota comandada por Pedro Alvarez Cabral, composta por 13 navios e 1.500 homens chega ao litoral sul do Estado da Bahia. De acordo com os termos do Tratado de Tordesilhas que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, a chegada da esquadra de Cabral estabelece para a Coroa Portuguesa a posse das terras localizada a leste do meridiano de Tordesilhas, a 370 léguas de Cabo Verde (Figura 2).

Figura 2 – Divisão das novas terras pelo Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Viventino adaptado de: ARMENTO, B. et al. Across the centuries. Boston: Houghton Mifflin, 2003. p. 378.

Quando Pedro Alvares Cabral chegou as novas terras foi recebido pelos tupiniquins, que era apenas um dos vários grupos étnicos que já habitavam o Brasil através de um processo de povoamento que se iniciara a pelo menos 10.000 anos atrás, muito embora, existam achados arqueológicos encontrados no município de Central-BA e São Raimundo Nonato-PI, que direcionam para um período de ocupação ameríndia no Brasil superior a 50.000 anos.

Inicialmente se indicava a existência de dois grupos povoadores, os Tupis, que habitavam o litoral, e os tapuias, habitantes do interior que eram identificados pelos missionários jesuítas de “povos da língua travada”. Neste sentido, Vicentino (1997, P.

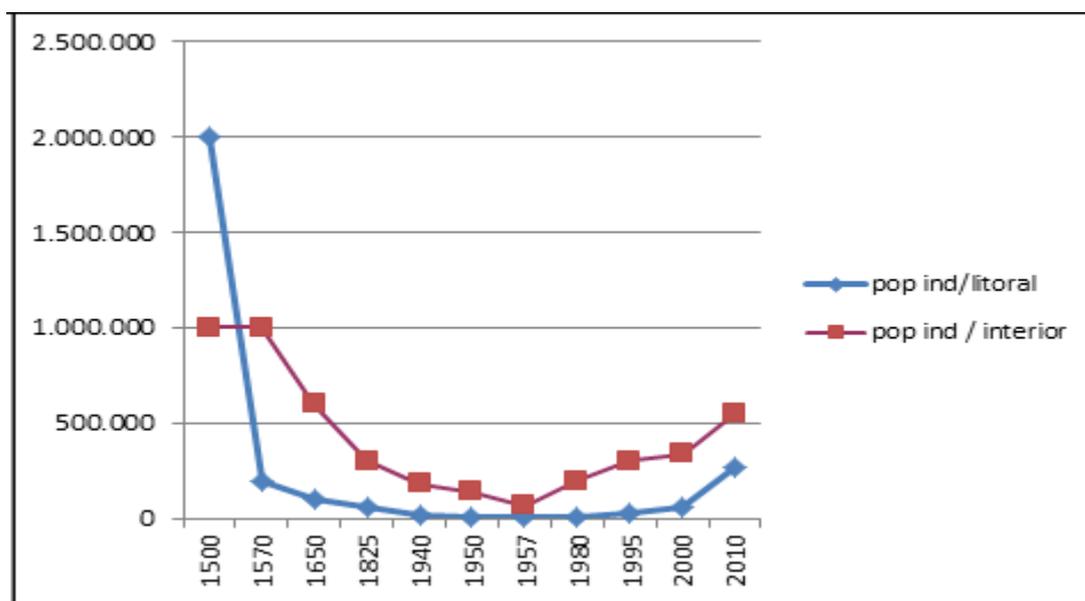
25), aponta que os estudos de Von Martins e Von den Stienen no século XIX, classificam além dos Tupis, os Jês, os Caraíbas e os Aruaques, estes, no caso, representando uma diversidade linguística entre os tapuias.

Vale ressaltar que dentro de um mesmo tronco ou família linguística existia a divisão de subgrupos que formavam nações, como por exemplo, os kaetés (caetés), os tabajaras e os potiguares, todos pertencentes ao tronco tupi que habitavam a costa oriental do Nordeste. Típico do processo de colonização estabelecido na América, no Brasil tal processo não fugiu à regra, os contatos entre portugueses e indígenas foram marcados por tempos distantes, no sentido de serem identificados pelo desenvolvimento e uso de aparatos técnicos peculiares de cada cultura, fato que teve decisivas consequências socioespaciais.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. (SANTOS, 2008a, p. 29).

Portanto, os meios técnicos de cada sociedade repercutiram na capacidade de relação, adaptação e transformação do meio ecológico, como também, no poder que cada sociedade teve de impor sobre a(s) outra(s) a sua força. Segundo Santos (2008b, p. 42), “A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida passíveis naquela área”. Portanto, o processo de colonização teve como repercussão direta a transformação sistemática da primeira natureza dominante pela segunda natureza, e o paralelo etnocídio ou genocídio sofrido pelos povos ameríndios da colônia. No Brasil o processo de genocídio foi tão forte que, entre 2 a 3,5 milhões de indígenas (Gráfico 1) que habitam o território em 1500, restam apenas 896, 9 mil, segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE, os quais, estão distribuídos por 305 etnias e falam 274 idiomas.

Gráfico 1 - Evolução da população indígena no Brasil



Fonte: Funai (2013)

De acordo com Vainfas (2007, p. 37) “A história de povoamento no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento”. O último censo demográfico realizado pelo IBGE (O Brasil indígena, 2010), “identifica indígenas de 5 anos ou mais, segundo o tronco linguístico, família linguística, e língua indígena nas terras indígenas”, neste caso, apenas dois grupos se enquadram em troncos linguísticos, os macro-jé e os tupis, um terceiro grupo é classificado como etnias de famílias linguísticas não classificadas em tronco e, um quarto grupo de etnias, que nem se classificam em troncos e nem em famílias linguísticas, é o caso das nações indígenas potiguara, atikum, pankararu, tuxa, xukuru-kariri, estabelecidas no Nordeste.

Entre estes, os tupis que habitavam todo o litoral brasileiro quando teve início o processo de colonização, foram os primeiros a estabelecerem relação com os europeus e sofreram as consequências desse contato.

A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como Paraguai, Guaporé, Tapajós, até suas nascentes. (RIBEIRO, 1995, p. 29).

A maior parte dessa área que por eles era habitada corresponde ao que é

originalmente o bioma da Mata Atlântica, que se estendia do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. Os tupis usufruíam da rica biodiversidade da Mata Atlântica para atender as suas necessidades de sobrevivência, no que diz respeito a caça, a coleta, a pesca e a matéria prima necessária para seus artefatos. Praticavam também a agricultura de subsistência itinerante e não entendiam a floresta como propriedade, mais sim, como casa, como abrigo enquanto povo sedentarizado. De acordo com Ribeiro (1995, p. 32):

Além da mandioca, cultivava o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive muitas árvores frutíferas, como o caju, o pequi, etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedras e limpado o terreno com queimadas.

A partir de 1500, com a chegada dos portugueses e a consequente descoberta do pau-brasil, a lógica de sobrevivência endógena passa a ser gradativamente alterada com o início do incipiente processo de ocupação portuguesa, que consistia em viagens pela costa com a finalidade de reconhecimento, patrulha e a prática do escambo realizada com algumas nações indígenas tupis que habitavam o litoral. De acordo com Vainfas (2007, p. 44-45): “As diversas “nações” Tupi que habitavam o litoral brasílico e parte do interior não mudaram radicalmente seus modos de vida durante as primeiras décadas do Século XVI, tempo em que prevaleceu o escambo do pau-brasil por diversas mercadorias europeias”. As mercadorias europeias eram objetos sem valor para os europeus, miçangas coloridas e espelho, instrumento de ferro, a exemplo de machado e até armas de fogo (VAINFAS, 2007, p. 45). Para os nativos, os objetos adquiridos através do escambo, em si, já representavam uma funcionalidade, a do vislumbre, a do encantamento que os fizeram alterar a sua lógica de trabalho em prol de intencionalidades alheias às suas necessidades. Os novos instrumentos técnicos adquiridos pelos indígenas possibilitaram com que a ação desses sobre o meio fosse mais eficiente, acelerando a extração do pau-brasil e o seu embarque nos navios ancorados ou o carregamento até feitorias instaladas no litoral que serviam como guarnição do território e entreposto comercial para a prática do escambo.

Apesar dos portugueses instalarem várias feitorias ao longo do litoral, estas não foram suficientes para conter os crescentes ataques à costa brasileira feitos desde

os primeiros anos do Século XVI, principalmente por franceses, que visavam além do pau-brasil, a posse de terras da colônia portuguesa, já que eles, ingleses e holandeses, contestavam o tratado de Tordesilhas. Tal realidade forçou os portugueses a mudar de estratégia quanto a sua colônia americana, sob o risco de perder o território que até então não fora “povoado” de maneira efetiva através do povoamento português. Segundo Furtado (2004, p. 12),

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Nestas últimas prevalecia o entendimento que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado.

Assim, a prática do escambo que garantiu um relacionamento inicial entre os nativos e os colonizadores durante as três primeiras décadas da colônia ou pré-colonização, foi gradativamente substituída pela nova lógica de relação territorial que viria a ser implantada. Segundo Erthal (2011, p. 258), “dada a cobiça de potências rivais nessas terras, o Estado Português resolveu iniciar o processo de colonização a fim de garantir, sem riscos, a sua possessão obtida em Tordesilhas (1494)”. Portanto, as intencionalidades da metrópole portuguesa foram alteradas para atender a urgente necessidade de ocupar o território e garantir a soberania sobre o mesmo. De acordo com Hermann (2007, p. 21), “A decisão de dar início à ocupação do Brasil conjugou uma estratégia que objetivava garantir as rotas para as Índias e, de forma mais imediata, expulsar os franceses que assediavam a costa desde o início do século XVI”. Para Prado Júnior (2004b, p. 23),

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

Como estratégia para iniciar o povoamento e, assim, a ocupação territorial de maneira efetiva, a coroa portuguesa resolve implantar o sistema de capitanias hereditárias. Para Hermann, (2007, p. 23),

O sistema de capitanias hereditárias adotado por Portugal tencionava estabelecer mecanismos de efetivo controle sobre o litoral atlântico de suas terras americanas e assim doadas 14 donatárias, com 50 ou 100 léguas de costa cada uma, entre 1534 e 1536, para promover a ocupação do Brasil.

Na prática, as capitânicas foram doadas como condição de exploração e desenvolvimento econômico, não de posse, mas, às custas dos donatários deveriam ficar os gastos com ações para promover o povoamento e o desenvolvimento da sua capitania. Caberia ao donatário a concessão de 10 léguas de terra não contíguas, tendo que destinar as demais para doações sob a forma do instituto jurídico português, as sesmarias (ERTHAL, p. 259 apud SILVA 1990). Para incentivar o povoamento e a ocupação territorial da sua capitania o donatário fazia a doação de sesmarias para fidalgos da nobreza portuguesa, pessoas que tivessem recursos para bancar o compromisso de desbravar as terras que lhe eram confiadas através da agropecuária, sob a pena de perder o direito de concessão sobre a mesma, caso não cumprisse, a sesmaria era devolvida para que fosse encaminhada a outro sesmeiro, o que na prática, quase nunca acontecia.

Das 15 capitânicas doadas apenas as de São Vicente e Pernambuco prosperaram. Tais capitânicas apresentavam clima tropical úmido associados a solos férteis (terra roxa e massapê), condições ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, especiaria muito valorizada na Europa desde a época das cruzadas. Objetivando lucros suficientes para bancar o processo de povoamento em suas capitânicas e o acúmulo de riquezas, logo os donatários das capitânicas de São Vicente, Martim Affonso e, Pernambuco, Duarte Coelho, incentivados pela Coroa Portuguesa, implantaram a lavoura canavieira ainda na primeira metade do Século XVI. A prosperidade dessa atividade foi tamanha que se tornou a base da econômica colonial até meados do Século XVIII.

Apesar de o sistema de capitânicas hereditárias não ter tido o sucesso almejado pela Coroa Portuguesa, as lavouras de monocultura da cana-de-açúcar possibilitaram o povoamento mais sistemático do litoral oriental do Nordeste (com núcleo econômico em Pernambuco e núcleo político no Recôncavo Baiano) e de São Vicente, fato decisivo para o povoamento do interior, embora este bem mais rarefeito que o litoral.

Os espaços pioneiros de ocupação territorial foram decisivos para a interiorização do povoamento, a partir deles saíam as expedições de entradas e bandeiras desbravando os sertões a dentro ou novos espaços litorâneos, como foi o caso do litoral oriental do Nordeste. Assim, novos espaços eram atrelados ao processo de povoamento se tornando complementares às necessidades de abastecimento do litoral, como foi o caso do Sertão Nordestino que abastecia a Zona da Mata de carne e couro, ou, eram descobertos novos espaços de grande relevância econômica

voltados para o mercado externo, como foi o caso das regiões de mineração, a exemplo, Minas Gerais. Paralelo ao processo de decadência do espaço açucareiro que se deu após a expulsão dos holandeses de Pernambuco e a consequente concorrência das colônias antilhanas holandesas, inglesas e francesas na produção do açúcar, Minas se torna o principal espaço colonial gerador de riquezas para a metrópole, deslocando no Século XVIII o centro econômico e político da região Nordeste para a sua hinterlândia.

O projeto da metrópole portuguesa de exploração e ocupação colonial alcançou o objetivo principal com a ocupação territorial baseada no modelo de capitanias e este, associado ao regime de sesmaria e ao sistema de plantation. Embora apenas duas capitanias tenham alcançado o esperado sucesso, foi o suficiente para dá início ao processo de povoamento e legitimação territorial por parte de Portugal. No entanto, ao territorializar as lógicas exógenas mercantilista a partir das faixas litorâneas de São Vicente e, principalmente, de Pernambuco, rumo ao interior da colônia e espaços costeiros adjacentes, tal processo espacial representou a subjugação das lógicas de sobrevivência endógenas ao projeto hegemônico mercantilista. Os novos sistemas técnicos hegemônicos vão intermediar o processo de apropriação e, em seguida, de transformação do meio ecológico segundo as demandas mercantilistas.

Neste sentido, os povos autóctones são forçados a participarem do processo de desordem espacial que se estabelece com a chegada do europeu, através da sua força de trabalho destroem o seu abrigo, o meio ecológico, sendo também forçados a movimentar, a fazer moer os novos instrumentos técnicos, tendo o engenho como ápice. A resistência dos povos indígenas a essa lógica de territorialização estranha e implacável do colonizador não consegue vencer os “novos vírus” introduzidos, o persuasivo processo de aculturação, de etnocídio, o aparato bélico do invasor.

Àqueles grupos étnicos que não sucumbiram ao genocídio ou etnocídio, fizeram uma verdadeira diáspora abandonando os espaços litorâneos em direção ao interior. A ordem espacial que se estabeleceu com o processo de colonização europeu, dialeticamente representou para os povos indígenas o despovoamento indígena que continua em andamento até os nossos dias.

2.3 O MEIO ECOLÓGICO DA MATA SUL: ESPAÇO DE EXISTÊNCIA DOS CAETÉS

A análise espacial do município de Ipojuca através de uma abordagem espaço-temporal, significa ir além da análise de formação territorial construída na maioria dos mais de 5.570 municípios brasileiros. O município está localizado na mais antiga área de povoamento colonial do Brasil, o litoral Oriental do Nordeste. Faixa litorânea inserida na Zona da Mata nordestina que reuniu os melhores elementos para se tornar a primeira zona de efetivo povoamento colonial do Brasil. O município está inserido na região metropolitana sediada em Recife, município que junto a Olinda, formou o centro econômico da economia colonial brasileira até meados Século XVIII, período em que a Capitania de Pernambuco foi a mais próspera da Colônia. As condições ecológicas (clima, hidrografia, bioma, condições pedológicas, morfologia litorânea), possibilitaram a extração de uma árvore endêmica para exploração comercial, o pau-brasil; a implantação de uma cultura que fosse compatível com tais condições naturais e que gerasse lucros segundo a perspectiva mercantilista, a cana de açúcar, como também, bom portos naturais para o escoamento dos produtos tropicais; além do mais, a região era habitada por uma numerosa população indígena, sendo forçada a trabalhar como mão de obra escrava da estrutura produtiva colonial, como também, efetivo militar na conquista territorial.

No entanto, praticamente todo o litoral brasileiro, a começar do Cabo Branco, na então Capitania do Rio Grande, até o Extremo Sul da colônia portuguesa, apresentava condições ecológicas similares a do litoral oriental do Nordeste, propícias para iniciar o processo de colonização, pois toda essa costa banhava domínio morfoclimático de Mares de Morros (Figura 3).

Figura 3 - Domínio de mares de morros

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/dominio-dos-mares-morro.htm>. Acessado em 12/01/2021.

Posto isso, a ocupação colonial se consolida primeiramente no litoral oriental do Nordeste, devido a uma combinação de fatores que nesse espaço se diferencia de maneira mais positiva do restante da costa brasileira, a listar: a proximidade da Europa, centro metropolitano e onde se localizavam outras nações que disputaram o território colonial; na região, especificamente em Pernambuco, se encontrava o melhor Pau Brasil da costa (tanto que ficou conhecido como Pau de Pernambuco), na região se encontrava um dos solos mais férteis encontrados na colônia, o massapé, o qual foi um dos fatores determinantes para implantação da monocultura canavieira e, por fim, a região foi o espaço colonial mais próximo da África, de onde seria desterritorializada compulsoriamente a mão de obra africana para dar sustentação ao processo colonial, baseado, principalmente, na plantation.

No entanto, o espaço existente anteriormente ao início da formação territorial de Ipojuca já era povoado pela nação Caetés, que junto as nações Tabajara e Potiguar, estabelecidas mais ao norte, ocupavam a região da Zona da Mata banhada pelo litoral oriental do Nordeste, localizada entre o Rio Grande do Norte e a foz do Rio São Francisco (Figura 4).

Ainda segundo a autora, os cultivos dos indígenas ficavam próximo a aldeia (BARBOSA, 2008, p. 63). Tal realidade fazia com que a rotina de fluxos indígenas para adquirir alimentos ou matéria prima para seus artefatos técnicos, não necessitasse de grandes deslocamentos em relação a aldeia, já que estas eram enclaves em meio a Mata Atlântica de onde extraíam quase tudo que precisavam, já que a grande biodiversidade é uma característica desse bioma. De acordo com Ribeiro (1995, p.32):

Daí a importância dos sítios privilegiados, onde a caça e a pesca abundantes garantiam com maior regularidade a sobrevivência do grupo e permitia manter aldeamentos maiores. Em certos locais especialmente ricos, tanto nas costas marítimas tanto nos vales mais fecundos esses aldeamentos excepcionais chegavam a alcançar três mil pessoas.

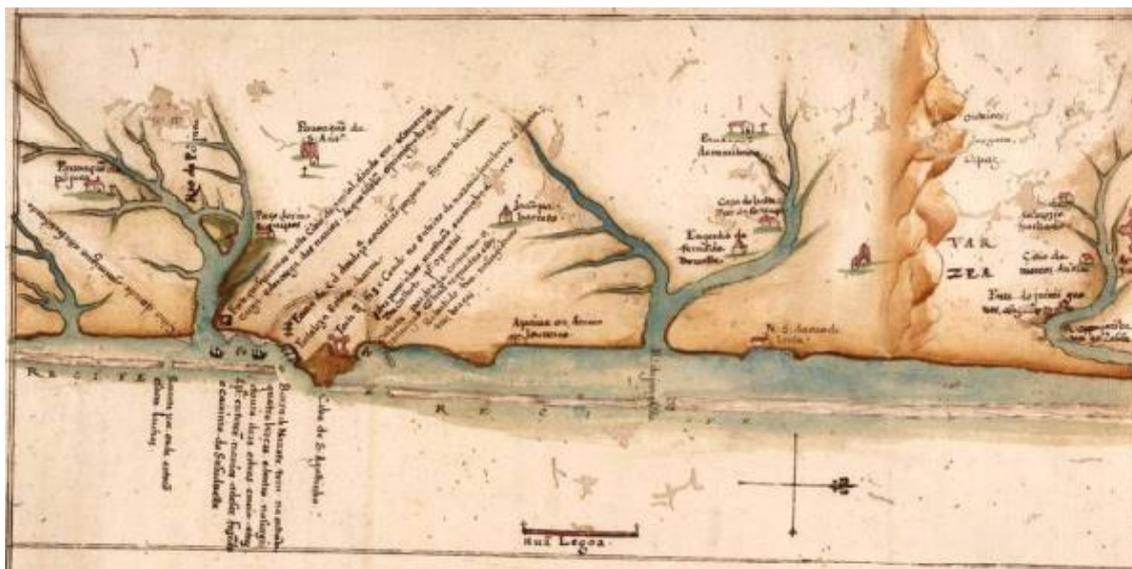
Tais sítios, somados a pequenas lavouras de subsistência, era a alteração mais profunda a transformar o meio ecológico. Os instrumentos técnicos que mediavam a relação entre os Caetés e o meio estabelecia quase que uma sincronia perfeita, sendo utilizados para a rotina, porém, não causando esgotamento dos recursos. Assim como todos os grupos indígenas que habitavam o território da colônia em 1500, os Caetés não conheciam o ferro ou outro metal para que pudessem aplicar com uma maior eficiência suas ferramentas, sendo os artefatos produzidos a partir de rochas, madeira, ossos, cipós entre outros, os quais eram moldados com uma certa rusticidade, no entanto, eram eficientes para os usos a que se destinavam. Portanto, “A natureza era a natureza amiga e não a natureza hostil” (SANTOS, 2008c, p.16).

Entre a chegada de Colombo a América Central e a chegada de Cabral ao Brasil, muitas viagens de reconhecimento foram realizadas de maneira clandestina. Neste sentido, as condições do sítio de Suape, atraíram a atenção de Vicente Yáñez Pinzón, o qual chegou à região, antes mesmo da chegada de Cabral para tomar “posse” da parte portuguesa formalizada pelo Tratado de Tordesilhas. Não se descarta também a possibilidade de a costa brasileira e a região de Suape ter chamado a atenção de outros navegadores antes, que possivelmente viajavam na clandestinidade, possibilidade real devido ao contexto geopolítico estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

De acordo com Andrade (2004, p. 13), em 29 de janeiro de 1500, viajando a serviço da Espanha, Vicente Yáñez Pinzón encontra condições ideais para atracar na baía de Suape. Formada pelo estuário em que desaguam os rios Massangana,

Tatuoca, Merepe e Ipojuca, e limitada ao norte pelo promontório que foi batizado pelo navegador de Cabo de Santa Maria de La Consolacion (Figura 5). A baía era protegida por um cordão de recifes que evitava que as correntezas do mar aberto agitassem as suas águas.

Figura 5 - Mapa que mostra o recorte da costa da Capitania de Pernambuco entre os estuários dos rios Ipojuca e Capibaribe



Fonte: Foz do rio Ipojuca e do Capibaribe, Pedro Nunes Tinoco, 1636.

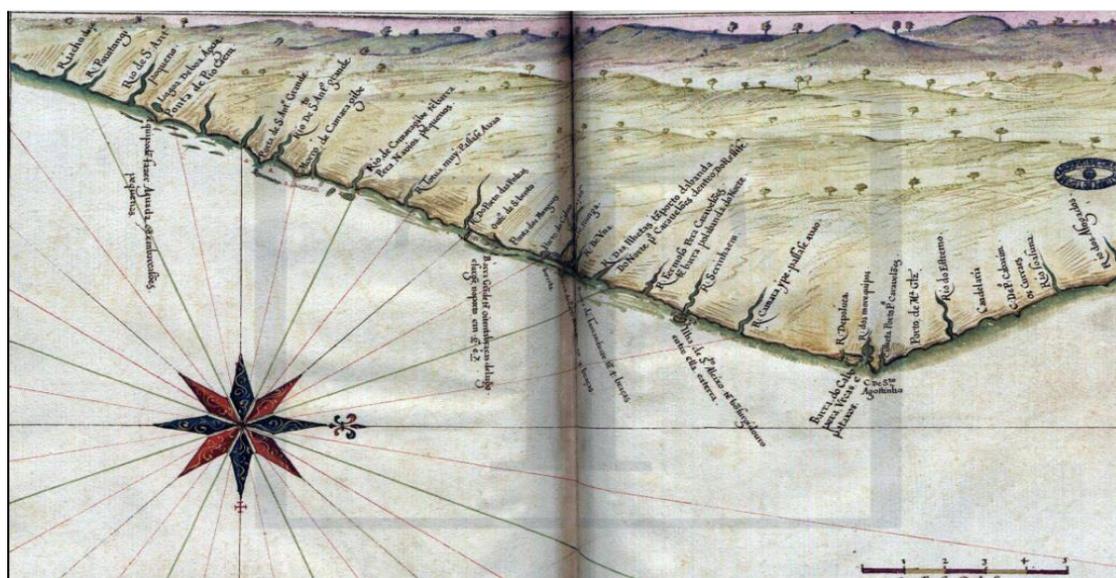
Os rios que nela desaguavam, por serem em parte navegáveis para pequenas embarcações, possibilitavam incursões exploratórias a sua hinterlândia, condição que foi fundamental para a exploração de pau-brasil e, depois, para a transporte de açúcar. Assim, desde dos primórdios da sua formação territorial, o município de Ipojuca apresentava uma excelente vocação natural para um porto, enquanto fixo, permitiu que a fluidez mercantilista ultramar adentrasse o continente.

Há de se destacar também que o promontório batizado por Pinzón, para navegadores vindo da Europa e que navegam paralelo a costa do litoral oriental nordestino, sentido sul-sudoeste, se constituía a partir do Cabo Branco, no Rio Grande do Norte, em um dos principais acidentes geográficos em morfologia, saliência da costa, como também, tendo como base o mesmo referencial, é uma das maiores elevações a beira mar, chegando a aproximadamente 80 m de altitude. Portanto, seria facilmente identificado por navegadores, como também, seria para colonizadores ou corsários um excelente ponto para estabelecer fortificações, feitorias ou ponto de vigia

objetivando guarnecer um porto natural tão promissor como o da Baía de Suape.

Portanto, o promontório chamou a atenção do navegador Américo Vespúcio, quando este, em vigem de reconhecimento à costa brasileira e navegando a serviço de Portugal, chega a Suape em 28 de agosto de 1501, rebatizando-o com o atual nome, Cabo de Santo Agostinho, acidente geográfico que, tal foi a sua importância estratégica, está presente nos primeiros mapas de representação da costa brasileira.

Figura 6 - Litoral de Pernambuco no Atlas do Brasil (1640)



Fonte: De João Texeira Albernaz (cartógrafo português).

Destarte, com todos esses atrativos naturais e geográficos, somando-se ainda a maior várzea de massapé da região, a qual era favorecida por abundante umidade, condições excelentes para a cultura canavieira, a hinterlândia de Suape, onde atualmente se encontra Ipojuca, não foi ocupada de imediato com a chegada de Duarte Coelho a Pernambuco. A brava resistência dos guerreiros Caetés, habitantes da região, conteve as intenções de colonização dos portugueses, iniciada pelo donatário da Capitania de Pernambuco ao fundar Igarassu, em 1535, e Olinda, em 1537. Embora Duarte Coelho tenha conseguido combater os Caetés para poder fundar Igarassu e Olinda, os nativos sempre mantiveram forte resistência à ocupação lusitana, organizando ataques as vilas e não cedendo à territorialização dos portugueses na Mata Sul.

Durante as seis primeiras décadas de Brasil, a relação que predominou entre europeus e nativos na região foi o escambo, porém, dominada pelos franceses (mars),

pois estes apresentaram uma melhor diplomacia para comercializar com os nativos, os tornando inclusive aliados contra os portugueses (peró), os quais os nativos criaram profunda aversão. Segundo Perrone-Moizés (2013, p.1),

No Rio de Janeiro, Cabo Frio, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, enfim por toda parte, comerciando com os índios, os portugueses 'topavam com navios mercantes normandos e bretões, a ponto de Capistrano de Abreu afirmar que "durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses).

As estratégias utilizadas pelos franceses para tamanha façanha era introduzir um linguista nas aldeias para este assimilar hábitos (inclusive a antropofagia), exercer moradia junto aos nativos, selar laços familiares através de matrimônio com as indígenas e serem mais generosos e cumpridores nos tratos referentes as negociações que envolvia o escambo, quando comparados aos portugueses. De acordo com Perrone-Moisés (2013), "Os documentos portugueses chamam a atenção para a facilidade com que os franceses se instalavam nas aldeias de seus aliados, onde acabavam tornando-se tão selvagens quanto estes", ainda fala a autora que, "Nos relatos portugueses, a antropofagia, que era marca da selvageria entre os selvagens, aparece, assim, como cúmulo da selvagização dos franceses". Algo que, em parte, os portugueses também cultivaram, mas não chegando a praticar a antropofagia, mas utilizando-se das armadilhas dos colonos para escravizar os nativos a fim de trabalharem nos engenhos e plantações de cana de açúcar. Devido a tais estratégias os Caetés assimilaram o contato com os franceses ao ponto de permitir serem insuflados por eles contra os portugueses.

Outra estratégia espacial adotada pelos franceses era que eles normalmente não fundavam feitorias no litoral, pois utilizavam os próprios navios ancorados como base de exploração, sendo o pau brasil extraído da Mata Atlântica e transportado direto para as embarcações, enquanto os portugueses normalmente fundavam feitorias no litoral, tendo as mesmas funções de entreposto comercial, logístico e de defesa do território da colônia portuguesa.

Em relação a prática do escambo seja realizada pelos franceses ou portugueses, vale destacar a função exercida pelas mercadorias que eram entregues para os indígenas em troca da valiosa madeira avermelhada. Enquanto aparatos técnicos bem mais elaborados que aqueles produzidos pelos indígenas, estes exerceram importantes funcionalidades que facilitaram a territorialização dos agentes

hegemônicos, seja de vislumbre-encantamento com o diferente (espelhos, colares e outros adornos), seja de ferramenta para agilizar a extração do pau brasil (machados e serras), seja de armas para combater os inimigos que concorriam ou dificultavam a exploração do pau brasil (franceses e tribos rivais). Vale destacar que durante algum tempo dos primeiros decênios dos anos quinhentos não se teve certeza nas cortes europeias se as terras brasileiras seriam dominadas por portugueses ou franceses, visto a tamanha concorrência que os bretões exerciam ao empreendimento colonial lusitano, ao ponto de chegarem a fundar a França Antártica, no Rio de Janeiro, a França Equinocial, no Maranhão, além de uma feitoria em Itamaracá. Foi comum nos anos quinhentos, embarcações portuguesas encontrarem embarcações francesas contrabandeando pau brasil na costa brasileira, principalmente nas capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Diante do contexto das excelentes condições naturais, geográficas e estratégicas de Suape, seu porto natural despertou a atenção de vários navegadores. As primeiras relações fixadas entre o espaço do que hoje é o território de Ipojuca e a Europa foram estabelecidas a partir de viagens de reconhecimento territorial, tendo estas como marco a viagem de Pinzón e a prática do escambo, principalmente entre indígenas e franceses, que foram viabilizadas graças a estes possuírem estratégias de espacialização mais eficientes que as praticadas pelos portugueses. Ressalte-se que o escambo inseriu o espaço em questão à economia- mundo mercantilista, a qual estava em plena expansão e que as bugigangas ou miçangas dadas em trocas do pau-brasil proporcionavam um vantajoso lucro para europeus, visto o seu valor ser ínfimo frente aos elevados preços pagos pelo pau- brasil na Europa, já os objetos mais elaborados tecnicamente, com suas funcionalidades permitiram um redimensionamento nas relações sociais entre os diferentes grupos nativos e, destes com o meio ecológico resultando, em suma, na gradativa espacialização ou territorialização dos agentes hegemônicos europeus, com estes conseguindo fazer valer, aos poucos, suas intencionalidades.

2.4 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IPOJUCA ENQUANTO ESPAÇO PERIFÉRICO: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CAETÉS E A IMPOSIÇÃO DA LÓGICA MERCANTILISTA

Para compreender o surgimento de Ipojuca enquanto espaço territorial é necessário entender sobre o processo de formação territorial de Pernambuco. Esse se originou a partir da consolidação da política de Capitânicas Hereditárias, pela qual a Capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho. Seus limites se estabeleciam ao norte, com o canal de Santa Cruz, que a separava da Capitania de Itamaracá; ao sul, com o rio São Francisco, que a separava da Capitania da Bahia de Todos Santos; ao oeste, com o Meridiano de Tordesilhas; ao leste, com o Oceano Atlântico, eixo comercial do mundo durante o chamado período colonial e grande via para o processo de colonização Brasileiro iniciado, principalmente, no litoral oriental do Nordeste. A Capitania de Pernambuco foi o centro comercial da economia colonial brasileira durante os dois primeiros séculos, sendo, portanto, a principal “porta de entrada” para o processo de territorialização da lógica mercantilista portuguesa.

Em 1535, Duarte Coelho chega para tomar posse da Capitania de Pernambuco e dá início ao processo efetivo de colonização (ANDRADE, 2004, p. 72). O donatário acompanhado de colonos, sendo parte deles seus familiares, desembarcou no Porto dos Marcos (localidade atualmente pertencente a Igarassu), onde já existia uma feitoria fundada por Cristovam Jaques desde 1516, a qual foi a primeira feitoria Real do Brasil. Já se tinha no local o início de um povoamento, a localidade estava à beira do canal de Santa Cruz, estando a outra margem desse canal fazendo parte da Capitania de Itamaracá. Já era uma localidade bastante conhecida por portugueses, inclusive por franceses, que já lucravam com o contrabando do pau-brasil, tendo inclusive a iniciativa de estabelecer uma fortificação efetiva em Itamaracá para dar início a uma pretensa colonização francesa. De acordo com Abreu (1998, p. 44),

Até então contentavam-se com o simples resgate, quando muito alguma feitoria. Trataram agora de fundar uma fortaleza, artilhada e com guarnição numerosa. Só assim considerou a corte lusitana "com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoasse, depois de estar assentado na terra e ter nela feitas algumas forças, como já em Pernambuco começava a fazer.

Ainda de acordo com Abreu (1998, p. 44), “Estes fatos foram conhecidos no Reino graças à nau La Pèlerine, de Marselha, que, procedendo de Pernambuco aonde

deixara gente e artilharia, arribou a Málaga”. A nau foi aprisionada por uma armada portuguesa que confiscou a carga e levou ciência para a Coroa Portuguesa das pretensões dos franceses em Pernambuco, dando por conta o perigo que corria em relação à sua colônia. A investida dos franceses foi sufocada quando Pero Lopes retornando de exploração que fazia na Prata, a caminho da Europa, passou por Pernambuco e bombardeou durante dezoito dias as instalações francesas até que se desse por rendidos (ABREU, 1998, p. 45).

O litoral oriental do Nordeste, por estar na porção da colônia mais próxima da Europa, a muito tempo era constantemente atacado por corsários. Para a Coroa Portuguesa seria urgente a instalação de um processo de povoamento da colônia bem alicerçado, em que garantisse a posse da área mais rica em pau-brasil, ao mesmo tempo em que se pudesse aproveitar suas promissoras condições físicas e geográficas para instalar um núcleo de povoamento que servisse de base para a interiorização do processo de colonização, garantindo sua legitimidade sobre o território.

Destarte, próximo do Porto dos Marcos, na margem do rio Igarassu, Duarte Coelho, depois de combater indígenas Caetés, dispondo ele da aliança com indígenas Tabajaras, inimigos dos Caetés, funda a Vila de Igarassu. Navegando no sentido sul, encontra as condições geográficas ideais para fundar a sede da Capitania, a Vila de Olinda, do auto de um promontório beirando a costa, com visão privilegiada do entorno, dava ampla visão para o mar, para as várzeas dos rios Beberibe e Capibaribe, onde se instalaria alguns engenhos, e para o estuário dos mesmos rios, onde se encontrou as condições ideais para estabelecer um porto, o que viria a dar origem a Recife.

Em 15 anos de colonização Duarte Coelho fundou os dois núcleos urbanos e mais cinco engenhos, sendo um de sua propriedade, dando início ao empreendimento agrícola como estratégia de colonização da capitania (ANDRADE, 2004 p. 72). Embora na sua capitania se encontrasse em quantidade o melhor pau-brasil de toda colônia, não era o suficiente para dá suporte às ambições do donatário e, principalmente, da Coroa Portuguesa, ainda mais, devido a intensa extração da valiosa madeira cada vez mais rara. De acordo com Andrade (2004, p.72), “entre as muitas atribuições que lhe competiam, estava a de doar terras em sesmarias a pessoas cristãs e a de escravizar índios a fim de usá-los no trabalho”. Porém, ainda no seu governo, Duarte Coelho solicita permissão ao Rei para importar escravos da

Guiné, visando baratear os custos do projeto colonial, que se tornava caro com a escassez de mão de obra e a resistência do indígena, chegando os primeiros escravos da África a Capitania de Pernambuco entre 1539 e 1542.

Os Caetés que habitavam todo litoral da Capitania de Pernambuco, estavam inseridos territorialmente entre nações inimigas, ao norte se estabeleciam tabajaras e potiguares, ao sul, após o rio São Francisco, estavam estabelecidos os tupinambás. Tinham uma tradição guerreira e eram bastantes hostis com seus inimigos e, diferente das nações indígenas inimigas, não cederam as tentativas de aproximação por parte dos portugueses. Assim, a resistência imposta pelos índios Caetés ao processo de invasão-territorialização da costa, iniciada por Duarte Coelho, foi intensa e heróica. De acordo Prado Jr. (1981, p. 25), "(...)os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta". Assim continua o autor: "a princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios".

Durante quase vinte anos de colonização, Duarte Coelho conquistou poucas terras, apenas o entorno de Igarassu e de Olinda e, até a data de sua morte em Portugal, no ano de 1554, os Caetés ainda constituíam grande obstáculo à colonização portuguesa (ANDRADE, 2011, p.73). O primeiro donatário não conseguiu ir além da implantação da monocultura canavieira, estabelecida na várzea do rio Beberibe, sendo, a conquista da várzea do Capibaribe, um feito alcançado mais tarde só pelo seu cunhado, após a sua morte e durante a menor idade do herdeiro, Duarte de Albuquerque Coelho (ABREU 1998, p. 62). Os constantes ataques dos Caetés aos engenhos e as vilas de Igarassu e Olinda aumentavam de maneira considerável os gastos do empreendimento colonial. De acordo com o cronista Rocha Pita citado por Andrade (2011, p.72), "(...) o terreno que foi concedido a léguas foi conquistado a palmos", o que encarecia a consolidação do projeto colonial chegando o donatário a queixar-se ao Rei, em uma de suas cartas, sobre as dificuldades financeiras encontradas (ANDRADE 2011, p.72).

Diante do exposto, soma-se um fato decisivo para a ocupação efetiva da costa da Nova Lusitânia, principalmente da ocupação do litoral ao sul de Recife, a conhecida Mata Úmida: a nau em que viajava o primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, em retorno a Portugal, naufraga no litoral sul da capitania, nas proximidades de seu limite com a Capitania da Bahia de Todos os Santos, hoje município de Coruripe-AL. Com exceção de três tripulantes, os quase 100 sobreviventes do

naufrágio, incluindo o bispo, foram devorados pelos Caetés em ritual de antropofagia (Figura 7).

Figura 7 - Ritual de antropofagia



Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/hans-staden.htm> Acessada em:20/08/21.

Tal fato justificado segundo a visão de mundo e tradição cultural dos Caetés, despertou grande sentimento de repúdio na Coroa Portuguesa, fazendo com que a mesma respondesse a tal ato produzindo a primeira legislação sobre a questão indígena na colônia. De acordo com Prado Jr. (1981, p. 27),

Para fazer frente a este estado de coisas, a metrópole procurará legislar na matéria. Data de 1570 a primeira carta régia a respeito. Estabelece-se nela o direito da escravidão dos índios, mas limitada aos aprisionados em "guerra justa". Era entendida como tal aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles.

A Coroa Portuguesa legitimou os herdeiros de Duarte Coelho a iniciarem a "guerra justa" contra os índios Caetés, como também, formalizou-se a escravização dos mesmos e a morte aos que resistissem. Tal episódio fez com que se montasse uma grande ofensiva contra os Caetés, provavelmente foi a primeira entrada para

desbravamento e expansão do povoamento português na colônia, que se iniciou no litoral norte da capitania e seguiu até o limite sul, conquistando importantes várzeas de rios propícias para a cultura canavieira e importantes para a interiorização do processo de ocupação. De acordo com Andrade (2004, p.73):

Coube (...) aos filhos do donatário, Jorge e Duarte Coelho de Albuquerque, realizarem, na sétima década do século XVI, a conquistas das várzeas dos rios Jaboatão, Pirapama, Ipojuca, Serinhaém, Uma e Manguaba, estendendo o povoamento europeu quase até a foz do São Francisco. Esta expansão fulminante para o sul foi o resultado do fortalecimento dos colonizadores e da necessidade de terras e de braços para o canavial.

Como consequência dessa ofensiva por parte dos colonos, em apenas cinco anos cerca de 70 mil indígenas foram dizimados. Tamanha violência superou em muita a tradição hostil dos Caetés. De acordo com Abreu (1998, p. 68), “nos primeiros anos do século XVII, podia-se viajar e viajava-se efetivamente por terra, da Bahia até Pernambuco, sem encontrar resistência séria por parte dos naturais, vencidos ou afugentados da marinha”.

Numericamente a população de colonos portugueses era bem inferior a população dos guerreiros Caetés, portanto, três condições foram decisivas para o “sucesso” do avanço da territorialização daqueles em direção ao limite sul da Capitania, primeiro, a “guerra biológica” que causava grande mortalidade entre indígenas; segundo, a superioridade técnica de seus artefatos bélicos em relação aos utilizados pelos Caetés e, por fim, a estratégia de formar alianças com nações indígenas inimigas dos Caetés, no caso, os tabajaras, que habitavam o litoral norte da Capitania. Aliança que muitas vezes eram seladas a partir de matrimônios entre o colonizador e uma indígena, assim, se combatia os grupos que apresentavam mais resistência ao processo de colonização e de exploração do território.

Caso houvesse a união das várias nações que habitavam o litoral oriental do Nordeste, no caso, os Tupinambás, Caetés, Tabajaras e Potiguares em torno do combate ao opressor comum, no caso, o invasor europeu, no mínimo, o projeto colonial teria se estabelecido através de outras nuances territoriais e, principalmente, de um custo bem mais elevado. Dessa maneira se estabeleceu a ocupação do litoral ao sul de Recife, onde se encontrava o entorno de Suape. A aliança entre colonos portugueses e índios tabajaras consolidou a territorialização lusitana na Mata Úmida as custas do genocídio ou escravização dos Caetés, indígenas que habitavam a

hinterlândia de Suape. De acordo com Andrade (2004, p. 73),

com a grande expansão territorial conseguida, pôde o donatário aquinhoar os seus companheiros com grandes porções de terra em áreas de matas consideradas as mais propícias às culturas, cortadas por rios e riachos perenes e localizadas nas proximidades dos trechos navegáveis dos rios que desembocam no Atlântico.

A partir de então, as matas que dominavam a paisagem foram substituídas gradativamente pela monocultura da cana-de-açúcar e foram doadas, principalmente, para colonos que representavam a classe social mais abastada na capitania.

Cabe acrescentar que a expansão latifundiária causou a desterritorialização dos Caetés na mata úmida, tendo como consequência a escassez de mão-de-obra, devido ao genocídio dos indígenas ou mesmo a fuga para o interior da colônia. Com isso, as entradas feitas por colonos para capturar indígenas no interior e comercializá-los no litoral se tornaram mais frequentes.

Embora a Igreja Católica e até mesmo a Coroa criassem oposição à escravização do indígena, esta prática desumana perdurou até 1827, o que, segundo as necessidades mercantilistas, garantiu o fornecimento da mão de obra necessária para que a monocultura canavieira se estabelecesse e se desse impulso necessário ao processo de colonização. De acordo com Furtado (2004, p. 48),

A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não-dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar

Ainda destaca o autor, em relação à importância da mão de obra indígena para o funcionamento dos engenhos, que: “(...) o fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia” (FURTADO, 2004, p. 48).

Diante de tamanha demanda por trabalhadores cada vez mais escassos entre os indígenas, cresceu ainda mais o interesse por trabalhadores africanos escravizados. Segundo Furtado (2004, p. 48),

A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. E quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram

em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

Até o último quartel do século XVI, já somavam em Pernambuco cerca de vinte mil africanos escravizados, para trabalharem principalmente em atividades relacionadas a produção açucareira. Estes, segundo a lógica colonial, garantiram vultosos lucros para os mercadores de escravos, vultosos lucros para os senhores de engenho e pleno sucesso para o empreendimento mercantilista lusitano. Tal incremento de mão-de-obra coincide com o período de expansão da monocultura canavieira em Pernambuco, como consequência da “guerra justa”.

A “guerra justa” contra os Caetés, concretizou o avanço da monocultura canavieira na Mata Úmida, contribuindo de maneira decisiva para a consolidação da capitania de Pernambuco como grande produtora e exportadora de açúcar, o que teve grande relevância para a consolidação do povoamento no litoral oriental do Nordeste e, depois, na interiorização em direção ao Agreste e ao Sertão. De acordo com Andrade (2011, p. 76),

O número de engenhos crescia constantemente, se eram 5 em 1550, somavam trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta e quatro por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco, havendo ainda dezenove na Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte, totalizando, assim, no Nordeste, 166 engenhos.

Outra importante consequência do avanço da monocultura canavieira na Mata Úmida e, especificamente na hinterlândia de Suape, foi o processo de povoamento que resultou no final do século XVI, no surgimento das vilas de Santo Antônio do Cabo, Nazaré, Nossa Senhora do Ó e São Miguel de Pojuca (Ipojuca). Vale destacar que a falta de material historiográfico dificulta estabelecer uma data exata da fundação de Ipojuca. No entanto, a pesquisa historiográfica estabelece uma relação muito forte do início das Freguesias de Santo Antônio do Cabo, São Miguel de Pojuca (Ipojuca) e Sirinhaém com o processo de desterritorialização dos Caetés ocorrido em consequência da “Guerra Justa” no último quartel do século XVI, já que, como consequência do avanço da ofensiva contra os Caetés, houve uma forte territorialização da monocultura da cana de açúcar atrelada a fundação de engenhos neste período, os quais demandaram de uma estrutura urbana complementar. Segundo Santana (2014), a partir dos relatos dos cronistas Adriaen Verdonck e Loreto, Couto produziu o seguinte quadro comparativo:

Tabela 1 – População da Freguesia de São Miguel de Ipojuca comparadas as de outras freguesias da Mata Úmida.

Freguesias	Adriae Verdonck – Séc. XVII	Loreto Couto – Séc. XVIII
Santo Amaro de Jaboatão	Sem menção	+300 habitantes
Santo Antônio do Cabo	Sem menção	300 habitantes
São Miguel de Ipojuca	600 habitantes	+ 6000
Nossa Senhora do Ó	Sem menção	+1000habitantes
Sirinhaém	500 habitantes	+500habitantes

Fonte: SANTANA, Eduardo Augusto. Recife: UFPE, 2014.

Diante do exposto, depreendemos que a monocultura canavieira cumpriu o papel que lhe coube em relação a Mata Úmida, incentivar o povoamento e a ocupação do território, tendo como destaque Ipojuca que aparece como a maior população entre as freguesias citadas.

Na hinterlândia de Suape, onde se localizava as Freguesias de Santo Antônio do Cabo e São Miguel de Pojuca, se formou um próspero e destacado espaço produtivo da economia açucareira pernambucana, tornando a produção de açúcar da região muito relevante, o que contribuiu para que a Capitania se tornasse a maior produtora de açúcar do mundo. Neste contexto, é importante considerar que o sucesso econômico da Capitania de Pernambuco está diretamente ligado ao mesmo processo que resultou na fundação das Freguesias de Santo Antônio do Cabo e São Miguel de Pojuca, ou seja, a desterritorialização e genocídio da etnia Caetés.

Além do mais, o sucesso alcançado pela produção açucareira foi tamanho que, este fator, associado ao contexto geopolítico do período, resultou na invasão holandesa a Capitania de Pernambuco, o principal centro econômico da colônia. Antes de invadirem Pernambuco, os holandeses trataram de fazer o levantamento das potencialidades da capitania. Sobre esse ponto, destaca Andrade (2004, p. 80): “Segundo Verdonk, que agia como verdadeiro espião, Olinda era o grande centro da colônia, pois aí viviam quase dez mil pessoas, dentre as quais quatro mil eram escravos, e era também o ponto para onde convergia o comércio do açúcar”. E continua Andrade ao citar Verdonk (2004, p. 80),

A área açucareira por excelência, mais rica e de mais famosos engenhos, era

a várzea do Capibaribe, que ficava próxima e dispunha, então, de 13 a 14 engenhos, seguindo-lhe a região do Cabo de Santo Agostinho, onde havia 16 engenhos. Também com mais dez engenhos em cada uma, dedicavam-se inteiramente a cultura da cana às várzeas do Ipojuca, do Sirinhaém, em Pernambuco, a do Goiana, na capitania de Itamaracá, e a do Paraíba do Norte, na capitania na capitania deste nome.

Portanto, observando o levantamento de Verdonk, que estava a serviço dos holandeses, se deduz que a região da hinterlândia de Suape também teve um importante papel econômico para o Brasil holandês. Também vale destacar, a rede hidrográfica que conectava o porto de Suape a sua hinterlândia, onde se localizavam numerosos engenhos, teve importante função no escoamento do açúcar, como também, no transporte de outras mercadorias e no comércio da mão-de-obra escravizada africana. Segundo Almeida (2011, p.1331 apud SILVA, E. p. 27), “A Baía de Suape serviu para escoar o pau-brasil e o açúcar da região, assim como para receber europeus de várias nações, escravos de África e mercadorias a serem distribuídas por todos os engenhos, num raio de 20 km”.

De acordo com a figura 8, percebe-se a grande quantidade de armazéns instalados na ilha de Caucaia, como também, uma satisfatória quantidade de embarcações no porto de Suape, também conhecido na época como porto de Nazaré, o que evidencia o grande movimento de cargas.

Figura 8 - Gravura do Acoradouro de Suape de 1635 (Museu de Amsterdam).



Fonte: Suape (2008).

Na figura 9, a quantidade de sítios históricos localizados entre a Baía de Suape

e o promontório do Cabo de Santo Agostinho, evidenciam um importante sistema de objetos técnicos existentes que existiam na época, os quais foram edificadas entre o final do século XVI e o século XVII.

Figura 9 - Sítios históricos prospectados no Cabo de Santo Agostinho e na Baía de Suape.



LEGENDA

⊕ MONUMENTOS

⊕ ÁREAS PROSPECTADAS MONUMENTOS NÃO LOCALIZADOS

- | | | |
|-------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. ACAMPAMENTO HOLANDÊS | 6. BARRA | 11. FAROL VELHO |
| 2. FORTE GIJSELIN | 7. BATERIAS DE SÃO JORGE | 12. BATERIA DA CALHETA |
| 3. PONTAL DE SUAPE | 8. FORTE CASTELO DO MAR | 13. FORTE E QUARTEL DE GAIBU |
| 4. ARRECIFES | 9. QUARTEL DO CASTELO DO MAR | 14. IGREJA DE NAZARÉ E CONVENTO |
| 5. FORTE DO PONTAL | 10. SÍTIO ARQUEOLÓGICO SUBMARINO | 15. CAPELA VELHA |

Fonte: Edição Helen Maria Palmeira Medeiros sobre imagem digitalizada da prancha D.01 do Relatório de MELLO NETO, 1981.

Um sistema técnico dessa amplitude, onde se destaca a quantidade de fortes e baterias de defesa (o que não era comum na costa da colônia nesta quantidade), representa a importância econômica e estratégica do porto de Suape e da sua hinterlândia, que a ele estava ligada pelos rios que desaguam na Baía de Suape, no caso, os rios Ipojuca, Massangana, Tatuoca e Merepe. Tais rios movimentavam a tração dos engenhos do tipo Real (Figura 10) que estavam edificadas em suas margens, como também, servia para escoar a produção do açúcar que era encaixotado e transportado por pequenas barcas até o porto de Suape para ser exportado, ou transportado até o porto do Recife.

Figura 10 – Engenho Real (Imagens do Brasil Holandês - Frans Post)



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/80994493286878983/> Acessada em: 15/08/2021.

A esse sistema técnico de escoamento se somava às complexas estruturas produtivas dos vários engenhos instalados na hinterlândia, boa parte deles em São Miguel de Pojuca. Segundo Prado Júnior (1981, p. 30),

O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa esta purificação. Além de outras, o que todas as propriedades possuem é, em regra, a casa-grande, a habitação do senhor; a senzala dos escravos; e instalações acessórias ou suntuárias: oficinas, estrebarias, etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens para animais de trabalho; culturas alimentares para o pessoal numeroso; matas para fornecimento de lenha e madeira de construção. A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade.

O sucesso da empresa açucareira impôs uma nova lógica produtiva que se materializou no território de Ipojuca. Assim, os sistemas técnicos dos engenhos não só moeram a cana de açúcar, com elas “moeu”, também, a Mata Atlântica com sua biodiversidade, aí incluso os territórios Caetés e seus respectivos modos de vida,

como também, africanos desterritorializados para servir, junto aos indígenas, como mão-de-obra escravizada. De acordo com Santos (2008a, p. 29): “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Todavia, um espaço dialético.

Além disso, quanto maior a quantidade de engenhos e a capacidade de moagem destes, maior a demanda por terras para a monocultura da cana-de-açúcar; por madeiras para os caixotes de açúcar, para as caldeiras, para as estruturas prediais; por lavoura para os mantimentos dos moradores; por braços para plantar, cortar, transportar e exercer outras, não menos importantes, atividades braçais para poder fazer funcionar a complexa estrutura produtiva dos engenhos, que tinha como base a danosa trilogia: latifúndio, monocultura e mão de obra escrava.

No contexto, o sistema produtivo açucareiro envolvia um complexo sistema de objetos consonantes com a estrutura mercantilista internacional, garantindo a necessária fluidez demandada entre a hinterlândia de Suape, porto de Recife, África e Europa. Nesse sentido, o sistema técnico foi implantado no meio ecológico do território de Ipojuca a partir da intencionalidade metropolitana europeia sobre os elementos físicos-naturais-geográficos. De acordo com Santos (1988, p. 10), “O espaço deve ser considerado como um conjunto do qual participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográfico, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenchi e os anima”, ou seja, a sociedade em movimento. Nesse sentido, as intencionalidades impostas ao lugar pelo colonizador através do sistema técnico implantado, foram condições decisivas para as transformações espaciais que inseriram o território em uma nova lógica de fluxos, inserindo assim Ipojuca na totalidade em movimento.

Portanto, o processo de formação territorial de Ipojuca, consolidado nos primeiros séculos de colonização, estabeleceu uma perversa substituição de lógicas e intencionalidades, com isso, as novas que foram impostas ao lugar, subtraíram a lógica endógena em favor da lógica exógena centralizada do outro lado do Atlântico, na metrópole. A formação socioespacial a qual São Miguel de Pojuca (Ipojuca) pertence, o Brasil, foi inserida na periferia do sistema mundo. Assim, a violência do processo colonial se impôs sobre o lugar, através do avanço da monocultura canavieira sobre a heterogeneidade da paisagem tropical úmida, como também, dos povos originários.

Destarte, em relação ao uso do território para a grande parte dos indígenas e

africanos escravizados, foi dado o “direito” a fazê-lo como prisioneiros, para os que não aceitaram tal condição, lhes foi tirado o direito a ter direito, através do extermínio. Para colonos, o direito de uso do território foi proporcional ao poder de compra, com isso, o uso foi muito bem feito pelos senhores de engenho, minoria da sociedade colonial para onde convergia a maior parte dos lucros da produção açucareira, como também, para igreja Católica, que exerceu uma importante funcionalidade para o processo de territorialização europeia.

Após a expulsão dos holandeses em 1654, Ipojuca, como toda a Capitania de Pernambuco, passou por um longo período de altos e baixos estabelecido devido à concorrência do açúcar das colônias europeias das Antilhas, como também, pela produção de açúcar de beterraba na Europa. No entanto, a estagnação econômica pela qual passou toda a região produtora de açúcar, não foi o suficiente para que surgisse outra atividade que viesse a substituir a importância da cana-de-açúcar na economia pernambucana, tal verdade vale também para economia de Ipojuca.

Por vezes, no intercorrer entre os séculos XVII e XIX, surgiram situações que estimularam a produção e geraram lucros, principalmente em Pernambuco. Como destaque podemos citar as guerras no continente europeu e instabilidades políticas nas Antilhas, devido aos movimentos de lutas pela independência daquelas colônias. Tal realidade gerou sobrevida aos tradicionais engenhos banguês nordestinos, que durou até a chegada das novas dinâmicas econômicas advindas da Revolução Industrial, mesmo assim, a readequação dos engenhos à realidade do capitalismo industrial não alterou a ordem social, que sempre esteve ligada à terra, devido a concentradora estrutura fundiária e a exploração da mão de obra.

2.5 READEQUAÇÃO PRODUTIVA DA PLANTATION CANAVIEIRA AO CAPITALISMO INDUSTRIAL

No século XIX, a dinâmica socioeconômica e territorial brasileira tinha passado por importantes alterações, provocadas pela decadência da atividade canavieira e surgimento da mineração do ouro em Minas Gerais. O centro econômico e político do Brasil foi deslocado para Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente. A atividade canavieira, base inicial do processo de invasão e ocupação territorial do Brasil, que garantiu a posse e exploração da colônia portuguesa, chegou ao século XIX ainda como uma das principais atividades econômicas da região Nordeste, e a principal de

Pernambuco.

Diante do novo cenário internacional, causado pela expulsão dos holandeses do Nordeste, o Brasil perdeu o monopólio do açúcar no mercado mundial e, em seguida, o posto de maior produtor. Os tradicionais engenhos banguês ou trapiches, depois de quase trezentos anos, mantinham praticamente a mesma estrutura técnica baseada principalmente nos engenhos de tração hidráulica e animal, enquanto os engenhos de Cuba e de Java passaram adotar, no início do século XIX, modernos maquinários a vapor, os quais, aumentaram de maneira substancial a produtividade nessas colônias, tornando-as os dois principais centros produtores mundiais de açúcar. Tais inovações aconteceram lentamente no Brasil, tendo o primeiro engenho a vapor sido instalado em Pernambuco, maior produtor nacional, em 1819, chegando a cinco engenhos a vapor apenas em 1854.

Após quase três séculos a estrutura fundiária apresentou uma tímida desconcentração, motivada pelo fracionamento dos engenhos por motivo de herança, o que mantinha as terras praticamente nas mãos das mesmas famílias. O modelo produtivo baseado no plantation mantinha a mão de obra escravizada, sem a qual, segunda a lógica monocultora escravista, a atividade canavieira se tornava insustentável. Por outro lado, as necessidades do capitalismo industrial fizeram com que a Inglaterra impusesse um duro golpe aos latifundiários do Brasil, o fim da mão de obra escravizada, processo que vai ocorrer gradativamente a partir de meados do século XIX, finalizado em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, sendo, portanto, o Brasil marcado como o país que mais utilizou-se dessa mão de obra, sendo o último a abolir a escravidão.

A demora para que acontecesse o fim do trabalho escravo serviu para que os latifundiários legitimassem, em 1850, a propriedade privada da terra através da Lei de Terras, já que, até então, devido a antiga lei das sesmarias, era dado apenas o direito de posse aos latifundiários. Assim, eles mantiveram o privilégio sobre a terra, não permitindo que africanos escravizados, seus descendentes, indígenas e imigrantes fossem contemplados. A Lei de Terras foi a primeira de decisivas ações governamentais que prolongaram os privilégios socioeconômicos das oligarquias agrárias brasileiras, privilégios estes estabelecidos paralelamente à própria origem da formação territorial brasileira nos tempos de colônia, tendo como consequência direta a manutenção, até os dias atuais, da perversa estrutura fundiária da Zona da Mata nordestina, principalmente na parte banhada pelo litoral oriental, atualmente uma das

regiões com maior densidade demográfica do país, região na qual o município de Ipojuca está localizado.

Ao final do século XIX, fatores como a modernização da produção canavieira em territórios concorrentes ao Brasil e o fim da escravidão, somados ainda a crises cambiais no mercado internacional, mais a concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa, precipitaram a crise no setor canavieiro no Brasil, exigindo a readequação produtiva do setor. Devido a tal contexto, na segunda metade do século XIX, são implantados os engenhos centrais, uma iniciativa governamental para readequar tecnologicamente a produção açucareira brasileira e recuperar mercados no exterior. De acordo com Andrade, (2011, P. 102),

Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capaz de esmagar canas de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com os estadistas que o idealizaram separariam a atividade agrícola da industrial. Estes engenhos, que seriam montados com garantia da obtenção de juros dos capitais empregados – garantia esta dada pelo governo -, pertencia a companhias estrangeiras que não poderiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e, como iriam receber matéria prima de áreas muito amplas, muito mais extensa que a de um engenho banguê, deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica.

Os engenhos centrais representaram um conjunto de transformações nos tradicionais engenhos banguês, a começar pelo aumento da produtividade e da qualidade do açúcar. Ademais, a separação da atividade industrial da agrícola propiciaria a especialização da produção da segunda, que ficaria exclusivamente sob responsabilidades dos engenhos que passariam apenas à condição de fornecedores, enquanto o engenho central, seria responsável pelo beneficiamento industrial da cana de açúcar, como também, pela venda do açúcar para o mercado. Neste sentido, cada engenho central foi implantado de maneira a aglutinar uma certa quantidade de engenhos de uma determinada região, não concorrendo assim com outros engenhos centrais em relação a fornecedores. Daí a necessidade de uma malha ferroviária que servisse a cada engenho central para garantir a capilaridade e a fluidez regional da matéria prima para se fazer a produção do açúcar, como também, o consequente escoamento desse ao mercado de destino, normalmente através da estrada de ferro The Great Western of Brazil Railway Company, que ligava o interior ao porto do Recife. Para Andrade (2011, p. 103),

Essas estradas iriam livrar os engenhos distantes do litoral dos tropeços de longas viagens até os pequenos portos de mar e do respectivo transbordo do açúcar para as barcaças que demandariam Recife. Iriam também provocar a decadência de cidades situadas nos fundos dos estuários, que, por serem portos, tinham uma desenvolvida função comercial, (...).

Pernambuco foi a província mais contemplada com os fundos distribuídos pelos decretos imperiais que subsidiaram os engenhos centrais (RODRIGUES & ROSS, p. 75). O Engenho Central Santo Inácio foi um dos primeiros instalados em Pernambuco, inaugurado em 1884 na então Vila do Cabo, atualmente Cabo de Santo Agostinho, onde ficava a principal área produtora de cana de açúcar deste período.

Com a malha ferroviária composta em conexão com as linhas férreas dos engenhos centrais e, mais tarde, das usinas à Ferrovia Great Western, aconteceu uma readequação do fluxo de açúcar, que antes saía através dos estuários em barcaças até o porto do Recife, se direcionando para os mercados nacional e internacional, passando a acontecer através de ferrovias. Desta maneira, cidades como Ipojuca que se localizavam no fundo de estuário, tiveram a sua dinâmica econômica prejudicada devido as mesmas não possuírem as suas sedes servidas por linhas férreas.

Apesar da tentativa governamental de separar a atividade agrícola da industrial, os engenhos centrais não vingaram, funcionando por poucos anos. As companhias estrangeiras que montaram os engenhos centrais não estavam, através de seus técnicos, identificados com as condições naturais e econômicas do meio nordestino, a maquinaria era de má qualidade e insuficiente e os fornecedores de matéria prima nem sempre cumpriam as cláusulas contratuais, impedindo que as atividades industriais atingisse a sua plenitude (ANDRADE, 2011, p. 113).

Dessa maneira, muitos engenhos centrais se tornaram usinas, voltando exercer as atividades agrícola e industrial. Também, devido a exigência do mercado internacional por um produto de melhor qualidade, muitos engenhos banguês ou trapiches se tornaram usinas, no período entre 1885 e 1900 surgiram em Pernambuco cerca de 49 usinas (ANDRADE, 2011, p. 113). De acordo com Eisenberg, (1977 apud RODRIGUES & SANCHES, 2020, p. 91),

Em Pernambuco, os primeiros governos republicanos passaram a apoiar a implantação de usinas, aprovando em 1890 uma lei que oferecia empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7% a quem construísse usinas com capacidade produtiva de 900 toneladas de açúcar por safra.

Em um contexto de incentivos governamentais, foram implantadas em Ipojuca nos anos de 1889 e 1892, respectivamente, as usinas Bandeira (Usina Ipojuca) e

Salgado. No Cabo de Santo Agostinho, foram implantadas as usinas José Rufino – fundada em 1880, Bom Jesus S.A. – fundada em 1890, Santo Inácio S.A. - fundada em 1888, Maria das Mercês S.A. - fundada em 1891 e Sibéria – fundada em 1925. A Usina Salgado¹ em Ipojuca, foi anteriormente um engenho de açúcar, fundado por Cosme Dias, antes da invasão holandesa, no ano de 1625. (GASPAR, 2003).

Apesar do surgimento de um grande número de usinas, a partir da elevação do preço do açúcar cristal no final do século XIX, os engenhos banguês resistiram até o século XX. No entanto, a maior parte dos engenhos, não tendo capacidade financeira para se readequarem as novas demandas produtivas, tentaram resistir, em vão, ao poder econômico das usinas. Devido as velhas técnicas de produção, com o tempo, se tornaram engenhos de “fogo morto”, passando à condição de fornecedores das usinas ou, ainda, sendo adquiridos pelas mesmas num processo de reconcentração fundiária. Segundo Cabral (1986, p. 165),

A estrutura fundiária, que já surgia concentrada na mão dos senhores de engenho desde a colônia, sofrera, ao longo do tempo, um lento processo de desconcentração dentro da própria classe de senhores de engenho, devido a repartição de herança. O processo usineiro veio reverter essa tendência.

Neste mesmo sentido aponta Andrade (1987, apud RODRIGUES & SANCHES, 2020, p. 91), “Muitas vezes endividados pelos empréstimos obtidos no período de entressafra nas usinas, sem poder honrar suas dívidas, vendiam a propriedade à sua credora, que cada vez mais ampliava o patrimônio fundiário”. Os incentivos governamentais do final do século XIX para o primeiro quartel do século XX, ao processo de industrialização da atividade canavieira, tiveram como consequência direta o aumento da concentração fundiária. Devido a isso, houve a diminuição da quantidade de engenhos banguês em detrimento do aumento do número de usinas. Além do mais, a expansão da lavoura canavieira foi, também, estimulada devido a I Guerra Mundial e o aumento do mercado interno, principalmente do mercado consumidor do Sudeste.

Entretanto, após o final da I Guerra Mundial, a produção do açúcar de beterraba

¹ “O engenho São João Salgado foi fundado por Cosme Dias da Fonseca em 1615. Com capela sob a invocação a N. S. das Mercês, tinha duas moendas: uma de água e outra movida a bois, e pela comodidade do Rio Ipojuca podia moer o ano inteiro, podia anualmente fornecer 5.000 arrobas de açúcar e pagava de reconhecimento 30 arrobas de açúcar branco encaixado. Localizado na margem direita do Rio Ipojuca, antes engenho do Salgado, reminiscência da antiga denominação do rio Ipojuca”. (ENGENHOS DE PERNAMBUCO, 2013).

na Europa foi restabelecida, não necessitando mais da produção de açúcar excedente que continuou a ser produzido no Brasil, o que resultou numa queda nos preços do produto a partir de 1923, chegando ao seu auge em 1930, com a grande depressão (ANDRADE, 2011, p.118). Tal situação fez as oligarquias agrárias nordestinas pedir intervenção do governo no setor sucroalcooleiro, o que resultou na criação do IAA em 1933, com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção nacional de açúcar e do álcool, estabelecendo quotas regionais de produção e estoque regulador para estabilizar o preço do produto.

A crise com a conseqüente queda do preço do açúcar em 1923, atingiu seu auge em 1930, tendo suas conseqüências sobre a indústria, estendida até 1940, fazendo com que muitas usinas e engenhos banguês fechassem suas portas, apagassem seus fogos, tornando-se tributários de outros mais poderosos (ANDRADE, 2011, p.118).

De maneira geral, a política intervencionista do governo federal estimulou o processo de concentração fundiária e, ao longo das décadas seguintes, gradativamente, a proletarização do trabalhador rural. No caso dos proprietários dos antigos engenhos banguês,

A usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do bangüêzeiro. O antigo senhor-de-engenho, ao desmontar o seu velho banguê, de bueiro quadrado e baixo, sempre localizado na meia encosta, transformou-se em fornecedor proprietário (ANDRADE, 2011, p.122-123).

Ainda segundo o mesmo autor:

Nem todos os fornecedores, porém, cultivam terras próprias, pois muitas vezes eles alugam terras da usina para plantar; enquanto os fornecedores-proprietários têm, muitas vezes, cotas em várias usinas, não dependendo exclusivamente de uma, os fornecedores-rendeiros estão vinculados a usina proprietária da terra que lavram, só podendo fornecer a ela a terra que cultivam (ANDRADE, 2011, p. 123).

Além do mais, devido a crises que atingiram a produção do açúcar na primeira metade do século XX, principalmente durante a II Guerra Mundial, era comum proprietários de engenhos dividirem sua terra em pequenos sítios para alugar aos chamados foreiros que praticavam a policultura com base familiar. Porém, com o fim da II Guerra Mundial e a conseqüente retomada econômica da atividade canavieira, vários proprietários encerraram os arrendamentos para retomar o plantio da cana-de-

açúcar, o que lhes garantiria melhores rendimentos. Um bom exemplo aconteceu na década de 1950, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão-PE, o que motivou a luta dos foreiros pelo acesso à terra e o início de um dos principais movimentos de luta em prol da reforma agrária da história do Brasil, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. De acordo com Martins (1981, apud OLIVEIRA, 1994, p. 27),

Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros dos antigos engenhos que começavam a ser retomados pelos seus proprietários absenteístas, devido a valorização do açúcar e a expansão dos canaviais. Desde dos anos 1940 os foreiros vinham sendo expulsos da terra, (...) reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes.

Acrescenta-se a esse contexto, da luta pela terra, os trabalhadores assalariados da atividade canavieira, os quais constituíam a imensa maioria dos trabalhadores rurais na área canavieira, também conhecidos como “trabalhadores de oito”, “cassacos” e “eiteiros” (ANDRADE, 2011, p. 127).

Apesar do advento do trabalho assalariado nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, motivado pelo fim da escravidão, pelo surgimento dos engenhos centrais e, depois, pelo surgimento das usinas, a condição de exploração e submissão do trabalhador rural aos “donos” da terra permanecia. Essa realidade, acompanhada de uma política paternalista do Estado em relação a elite agrária, salvando grande parte da mesma quando ameaçada pelos altos e baixos do comércio mundial, provocou a partir das décadas de 1940 e 1950, uma tomada de consciência da classe trabalhadora rural e camponesa, em prol de justiça social pautada no anseio de reforma agrária.

Também, neste período, começa a surgir no Brasil, através do processo de expansão urbano-industrial, uma burguesia em que parte dela passa a tomar consciência dos condicionantes do subdesenvolvimento brasileiro, principalmente do Nordeste, como também, da concentradora e excludente realidade fundiária brasileira. Essa realidade, somada à luta sindical rural das Ligas Camponesas que repercutiu em todo o país nas décadas de 1950 e 1960, motivou intensos debates e tensões políticas temperados pelo contexto geopolítico da Guerra Fria.

Diante dessa realidade, durante quase cinco séculos, as regiões de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho se destacaram como importantes produtoras de açúcar e, em consequência, de exploração da mão de obra. Antes do surgimento das usinas, a

produção canavieira estava baseada na mão de obra escravizada do “negro da terra” ou do africano desterritorializado compulsoriamente e seus descendentes. Depois, mantiveram-se na região as antigas relações de trabalho herdadas do período colonial, como parceiros, foreiros e poceiros, somadas a proletarização crescente do trabalhador rural. Portanto, o movimento das Ligas Camponesas teve um campo fértil para se propagar na região. Tal realidade estimulou entre os latifundiários e trabalhadores assalariados, poceiros, foreiros e parceiros, um tenso ambiente social, de um lado, os “senhores” da terra querendo manter seus privilégios, do outro, o anseio por justiça social frente às condições de exploração do trabalho nos engenhos e usinas e a concentração fundiária. De acordo com Dubat (2005, p. 133), “(...) pesa sobre a região a herança recente da escravidão. A abolição adotada pelas elites brasileiras, não transformou inteiramente as concepções dominantes quanto às relações entre os donos da terra e aqueles que a trabalhavam”.

Neste ambiente, em meio ao governo progressista do presidente João Goulart, a Sudene apresenta propostas para interferir na herança fundiária colonial excludente que ainda hoje predomina na Zona da Mata nordestina. O ponto central do meio rural brasileiro dizia respeito à propriedade da terra, ou seja, à necessidade de transformar a “estrutura fundiária arcaica” da colonização. Na zona canavieira de Pernambuco, sobretudo na sua parte sul, a concentração fundiária atingia taxas extraordinárias. Ademais, a densidade da população e a miséria dos trabalhadores rurais compunham um conjunto considerado explosivo. (DUBAT, 2005, p. 134).

Inseridos no contexto em tela, estavam os trabalhadores rurais do engenho Tiriri e de outros engenhos, em conflito com os proprietários das Usinas Santo Inácio (localizada no Cabo de Santo Agostinho) e Salgado (localizada em Ipojuca), devido a impasses salariais motivados pelo Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963, pelo qual os interesses e direitos dos trabalhadores rurais deveriam ser regidos. Diante disso, lideranças locais e políticas, temendo o agravamento de tensões sociais na região, intermediaram entre as partes envolvidas um acordo inédito a respeito da questão fundiária no Brasil, tendo à frente a Sudene do então superintendente Celso Furtado, foi fundada a Cooperativa Tiriri. De acordo com Dabat (2005, p.140),

Fundada em 24 de abril de 1963 a Cooperativa Tiriri compreendia cinco engenhos: Tiriri, Algodoads, Serraria, Massangana e Jasmin, alugados aos proprietários das Usinas Santo Inácio e Salgado. Ou seja, ao todo 4900 hectares, com em torno de 400 famílias de trabalhadores rurais.

Apesar do acordo selado com os seus proprietários, a Usina Santo Inácio deixou de existir em 1965, passando parte dos seus engenhos para a Cooperativa Tiriri. Antes da Santo Inácio, a Usina José Rufino S.A. interrompeu suas atividades em 1960, seguiram o mesmo destino as usinas Sibéria (1970) e Maria das Mercês (1976). O fechamento delas fazia parte de uma realidade econômica que atingia todo Brasil, principalmente a da Zona da Mata nordestina, o que agravou ainda mais as tensões sociais em prol de reforma agrária. Portanto, tais tensões somaram-se a um conjunto de elementos que estimularam setores sociais conservadores do país, entre eles latifundiários da Zona da Mata, que temiam perder os privilégios, a apoiarem o Golpe de Estado de 1964. A partir daí a questão agrária passou a ser conduzida pelos governos militares de maneira a não pôr em xeque a ordem vigente, mas, mitigando parte dos anseios dos camponeses, a exemplo do Estatuto da Terra de 1964.

Nos engenhos das falidas usinas, em meio a luta pela terra, se estabeleceram ex-trabalhadores indenizados com o título de propriedade da terra, parceiros, poceiros e associados da Cooperativa Tiriri. Em sua grande parte, estes sujeitos sociais, tiveram sua história e de suas famílias atreladas a estas usinas e a estes engenhos por várias gerações. Devido a uma estrutura produtiva baseada no latifúndio, na monocultura e a uma sociedade patriarcal, em que o bem maior era a terra, na maior parte das vezes passada de mão em mão, há séculos dentro da própria família, a mobilidade social, dentro desta estrutura econômica, foi quase que inerte. Ademais, Em uma região em que por quase cinco séculos a monocultura da cana exercia o monopólio sobre a terra e que, durante o mesmo período, foi a principal fonte de exploração do trabalho, seja este escravo, “associado” ou assalariado, como também, a principal riqueza do Estado de Pernambuco, se leva a crer que estes trabalhadores, que lutavam pela terra, pelo menos em sua maioria, são descendentes dos escravizados “negros da terra” ou da África.

Em meio a todas estas tensões no campo, que se alastraram no Brasil pela atuação das ligas camponesas lutando pela reforma agrária, foi que o setor sucroalcooleiro enfrentou na década de 1970 mais uma crise econômica, agravada ainda mais pela crise do petróleo em 1973. É então que o governo federal lança mão do Proálcool, visando aliviar os impactos do preço do barril do petróleo na economia e, ao mesmo tempo, socorrer o setor sucroalcooleiro.

Com a criação do Proálcool, as usinas dispuseram de recursos para ampliar as suas atividades industriais, expandindo a cultura da cana até por áreas

ecologicamente pouco favoráveis. Surgiram destilarias autônomas, desvinculadas de usinas. As destilarias governamentais foram desativadas a fim de fortalecer as atividades de grupos econômicos privados. No período de domínio do governo militar, a agroindústria continuou a se expandir graças aos subsídios concedidos. (ANDRADE, 274, p. 2001).

O Estado mais uma vez subsidiou a sobrevivência da agroindústria canvieira, principalmente da região Nordeste e, especialmente, de Pernambuco. Tal ação é justificada através do momento de regulação da política nacional de combustíveis, frente a crise econômica agravada pela questão geopolítica do petróleo. No entanto, o fim do IAA em 1990, motivado pelos novos tempos de crise inflacionária dos anos de 1980 e da política de Estado mínimo, possibilitou a expansão da agroindústria canvieira para outros estados fora da região Nordeste, consolidando o domínio da produção no estado de São Paulo.

Na última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI, houve o endividamento e a falência de muitas usinas de açúcar e álcool em Pernambuco. Em Ipojuca tivemos o caso da Usina Salgado (Figura 11).

Figura 11 – Canavial e Usina Salgado.



Fonte: Google Earth Pro (10/2021).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II,

As dívidas atuais da Usina Salgado superam a cifra de 200 milhões de reais. As organizações exigem a expropriação das terras da Usina como forma de pagamento das dívidas que a mesma tem com a União. Para sanar também a dívida que a Usina fez com os trabalhadores, por não ter repassado os impostos retirados na fonte para o INSS, o Fórum defende que as terras devem ser revertidas para o programa de Reforma Agrária e assentar os antigos trabalhadores, os trabalhadores e os posseiros dos engenhos ligados à Usina Salgado. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2021).

Neste sentido, acompanhando a tendência de decadência da atividade canavieira em Pernambuco, das oito usinas existentes na primeira metade do século XX nos municípios que sediam o CIPS, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, apenas duas continuam moendo, a usina Ipojuca (Figura 12), localizada no município homônimo, e a Usina Bom Jesus, localizada no Cabo de Santo Agostinho.

Figura 12 - Usina Ipojuca



Fonte: Google Earth Pro (10 /2021)

Portanto, é sobre esse contexto histórico que foi implantado o CIPS, o novo sistema técnico hegemônico de Pernambuco. Nos engenhos sobre o qual o CIPS foi instalado existe uma longa história de resistência de trabalhadores rurais e camponeses frente ao processo de concentração fundiária e de exploração da força de trabalho. O processo de luta e resistência pela terra que teve como resultado a violência no campo, sendo a zona da mata de Pernambuco uma das regiões onde mais existe conflitos fundiários no Brasil. Na realidade, conflitos que se arrastam desde o extermínio dos Caetés, no caso em destaque, na região do entorno do que hoje é o CIPS.

3 MUNDIALIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, PORTOS E NOVA DINÂMICA TERRITORIAL DE IPOJUCA

O termo globalização, assimilado através dos meios de comunicação e do senso comum, não condiz com a complexidade do fenômeno a que se refere, por ter uma conotação genérica. Na realidade, a globalização repercute em várias dimensões das relações sociais e entre a sociedade e o meio em que estão inseridas, neste sentido, vale destacar as dimensões econômica, política, cultural e ambiental. Ademais, o termo induz à percepção de uma integração mundial homogênea, quando, na realidade, diz respeito a uma integração mundial segundo a heterogeneidade entre os diversos Estados nacionais ou sociedades, como também, entre as regiões dos seus territórios.

Diante do exposto, as percepções de integração e homogeneização atrelada ao termo globalização se fortalecem, ao mesmo tempo em que, se banaliza e se esvazia a compreensão do complexo processo ao qual o termo está ligado, devido a aceleração contemporânea atrelada ao avanço das novas tecnologias, com destaque para as da informação e dos transportes, que expandem e integram a economia mundial, possibilitando a compressão da noção de espaço-tempo mundo.

Portanto, terminologias como aldeia global e percepções a respeito do mundo, como este tivesse ao alcance das mãos, distanciam-se do entendimento da complexidade de dimensões que se estabelecem e interagem por traz do termo genérico globalização, que, como processo histórico, segundo Sene (2003, p. 37), possui suas origens mais remotas na virada do século XV para o XVI, quando se iniciou a mundialização do capitalismo no contexto das grandes navegações. Para Santos (2000, apud SENE, 2003, p. 38), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. De acordo com Sene (2003, p. 39),

Um aspecto central da globalização, que é destacado por vários pesquisadores que crêem em sua existência, como Benko (1994), Coutinho (1995), Dollfus (1994), Giddens (1991), Gorender (1995), Harvey (1993) e Santos (1994, 1996, 2000), é a aceleração em todos os setores da vida. Essa aceleração especialmente dos fluxos, tem provocado mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas e espaciais, mudando mesmo a percepção das pessoas e das empresas em relação ao espaço geográfico local e mundial. Isto não seria possível sem os enormes avanços dos sistemas técnicos, como consequência da revolução técnico-científica e informacional.

Para Santos, “Acelerações são momentos culminantes na história, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo” (SANTOS, 2008d, p. 27). Neste sentido, Sene (2003, p. 40), afirma que “a globalização, calcadas nos avanços da revolução-técnica-científica ou informacional, é, ao mesmo tempo, continuidade e aceleração do processo de mundialização capitalista”. Tal mundialização tem intensificado de maneira dialética as dinâmicas sociais, como também, entre as sociedades e a natureza, ou seja, as dinâmicas socioespaciais.

Portanto, sem pretensão de abarcar toda complexidade da discussão em torno da globalização (nem seria possível), optamos por questão metodológica direcionar a discussão em torno da sua dimensão socioeconômica, entendendo que estas também se revelam como principal motor do processo em questão, já que a busca contínua da mais valia inerente ao capitalismo, tem como consequência uma aceleração tecnológica que repercute na expansão do horizonte geográfico do sistema em questão, produzindo novas e dialéticas dinâmicas socioespaciais.

Diante do exposto, entendemos que a mundialização do capitalismo que culminou no atual estágio, vulgarmente denominado globalização, é resultado não de uma aceleração, mas de acelerações. Estas se originaram em determinados Estados nacionais que reuniam, em determinados momentos da história, condições ideais (econômicas, políticas, culturais e geográficas) para estabelecer novos ciclos tecnológicos que deram suporte a expansão, intensificação e integração (desigual) do capitalismo sobre vários territórios nacionais. Portanto, tais sociedades tornaram-se em determinado período centros da dinâmica capitalista, tendo os seus principais agentes políticos e econômicos alcançado a condição de vetores hegemônicos durante o processo de expansão capitalista, iniciado pelos avanços tecnológicos que o condicionaram.

Cada fase de expansão capitalista provoca profundas alterações nas dinâmicas socioespaciais, principalmente nos territórios que não fazem parte do centro de expansão (a grande maioria). Estes compõem os espaços periféricos do capitalismo, sendo assim, se configuram como Estados nacionais hegemônicos ou não hegemônicos. Ademais, a expansão das relações econômicas altera as outras dimensões das relações sociais (políticas, culturais e ecológicas), como também, recebe influência de tais dimensões.

Como a lógica da concorrência é inerente ao sistema capitalista, cada período inaugurado por um momento de aceleração é marcado por uma determinada ordem

geopolítica, que dura até que outros Estados nacionais consigam reunir as melhores condições para se tornarem ou fazerem parte do centro de uma nova dinâmica em expansão. Vale também destacar que cada aceleração está atrelada a grandes eventos que iniciam um novo período na dinâmica da mundialização capitalista e, cada período, através de sua acomodação natural, gera as condições para o surgimento do que o sucede. Sendo assim, podemos dividir o processo de mundialização do capitalismo em três períodos bem evidentes: o colonialismo, que teve como eventos iniciais as Grandes Navegações; Imperialismo, que teve seus eventos iniciais atrelados a Revolução Industrial; e, o atual período, a globalização, que tem seus eventos condicionantes atrelados a internacionalização do capital do pós-guerra, principalmente a partir das transformações econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas a partir da década de 1970.

Diante do exposto, nos propomos em seguida a compreender os principais eventos ocorridos no pós-Guerra e suas correlações que são, na realidade, as condições germinais do atual período, são eles: o regime de acumulação fordista e o Keinesianismo enquanto modo de regulação; as questões da geopolítica da Guerra Fria, a transição para o regime de acumulação flexível e a conseqüente evolução tecnológica atrelada aos eventos do pós-guerra. Consideramos que o processo de integração desigual entre sociedades que se acelerou no pós-guerra, comumente chamado de globalização, se trata de um momento de aceleração da economia mundo e suas repercussões nas diversas dimensões sociais e ambientais.

Ademais abordamos o processo de relação entre cidade e porto. Esses que são dois elementos essenciais para a integração produtiva mundial, principalmente quando considerados a partir das últimas décadas do século XX, quando a inovadora tecnologia de contêineres passa a ser amplamente utilizada nos Estados Unidos e na Europa, estimulando a engenharia naval a desenvolver os gigantes navios porta-contêineres, provocando uma verdadeira revolução no transporte marítimo de carga, o que impacta diretamente nas relações de fluxos do comércio mundial. Tal evolução altera a relação entre cidades e portos, a depender do tipo dessa relação, os impactos socioespaciais serão mais ou menos harmoniosos.

Por fim, abordamos o nosso objeto empírico, Ipojuca, segundo a complementaridade dialética que se realiza com a sobreposição territorial do novo sistema técnico hegemônico sobre o antigo, ou seja, do CIPS sobre as terras das antigas usinas e engenhos de açúcar. Rugosidades estas que acumulam

temporalidades técnicas da primeira (Colonialismo) e segunda etapas da mundialização (Imperialismo). Vale enfatizar que em relação ao termo globalização, comumente propagado pela mídia e parte da academia, entendemos este como o atual período do processo de mundialização (do capital), o qual se iniciou apenas no Pós-Guerra, e, por opção teórica, preferimos chamá-lo de meio-técnico-científico-informacional, assim como defende Milton Santos.

3.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL: DO FORDISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Após a acomodação da sua fase concorrencial e imperialista, o capitalismo passou por um intenso processo de expansão no pós-Segunda Guerra. As condições que geraram tal processo estão diretamente ligadas a emergência dos Estado Unidos durante o período entre Guerras e sua consolidação geopolítica no contexto bipolar da Guerra Fria, como também, a consolidação das empresas norte-americanas através da regulação do regime de acumulação fordista pelo keynesianismo, devido à grande crise econômica de 1929.

Embora os Estado Unidos tenha participado ativamente da II Guerra mundial e tenha saído, ao lado da extinta União Soviética, como grande potência bélica, seus meios de produção não foram atingidos pelo conflito, diferentemente das outras potências industriais (Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Japão), já que estas se localizam no teatro de operações do grande conflito bélico. Neste contexto, os Estados Unidos atuaram também como o grande fornecedor de suprimentos bélicos e de bens de consumo aos países aliados, estimulando, ainda mais, a economia estadunidense, através da produção industrial frente às outras nações industrializadas. Segundo Dollfus (1994, p. 32),

Em 1945 a América é 'imperial'. Intactas, suas indústrias contribuem com 50% para a produção de um mundo onde as outras potências industriais são devastadas pela guerra. Sob o guarda-chuva atômico, a reconversão das produções orientadas para a guerra em atividades civis se faz rapidamente.

Tal contexto possibilitou que sob a liderança estadunidense houvesse a reorganização da economia mundial do pós-Guerra. Isso posto, a Conferência econômica de Bretton Woods, realizada em 1944, criou as condições necessárias

para garantir a estabilidade econômica mundial e estimulou um dos mais longos períodos de equilibrado crescimento do capitalismo (SENE, 2003, p. 44). Neste cenário, foram criados o Bird (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Gatt, que se tornaria mais tarde na OMC (Organização Mundial do Comércio). Tais instituições tiveram o papel de financiar e estabelecer as regras econômicas da expansão capitalista do pós-Guerra, enquanto a ONU (Organização das Nações Unidas) garantiu o ordenamento político mundial (SENE, 2003, p. 44). Também na conferência de Bretton Woods, foi estabelecida a paridade entre o ouro e o dólar, o que possibilitou que a moeda estadunidense se tornasse uma moeda de reserva e de circulação mundial.

Essa institucionalização e regramento do pós-Guerra permitiu que os Estados Unidos disponibilizassem o seu excedente de divisas para reconstruir as economias europeias e a japonesa, através respectivamente, dos planos Marshall e Colombo. Dessa maneira, se garantiu a internacionalização dos conglomerados estadunidenses, como também, o fortalecimento do capitalismo na Europa e na Ásia (principalmente no Japão), frente ao seu regime rival, o socialismo. Era fundamental recuperar mercados para produtos e capitais estadonidense, evitando uma crise de superprodução, como ocorrera em 1929 (SENE, 2003, p. 46). De acordo com a concepção keynesiana, a falta da demanda agregada suficiente explicava as quedas econômicas (STIGLITZ, p. 38 apud SENE, 2003, p. 47).

Desta maneira, as empresas multinacionais estadunidenses, europeias e japonesas, sob a estabilidade garantida ao regime fordista pelo keynesianismo, como também, da tríade de instituições criadas em Breton Woods (Bird, FMI, Gatti), que disponibilizava a oferta de capitais para países que visavam desenvolver o processo de industrialização segundo o regramento hegemônico, trataram de procurar novos territórios para abrir filiais ou fazerem associações e aquisições. Neste sentido,

A formação de verdadeiros governos institucionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente dos instrumentos de política econômica internacional consentâneos com a tendência de internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional. As receitas de política econômica do Fundo Monetário Internacional há muito tempo se tornaram políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos de multinacionais (OLIVEIRA, 2011, p. 245).

Ademais, tais empresas escolheram se instalar em territórios que

disponibilizassem de melhores vantagens comparativas em relação aos seus países sedes. Assim, países que possuíssem mercado consumidor abundante, mão de obra barata, abundantes reservas de matéria-prima, frágeis legislações trabalhistas e ambientais, passaram a atender a expansão capitalista do pós-Guerra, que se internacionalizou através de investimentos de capitais produtivos e especulativos em direção a todos os continentes.

Nesse novo ambiente econômico, países da América Latina (México, Brasil e Argentina) e a África do Sul, adotaram políticas estatais que visavam atrair os investimentos produtivos das multinacionais para implementar ou consolidar o modelo de substituição de importação adotado por estes países. Assim, foram estabelecidas políticas pautadas na implantação de infraestrutura e de incentivos fiscais que tiveram como principal objetivo atrair o capital privado internacional, para se somar ao capital estatal e ao capital privado nacional. A essas combinações de capitais, somavam-se ações protecionistas visando garantir a produção industrial local.

Mais tarde, países do sudeste asiático, que ficaram conhecidos como Tigres Asiáticos, seguiram um modelo parecido ao adotado pelos países de industrialização tardia da América Latina, no que tange a questão de infraestrutura e incentivos fiscais. Adotaram o modelo conhecido como Industrialização Orientada para a Exportação (OIE), atraindo não só capitais estadunidense e de outros países industrializados, mas também, segundo a lógica hegemônica, a expansão de capitais japoneses fruto da “bem-sucedida” intervenção capitalista estadunidense do pós-Guerra.

Cabe ressaltar que as multinacionais dos países industrializado também se expandiram em direção a países com base econômica primária para atuar nos outros setores da economia (principalmente no setor de commodities). O processo de descolonização da África, por exemplo, permitiu no continente tal expansão das multinacionais, porém, mantendo os países do continente em posição de desvantagem na DIT vigente, pois estes, com exceção da África do Sul, permaneceram como exportadores de commodities. Neste sentido Oliveira (2011, p. 250) afirma que:

No pós-Segunda Guerra Mundial as multinacionais expandiram-se para a Europa ocidental e para a Ásia. Simultaneamente, as empresas multinacionais europeias expandiram-se para a África e a Ásia, na esteira do processo de descolonização/independência das antigas colônias. Com isso criaram-se novas formas de dependência econômica nesses jovens países.

Diante do exposto, a DIT dos “trinta anos gloriosos do capitalismo” que sucederam ao pós-guerra, permitiu uma grande internacionalização das multinacionais, dando a essas empresas um papel de destaque na intensificação do processo de interdependência da economia mundial, embora, é importante destacar, novas relações de dominação foram estabelecidas, aprofundando as desigualdades entre os Estados-nações, mantendo a característica de um sistema pautado em um desenvolvimento desigual e combinado. Neste contexto de expansão, o capitalismo se internacionalizou de maneira “estável” (segundo a sua lógica) durante praticamente os trinta primeiros anos do pós-guerra. No caso dos países industrializados,

Neste período o Estado era beneficiado com maiores receitas, como resultado da expansão econômica, o que lhe permitiu construir, sobretudo nos países da Europa ocidental e Japão, uma densa rede de proteção social, dando ao capitalismo uma “face humana”. Houve uma melhora significativa das condições de vida das massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que afugentou o espectro do comunismo, anulando qualquer pretensão de transformação revolucionária da estrutura socioeconômica. (SENE, 2003, p. 72).

Cabe ressaltar que os sindicatos e a luta dos trabalhadores também foram decisivas para a conquista das bonanças sociais do welfarestate, como destaca Sene (2003, p. 73), “Certamente, a organização sindical e a mobilização política dos trabalhadores foram componentes importantes para explicar os crescentes aumentos salariais e a melhoria de suas condições de vida”. No entanto, o estado do bem-estar social, baseado na rigidez estrutural do sistema fordista, começou a dar sinais de cansaço por meados da segunda metade do século XX. “Pelo fim dos anos 60 e começo dos 70, o crescimento se desacelerou. Uma explicação do fim do crescimento, que recebeu certa audiência, atribui este ao desmoronamento do consumo de massa (PIORE & SABEL, 1984 apud BENKO, 1996, p. 115)”.

“Segundo esses dois autores, a demanda de bens produzidos em série estagnou num período em que o mercado nos países adiantados estavam saturados e no momento em que os consumidores procuravam bens mais diversificados e apelavam para uma concepção mais elaborada”, (BENKO, 1996, p. 115).

Ademais, o processo de internacionalização capitalista direcionado pelos Estados Unidos no pós-guerra, após ter rendido bons frutos durante décadas, reverte-se contra a estabilidade econômica estadunidense à medida que se cria a nível global um mercado competitivo, devido a emergência de novos territórios industrializados. A

esse respeito Harvey (2009, p.135), afirma que:

Foi também perto dessa época que a política de substituição de importação em muitos países do terceiro mundo (da América Latina em particular), associado ao primeiro grande movimento das multinacionais em direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, no quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. Daí por diante a competição se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Breton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuante e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra.

Neste contexto, o financiamento da internacionalização rumo a novos países que se industrializam foi, durante décadas, uma boa estratégia temporal e espacial para absorver o problema da superacumulação, porém, com o tempo, deixou de surtir os bons resultados de outrora, sendo necessária uma readequação produtiva e institucional que minasse a rigidez fordista/keynesianista. “Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de longa escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes” (HARVEY, 2009, p. 135). Ademais, a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora dificultava as tentativas de superação da rigidez fordista. Portanto,

Foi principalmente com o deslocamento espacial e temporal que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. Por conseguinte, a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação (HARVEY, 2009, p. 173).

A essa crise do fordismo-keynesianismo, acrescentou-se as crises do petróleo em 1973 e 1979, deflagradas pelos países da OPEPE devido a política de autoafirmação de gerência deste recurso, a primeira usada como ferramenta geopolítica durante a guerra de Yom Kippur, quando os preços do barril do petróleo tiveram elevada alta no mercado internacional. Em uma economia global onde os fluxos de mercadorias se intensificaram de maneira substancial devido a internacionalização do capitalismo e maior interdependência econômica global, o aumento nos preços do petróleo foi mais um duro golpe para por fim aos “trinta anos

gloriosos” de expansão capitalista do pós-guerra.

Diante de todo esse contexto, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por uma severa crise econômica resultando na diminuição da taxa de crescimento de vários países industrializados, inflação e desemprego. Na necessidade de superação da crise e de resolver o velho problema de superacumulação do capitalismo, medidas que possibilitassem uma maior flexibilidade e capacidade de adequação as nuances da economia mundial foram requisitadas.

De acordo com Sene (2003, p. 76), “O regime de acumulação flexível foi a resposta para as contradições do fordismo, uma adaptação do sistema produtivo capitalista às suas necessidades, que já não eram satisfeitas pela regulação keynesiana”. Neste sentido, basicamente a adoção combinada de três campos de ações começaram a ser adotadas pelos países centrais como nova alternativa ao fordismo-keynesianismo e, em seguida, passaram a ser impostas aos outros países industrializados com suas devidas adaptações e limitações. Neste sentido podemos destacar:

- regime de produção toyotista (em alternativa ao fordista);
- grande evolução tecnológica (decorrente da terceira Revolução Industrial);
- neoliberalismo (em substituição ao keinesianismo).

O regime de produção toyotista, criado na década de 1960 na fábrica da Toyota, visava através da diminuição do desperdício e a produção adequada ao consumo, a redução dos custos de produção para atingir o aumento da lucratividade. Assim, podemos observar, de acordo com o quadro abaixo, algumas das principais transformações ocorridas no processo produtivo quando comparamos ao fordismo.

Quadro 1 - Comparação entre fordismo e toyotismo

FORDISMO	TOYOTISMO
Produção em massa de bens homogêneos; Uniformidade e padronização	Produção flexível em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
Grandes estoques	Sem estoques
Detecção tardia de erros	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
Perda de produtividade devido longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques.	Redução da porosidade do dia de trabalho
Trabalho individual	Trabalho em equipe
Especialização do trabalhador em uma Tarefa	Trabalhador apto a realizar múltiplas tarefas
Pouco ou nenhum treinamento	Muito treinamento no ambiente de trabalho
Distribuição em escala mundial de componentes e subcomponentes	Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas
Homogeneização dos mercados de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
Menor grau de automação	Elevado grau de automação

Fonte: autor. Adaptado de Swyngedouw (1986, apud HARVEY, 1989, p. 189).

Segundo as transformações realizadas, a almejada flexibilidade no processo de produção fabril é alcançada a partir da maior consonância entre a produção e a demanda do mercado, evitando o sério problema de grande estocagem do fordismo, além de ofertar uma maior variedade de produtos incentivando uma maior rotatividade do consumo.

Em relação a mão-de-obra, houve uma readequação da remuneração dos trabalhadores segundo o tripé, salário base, demanda de mercado e mérito segundo a produtividade podendo, as remunerações do trabalho, oscilarem de acordo com a dinâmica do mercado. O processo contínuo de treinamento em lócus de trabalho, a capacitação para várias tarefas a serem realizadas na linha de produção e o trabalho em equipe, permitiu a diminuição da porosidade de tempo e, assim, o aumento de produtividade do trabalho vivo. Além do mais, houve uma maior flexibilidade no regime de trabalho estando as contratações divididas em um grupo de trabalhadores regular (centrais) mais capacitado e com maiores salários e, um grupo periférico, formados por trabalhadores com menor qualificação (menores salários) e, entre estes, um grupo de trabalho regular e outro de subcontratados. Desta maneira, os gastos com a mão-de-obra ficam mais flexíveis para acompanhar a volatilidade do mercado, o que torna a exploração do trabalho mais intensa em relação ao fordismo.

No campo do desenvolvimento tecnológico, a inovação foi estimulada devido ao ambiente de concorrência criado pela internacionalização do capital e do contexto geopolítico iniciado com a II Guerra Mundial e estendido durante toda Guerra Fria. Diferente dos tempos de outrora em que a inovação surgia principalmente no fazer da rotina produtiva, no pós-guerra, a ciência teve um papel central para a eclosão da Terceira Revolução Industrial.

Na segunda metade do Século XX cada vez mais a inovação foi fruto da pesquisa científica em universidades, laboratórios estatais, laboratórios para auxiliar a produção bélica e laboratórios privados das multinacionais. Neste contexto, a Terceira Revolução Industrial possibilitou o desenvolvimento de uma infinidade de segmentos tecnológicos como a química fina, a biotecnologia, a eletrônica, a indústria aeroespacial, a robótica, a telemática, a telecomunicação e os meios de transporte. Para a lógica capitalista, tais inovações foram essenciais para estimular o consumo direto ou indireto, para fortalecer a força bélica e geopolítica dos países hegemônicos que impuseram a ordem social capitalista e para uma maior compressão do espaço-tempo, favorecendo intensivamente a fluidez de mercadorias, pessoas e, principalmente, dos fluxos imateriais de informação e de capital volátil.

No campo teórico-econômico, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e a primeira ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, foram pioneiros em defender e implementar, ainda na década de 1970, o neoliberalismo em substituição ao welfarestate, ou estado do bem-estar social. A implementação do neoliberalismo

por Donald Reagan, representou a continuidade à política de desregulamentação iniciada pelo presidente Richard Nixon, quando pôs fim em 1972, a paridade ouro-dólar, permitindo a flutuação do dólar e a sua desvalorização em relação a outras fortes moedas internacionais.

A partir de então, o neoliberalismo passou a fazer parte da nova lógica de regulamentação econômica do capitalismo mundial. Portanto, para os países que quisessem fazer empréstimos e cooperação econômica, o FMI e o Banco Mundial impuseram como condição o receituário neoliberal. As três premissas básicas adotadas e defendidas pelo receituário neoliberal eram:

- Abertura econômica;
- Controle fiscal macroeconômico;
- Implementação da economia de mercado.

Diante do exposto, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, as instituições fomentadoras do capitalismo, através do receituário neoliberal, contraditoriamente regulamentaram a desregulamentação da economia mundo. A prática protecionista de mercado passou a ser deixada de lado em favor da abertura econômica para mercadorias importadas, capitais produtivos e especulativos. O Estado deveria diminuir o seu tamanho impactando, principalmente, serviços essenciais do setor público como educação, saúde, assistência social, como também, através de privatizações, estimular a participação do setor privado na economia. Segundo a lógica neoliberal, um ponto fundamental foi a flexibilização das leis trabalhistas, que defendia o achatamento dos salários dos trabalhadores, a diminuição do amparo social a estes e a terceirização. Desta maneira, se possibilitou a ampliação da mais valia.

Para os países emergentes que tiveram as suas dívidas agravadas pela crise econômica das últimas décadas do século XX, tais medidas provocaram grande onda de desemprego conjuntural e estrutural, além da diminuição efetiva da proteção social do Estado. No Brasil, tal receituário passou a ser implementado no governo de Fernando Collor de Melo, através da abertura econômica e privatizações, sendo intensificado no governo de FHC. Destarte, várias empresas brasileiras faliram devido ao ambiente de readequação produtiva e grande crise inflacionária, ou foram adquiridas pelo capital internacional através de privatizações e fusões.

No contexto da implementação da economia de mercado, a decadência do sistema socialista defendido pela então potência geopolítica da URSS, possibilitou a adesão de novos territórios ao sistema capitalista, principalmente de países do leste europeu, a exemplo da Alemanha Oriental, que se unificou a Alemanha Ocidental, se tornando a Alemanha unificada a maior economia europeia. Também como exemplo dessa nova realidade, a China, que apesar de continuar sendo um dos poucos países a adotar o socialismo, abriu a sua economia para as multinacionais de maneira adaptada a ordem estatal socialista, se tornando uma economia pautada no chamado socialismo de mercado e ocupando, atualmente, o posto de segunda economia do mundo e candidata direta a superar os EUA como maior economia. Tal contexto geopolítico atrelado ao novo regime de acumulação flexível, este último tendo como parâmetro a desregulamentação dos territórios e uma forte inovação tecnológica, ampliou fortemente a atuação das multinacionais pelo globo, como também, acelerou os fluxos do comércio mundial tornando-os cada vez mais densos e reticular, integrando de maneira desigual e dialética o espaço geográfico mundial. As profundas transformações políticas, econômicas e tecnológicas, que ocorrem a nível mundial, no pós-guerra, principalmente a partir da transição do regime fordista para o regime de produção flexível, que se estabelece a partir da década de 1970, engendrou uma nova ordem mundial no final do Século XX, a globalização.

Para concluir, sem entrar ainda no mérito dos impactos negativos, cabe enfatizar que a configuração geográfica dessa nova ordem mundial, a globalização, a qual Milton Santos denominou meio-técnico-científico-informacional, não seria possível sem a fluidez de mercadorias, pessoas e outros fluxos materiais e imateriais. Tal fluidez possibilitou a integração geográfica mundial, embora de maneira desigual e dialética. Neste sentido, a evolução dos meios de informação e dos transportes tiveram papel decisivo, pois permitiram o tráfego da informação instantânea, necessário para integração gerencial das instituições e corporações, e o “encurtamento” das distâncias para os fluxos materiais, tanto em quantidade como em rapidez. Isso posto, cabe destacar o quão decisivo foi o transporte marítimo e a sua evolução tecnológica que acompanhou o acelerado aumento dos fluxos do comércio mundial decorrente da internacionalização do capital no pós-guerra.

3.2 RELAÇÃO CIDADE-PORTO E INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

A estagnação do modelo fordista-keynesianista e a emergências do modelo de acumulação flexível que ocorre a partir da década de 70, provocaram excepcional aumento dos fluxos materiais e imateriais da economia internacional. A internacionalização do capital marcada pela multinacionalização das empresas e pela intensificação da interdependência econômica dos mercados domésticos a nível global foi fortemente estimulada pela evolução tecnológica, abertura dos mercados e pela desregulamentação no âmbito dos Estados nacionais a fim de estimular e fortalecer a atuação das empresas na economia, inclusive em setores tipicamente de responsabilidade do Estado.

A globalização econômica, esse novo período da evolução capitalista, em que os fluxos econômicos se aceleram e se multiplicam em uma dimensão extraordinária, é caracterizada pelo imperativo da competitividade entre empresas e entre territórios (em suas diversas escalas de governança), e pela interdependência desigual e complementar dessas relações. Diante desse contexto, no âmbito das empresas multinacionais, são adotadas estratégias de especialização e dispersão geográfica. Carrué (2002, apud COZIC, B. 2005, p. 3822) destaca três estratégias:

A primeira estratégia, para uma firma multinacional, consiste em ter acesso às matérias primas e aos produtos dos quais tem necessidade nos seus processos de produção. (...) A segunda estratégia consista em ter acesso aos mercados nacionais e continentais de maneira direta, implantando as suas firmas no território dos mercados cobijados. (...) Por último, a terceira estratégia consiste em poder reexportar, para os países de origem das firmas multinacionais, os bens que são produzidos nos territórios estrangeiros;(...).

Ademais, no âmbito dos Estado nacionais, a competitividade também é acirrada entre os vários países segundo o papel que cada qual exerce na nova DIT. Na nova lógica de acumulação flexível cada Estado nacional se esforça para preparar os melhores fixos ou ambientes regionais para captar os fluxos econômicos globais, seja desregulamentando o território, disponibilizando mão-de-obra qualificada ou pouco qualificada segundo os objetivos produtivos, disponibilizando créditos fiscais e infraestrutura. No entanto, os países centrais conseguem ter uma maior eficiência nesta nova lógica, já que suas empresas multinacionais funcionam como grande capilaridade na atração de fluxos.

Os países desenvolvidos, através das firmas multinacionais, constituíram verdadeiras redes pelas quais podem doravante controlar a sua produção e a fluidez do escoamento das suas mercadorias sobre um plano internacional, e, por consequência muito difusos no plano geográfico. (COZIC, B. 2005, p. 3823).

De modo geral, no contexto do mundo globalizado com intensa fluidez, atrair ou participar da geração de fluxos econômicos em maior grau, como também, em qualidade no que diz respeito a valor agregado, é decisivo para a estabilidade econômica do Estado nação, frente a uma realidade observada desde 1950 em que as exportações mundiais crescem mais intensamente que o PIB mundial.

Tabela 2 - Trocas comerciais internacionais (1950-1999, 1990: base 100).

	1950	1960	1970	1980	1990	2000
PIB mundial	19	30	50	73	100	120
Valor das exportações mundiais	2	4	9	59	100	160

Fonte: OMC apud COZIC, B (2005).

Portanto, o transporte marítimo sempre esteve atrelado a evolução do capitalismo desde a sua fase inicial, neste sentido não há melhor exemplo do que as Grandes Navegações, portanto, foi um fator decisivo no processo de mundialização do capital. Não diferente acontece no atual período, a globalização. De acordo com Harvey (2009, p. 145),

O transporte marítimo sofreu uma verdadeira revolução, que se traduziu concretamente pelo aumento da capacidade dos navios, por ganhos em velocidade e por uma diminuição significativa do custo do frete, contribuindo para o encurtamento relativo das distâncias para os homens, as mercadorias e as informações.

Segundo o imperativo da competitividade, o transporte marítimo vem evoluindo de maneira a proporcionar segurança, diminuição no tempo de deslocamento das mercadorias, aumento de capacidade de transporte e especialização em relação ao conteúdo das cargas transportadas. Nesta lógica, e para atender a reorganização do comércio mundial, em que se estabelece uma verdadeira integração produtiva, foram agregados:

(...) um conjunto de mudanças na estrutura mundial dos portos (...). E mais os avanços da engenharia naval e a construção de novos tipos de navios mercantes, (...). No entanto, atribui-se a maior transformação do setor aos navios contêineres especialmente projetados para a maximização do transporte de contêineres, ícone das transformações mundiais no transporte e manuseio de cargas. (MONIÉ 2006, ps. 976-977).

No conjunto das inovações técnicas, os contêineres representam verdadeira revolução, pois possibilitou o transporte das mais variadas cargas, desde eletrônicos a produtos agrícolas; somado as inovações da engenharia naval estimulou a construção de navios (figura 13) cada vez maiores e mais rápidos, conseqüentemente aumentando a eficiência no que tange a fluidez; tornou mais rápidas e seguras as operações de carga e descarga e possibilitou a integração mais efetiva dos modais. Atrelado a inovação dos contentêineres, outras inovações foram estimuladas, seja na adoção de tecnologias de informação para auxiliar a gestão dos fluxos, no conjunto de objetos técnicos necessários para transbordo de carga, na adaptação de outros modais para que aconteça o seu transporte, como também, no espaço portuário exigindo uma maior disponibilidade fundiária para operações logísticas.

Figura 13 - "HMM Algeciras" (um dos maiores navios do mundo com 400m e capacidade para 23964 TEUs).



Fonte: <https://www.usuport.org.br/Noticia/15912/Portos-europeus-recebem-maiores-navios-do-mundo>. Acessado em 12/08/2021.

Destacadamente a revolução dos contêineres de carga somada a evolução da engenharia naval suprimiu consideravelmente a relação espaço-tempo a nível de

integração produtiva global. De acordo com Cozic, B. (2005, p. 3827), “A coerência das redes de transporte marítimas, fluviais, rodoviárias e ferroviárias vai determinar o grau de eficácia de um certo território para a atração dos fluxos de mercadorias e o seu escoamento através dos territórios”. O uso dos contêineres de carga através da integração entre os vários modais permite uma maior espacialidade dos fluxos de mercadorias no interior dos continentes (ferroviário, rodoviário e hidroviário) e entre os continentes através dos navios porta-contêineres.

Essa nova realidade foi absorvida destacadamente entre os países centrais através de várias ações relacionadas as estruturas portuárias. Neste sentido, procuraram implementar um conjunto de inovações exigidas pela nova lógica do transporte marítimo iniciada no âmbito da globalização econômica a partir dos anos 1970. Tais inovações tornaram obsoletas as tradicionais estruturas portuárias como os armazéns entre outras, exigindo um processo de readequação das estruturas portuárias em diversos países. Também tiveram destacada influência neste processo as novas dimensões de preocupação em respeito à sustentabilidade e aos aspectos socioeconômicos.

Portanto, as cidades com estruturas portuárias que agregaram as inovações do setor de transporte marítimo, principalmente relacionadas aos fluxos globais e, em menor grau, regionais, ganham um importante papel no contexto do comércio global, pois tornaram-se elos entre o espaço dos fluxos marítimos e os espaços continentais produtivos abrangidos pela sua hinterlândia. De acordo com Monié e Vidal (2006, p. 977),

Com a globalização, novas demandas foram colocadas sobre os portos, o que resultou em mudanças no sistema portuário mundial e nas cidades com portos. Em relação ao porto, destaca-se que o mesmo não pode ser pensado apenas do ponto de vista técnico e operacional. Ele não é apenas um corredor, ele é mais: um instrumento a serviço de um projeto de desenvolvimento.

Portanto, a interação porto-cidade no atual período de mundialização capitalista precisa atender a uma nova perspectiva na qual deve haver uma positiva sinergia entre cidade e porto, possibilitando que o porto cumpra seu importante papel enquanto fixo a serviço dos fluxos econômicos globais, no qual a cidade seja parceira, fornecendo serviços, mão-de-obra qualificada, agregando valor aos fluxos, ao mesmo tempo em que a estrutura portuária, na contramão de impactar negativamente na

dinâmica socioespacial urbana ou territorial, seja um importante fator gerador de oportunidades. Ademais, a depender do nível de interação portuária na integração produtiva global, a nível regional, segundo a escala espacial da hinterlândia atendida, os portos podem ser importantes vetores para a interiorização do desenvolvimento.

Diante dessa nova realidade de integração produtiva global, três modelos portuários tem se efetivado enquanto tendência, o primeiro, é o porto concentrador de cargas (hub). Tal modelo cumpre um papel funcional de atender o transbordo entre os gigantes navios porta-contêineres e navios menores que levam a carga até portos que não possuem a capacidade de receber grandes navios. Além do mais, tais portos são estrategicamente edificadas segundo os grandes fluxos globais de mercadorias e regiões com maiores mercados, por isso, normalmente se encontram no eixo leste-oeste do comércio mundial, o qual abrange os três centros de gravidade da economia mundo, a costa leste dos Estados Unidos e Canadá, Europa e Extremo Oriente. Os hubs possuem uma frágil integração produtiva com o território em que se localizam, absorvendo inclusive pouca mão-de-obra, porém, especializada.

O segundo modelo representa portos da era industrial, que apresentavam uma rígida operacionalidade, estruturalmente inadequada para a nova lógica de integração produtiva, e, portanto, foram modernizados para atender as novas demandas no que se refere ao transporte de cargas, cumprindo apenas o seu papel de elo entre o espaço de circulação marítima e a sua hinterlândia. Portanto, não considerando uma maior integração aos fluxos globais, podendo agregar valor a estes, para tirar mais proveito dos mesmos, por isso, a relação porto-cidade se faz de maneira a não fortalecer a interface porto-cidade. Um exemplo desse modelo é o Porto de Santos, no Brasil. Segundo Monié e Vidal (2006, p. 984),

O porto foi transformado em mero substrato físico que possibilitava um conjunto de operações industriais, de transporte e de distribuição. Em consequência disso, recursos foram aplicados na ampliação da capacidade operacional das instalações portuárias mesmo se, contraditoriamente, a baixa taxa de abertura da economia nacional limitasse os investimentos no setor, com conseqüente degradação rápida do equipamento portuário.

O terceiro modelo representa a cidade portuária, o qual prioriza, com efeito, os fluxos de carga do comércio global para agregar valor (MONIÉ & VIDAL, 2006, p. 985). Este modelo proporciona um maior nível de integração entre mercado global e o local, aproveitando os fluxos globais como oportunidade de negócios para o seu espaço

portuário. Sua gestão se faz segundo uma lógica dialógica entre os diversos agentes institucionais políticos, econômicos e sociais de maneira a determinar as necessidades portuárias promovendo uma mercantilização dos serviços. Este modelo foi adotado nas cidades de Hamburgo, Rotterdam e, no Brasil, o exemplo mais aproximado que temos é a cidade de Itajaí, em Santa Catarina.

Segundo a nova dinâmica de fluxos globais a gestão da relação cidade-porto é pressionada a ser pensada com complementaridade e maior planejamento entre as autoridades envolvidas, visto que a opção do modelo adotado frente as novas demandas globais será decisiva nos futuros impactos socioeconômicos no território e, na perspectiva portuária, terá também impacto na atração de fluxos. Comtois & Slack (2003, p.15), apontam três grandes funções para ancorar as responsabilidades administrativas portuárias futuras, a saber: gestão fundiária, gestão ambiental e gestão das transações.

Diante do exposto, enquanto fixos a serviços dos fluxos globais, a relação porto-cidade está diretamente dependente da gestão portuária e possui dois desafios de ordem dialética e complementar que possuem os mesmos pesos na balança, portanto, o imperativo da competitividade global impõe de igual modo à estrutura portuária o imperativo da responsabilidade espacial em seus aspectos socioambientais. Cabe a gestão portuária a difícil missão de mitigar ao máximo esses contrapontos. Tal competência influenciará decisivamente na dinâmica socioeconômica territorial.

3.3 EVOLUÇÃO PORTUÁRIA BRASILEIRA

O sistema portuário brasileiro se desenvolveu segundo as necessidades de integração ao processo de mundialização da economia capitalista. Assim podemos identificar de maneira mais evidente quatro fases bem distintas na evolução portuária do Brasil. A primeira fase marca a inserção da economia brasileira ao capitalismo mercantilista. Os fluxos eram estabelecidos segundo os interesses da Metrópole portuguesa. Esta, portanto, visando manter o domínio sobre a sua colônia, estabeleceu o Pacto Colonial. Tal pacto influenciou diretamente na dinâmica portuária, visto que, restringiu o desenvolvimento econômico da colônia limitando essa, basicamente, a exportar produtos primários para a metrópole, exportar tabaco e aguardente para África para serem trocadas por africanos escravizados e receber

manufaturas da metrópole. Os portos rudimentares estavam basicamente instalados em pontos da costa em que as condições naturais favoreciam a ancoragem dos navios, sendo assim, um porto natural. Como o grande fluxo de pessoas e mercadorias se dava entre a colônia, a Europa e a África, possuíam um destacado papel econômico para a colônia.

A segunda fase surge inserida no contexto das consequências políticas e econômicas da Revolução Industrial e a vinda da família Real para o Brasil. Apoiado pela Inglaterra, Dom João IV estabelece a abertura dos portos às nações amigas, beneficiando, assim, a Inglaterra, principal potência Industrial e parceira de Portugal. Tal período é marcado pela especialização da produção a nível mundial. Segundo a configuração da DIT então vigente, o Brasil baseava-se na economia agrária-exportadora e, mais tarde, a borracha passa a ter grande importância a favor da sua balança comercial.

O terceiro período se inicia com o processo de substituição de importação da era Vargas, quando o Brasil inicia seu processo de industrialização, reforçado pela fase de internacionalização do capital. Para proteger a produção nacional o Estado exerce uma política protecionista em relação aos produtos importados, para fortalecer, através do consumo interno, a produção industrial nacional. Para Monié e Vidal, “Em alguns países da periferia, como o Brasil, a estratégia de proteção do mercado interno associado a políticas de substituição das importações permitiu a transição do modelo primário-exportador para um modelo mais urbano-industrial” (MONIÉ & VIDAL, 2006, p. 975-976).

O quarto período é iniciado com a fase de globalização, onde o processo de readequação econômica em direção ao regime de acumulação flexível exigiu profundas mudanças estruturais e reguladoras no sistema portuário brasileiro. Tais medidas tiveram como pressuposto a falta de competitividade do sistema portuário e sua necessária modernização institucional e estrutural para maior integração nacional ao comércio global. Neste sentido, houve a privatização da Portobrás e a implementação da Lei 8630/93.

Com a extinção da Portobrás, deflagrou-se uma crise no setor, cujas negociações e articulações políticas redundaram na promulgação da Lei Nº 8.630/93, que preconizou a modernização do setor. Para a sua formulação, aparentemente não foram consideradas as diferenças regionais e especificidades de cada porto, também não se observando a definição de uma política de orientação geral para os portos

(MONIÉ & VIDAL, 2006, p. 984).

A Lei Nº 8630/93 cancelou a vigência de todas as outras leis anteriores que regulavam o sistema portuário brasileiro, não contemplando ainda a grande demanda da diversidade regional brasileira, típica de um país continental com mais de 7.000 km de extensão costeira, sem contar a grande quantidade de hidrovias. No entanto, de acordo com Alves (2011 apud OLIVEIRA, R. T., p. 66), “(...) de maneira geral a Lei Nº 8.630/93 teve como finalidade o incentivo a gestão co-participativa e a competitividade entre os portos, dessa forma, o estado continuava responsável pela infraestrutura, fiscalização, meio ambiente e promoção comercial dos portos”. Complementando as demandas institucionais e regulatórias portuárias da ANTAC, Agencia Nacional de Transportes Aquaviários, é promulgada a Lei Nº 9.277/96, que cede a estados e municípios a administração e exploração dos portos federais e a Lei Nº 12.815/2013, que estimula o planejamento compartilhado entre entes estaduais, metropolitanos e municipais com vistas a melhorar a relação entre cidade e porto.

3.4 DINÂMICA TERRITORIAL DE IPOJUCA: A DIALÉTICA ENTRE A NOVA E A VELHA TEMPORALIDADE TÉCNICA

O município de Ipojuca está distante cerca de 40 km ao sul do Recife, e integra a Região Metropolitana da Grande Recife. Segundo o IBGE, o Brasil possui mais de 5.500 municípios, pouquíssimos possuem a peculiaridade de ter rugosidades que remontam o início da formação socioespacial brasileira e, ao mesmo tempo, um moderno sistema técnico atrelado a dinâmica da economia mundo atual, no caso, o CIPS. Se tratando do CIPS, Ipojuca faz parte de um seletivo grupo de municípios no Brasil que foram favorecidos com investimento tão vultosos em estrutura portuária.

Portanto, a atual dinâmica socioespacial de Ipojuca é marcada pelo conflito entre as velhas temporalidades técnicas e as atuais, o que está promovendo intensas transformações no seu território. Ou seja, a mudança de perfil econômico de uma economia agrária secular para uma economia industrial-portuária em apenas 20 anos² fez com que nas últimas décadas o crescimento da população se acelerasse devido principalmente aos fluxos imigratórios típicos de um enclave econômico, onde os números se contradizem (Tabela 3).

² Apesar do CIPS ter completado 40 anos de existência foi nos últimos 20 anos que se consolidou enquanto empreendimento industrial-portuário.

Tabela 3 - Indicadores socioeconômicos de Ipojuca.

IPOJUCA	VALORES	POSIÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA	ANO REFERÊNCIA
PIBM	11.570.549	3	2018
PIB per capita2018	122.169,48	1	2018
População	99.101	9º	2010
Taxa de crescimento populacional	3,12	2ª	2000-2010
IDH	0,623	9º	2010
Taxa de analfabetismo	20,64	2º	2010

Fonte: elaborado pelo autor com base no IBGE e no BDE.

Embora o município de Ipojuca tenha uma destacada atividade turística a nível de região Nordeste, o grande responsável pelo crescimento do PIB municipal é de fato o CIPS. Porém, contraditoriamente, Ipojuca que está no 3º lugar no PIBM da região metropolitana, o 1º lugar no PIB per capita do Estado, possui apenas o 9º melhor IDH da RM e amarga a penúltima posição em taxa de alfabetização na região metropolitana do Recife.

Ademais, a população que era uma das menores da região metropolitana está crescendo rapidamente, tendo o segundo maior índice de crescimento da região nos últimos anos. Para empreender essa dinâmica socioespacial das últimas décadas estimulada pela instalação do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, torna-se necessário atrelar o município ao contexto atual da economia mundo. Destarte, as atuais repercussões provocadas pela a expansão capitalista das últimas décadas, se diferencia de períodos passados pela grande quantidade de sistemas técnicos espacializados pela superfície do planeta e materializados em um tempo cada vez mais curto. Tais sistemas são fruto, principalmente, de uma aceleração tecnológica motivada pelo imperativo da competitividade capitalista, mas também, da continuidade da história. No entanto, diferente de outros períodos históricos, no atual, todos os sistemas de objetos técnicos são integrados instantaneamente pelos fluxos imateriais de informação e conhecimento, graças ao avanço das tecnologias das redes de informática e comunicação. Ademais, são acessíveis materialmente em um curto espaço de tempo comparado a outras épocas,

devido a fantástica evolução dos meios de transportes.

Para Santos, tais condições representam o meio-técnico-científico-informacional, a cara geográfica da globalização (SANTOS, 2008c, p.115), ao seja, a nova etapa da mundialização capitalista. Fruto principalmente da mais-valia universal, também é a base de ação das empresas multinacionais, as quais, territorializam as suas filiais pelo mundo segundo as frações do espaço que melhor promoverem vantagens financeiras.

Os Estados nacionais em busca de atrair investimentos produtivos e participarem mais ativamente do espaço mundial de fluxos, preparam seus territórios com infraestrutura, cedem vantagens fiscais e desregulam os territórios em prol da fluidez de mercadorias e capitais, associando ou convergindo interesses com as multinacionais. Sendo assim, o planejamento estratégico estatal e empresarial, elegem a fração do espaço que proporcione as melhores condições estratégicas para se estabelecer um novo objeto técnico ou um novo sistema de objetos atrelados aos agentes hegemônicos, no caso, as multinacionais.

Os novos sistemas técnicos somam-se, fundem-se e substituem aos pretéritos, permitindo que a cada evolução técnica uma nova etapa da história seja possível (SANTOS, 2008c p. 24). De acordo com Santos (2006, p. 24-25), “os sistemas técnicos se dão como famílias” e “essas famílias de técnicas transportam uma história, cada sistema técnico representa uma época”. Portanto, o meio técnico não é homogêneo, as famílias de técnicas representam temporalidades diferentes. Neste sentido, tal como afirma Santos (2008b, p.106), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá”. Ademais, cada objeto ou sistema de objetos são animados por ações políticas, econômicas e sociais que se completam, mas também, divergem, a depender dos interesses dos agentes sociais em jogo.

Neste contexto, se enquadra a atual dinâmica socioespacial de Ipojuca, fração do território nacional eleita pelo o Estado para se implantar um conjunto de fixos, o CIPS. Este se caracteriza por ser um moderno sistema de objetos materializado em sua maior parte no Município de Ipojuca. O grande objetivo do CIPS é atrair empresas nacionais e multinacionais e tornar possível a maior inserção do território nacional à economia mundo, através da fluidez de mercadorias, pessoas e serviços. O território do CIPS é composto por sistemas de objetos assíncronos em relação a variante

tempo, síncronos segundo uma complementaridade espacial dialética entre o velho, que insiste em resistir e o novo, que tenta se impor e tenta desterritorializar o velho, para ter de fato o poder sobre o território a que concorre. Sistemas de objetos que interagem entre si, se complementam, mas também, divergem, se contradizem. De acordo com Santos (2008a, p. 258), “O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre”.

Neste contexto, o território do CIPS, se sobrepôs a partir da década de 1970 aos antigos engenhos e ao estuário de Suape, onde já se encontravam territorializadas as comunidades camponesas e tradicionais, neste sentido, o novo e o velho se encontram para compor o híbrido da nova dinâmica socioespacial e constituir um novo campo de forças, já que antes do CIPS o território era disputado entre os latifundiários e comunidades camponesas e tradicionais. As comunidades são frutos da própria contradição de mais de quatro séculos da atividade industrial-canavieira. Portanto, estão arraigadas no território que hoje é o CIPS há gerações e gerações, sendo, portanto, pelo menos boa parte, descendentes da mão-de-obra escravizada ou agregada que trabalhavam nos antigos engenhos e depois usinas, como também, muitos foram trabalhadores(as) das próprias usinas que vieram, a partir da década de 1960, a fechar as portas ou falir. Muitos desses trabalhadores foram contemplados com a propriedade da terra através de indenizações trabalhistas, assentamentos (Cooperativa Tiriri) ou são poceiros que resistiram para ter acesso à terra. No caso das comunidades que habitavam o estuário de Suape, seus ancestrais estavam, segundo as pesquisas bibliográficas e relatos informais das observações de campo, a centenas de anos enraizados nas ilhas do estuário. Portanto, as relações dessas comunidades com os seus territórios não é apenas uma questão de posse, diz respeito aos seus modos de vida animado por elos identitários, de pertencimento para com o lugar onde está a base de suas sobrevivências.

Figura 14 - Estuário de Suape e adjacências antes do CIPS.



Fonte: Suape (2010).

A essa lógica se sobrepôs o CIPS, novo sistema técnico que se consolidou a partir do estabelecimento de uma diversidade de empresas no seu território estratégico, mas, principalmente, a partir da instalação de empreendimentos estruturadores como a Refinaria Abreu e Lima, âncora para um cluster petroquímico; e o Estaleiro Atlântico Sul, âncora de um pretense cluster naval.

O CIPS enquanto conjunto de fixos, foi estruturado segundo as novas demandas atreladas ao processo da integração produtiva. Foi planejado e concebido pelo poder público para ser uma das portas de entrada e de saída dos fluxos mundiais de mercadorias para o território brasileiro, atendendo a região Nordeste. No entanto, enquanto pretense porto concentrador a nível regional e também polo industrial, o principal objetivo foi atrair investimentos produtivos para Pernambuco e assim gerar “desenvolvimento socioeconômico” para o Estado, no esteio dos fluxos da economia mundial.

Portanto, segundo as temporalidades técnicas materializadas no território de Ipojuca, o CIPS (Figura 15) se apresenta como temporalidade técnica hegemônica por ser indiscutivelmente o principal vetor de transformação do território, o sistema técnico que se impõe e se sobrepõe sobre os já existentes, segundo o imperativo da fluidez atrelada aos agentes hegemônicos externos, o CIPS representa as verticalidades das lógicas exógenas sobre as endógenas.

Figura 15 - CIPS o novo sistema técnico hegemônico.



Fonte: portal de notícias g1.

Enquanto sistema técnico hegemônico, atrelado aos macroagentes (multinacionais) da atual etapa da mundialização capitalista, o CIPS vem causando profundas alterações territoriais urbanas sobre o Município de Ipojuca, enquanto enclave econômico atraiu nas últimas décadas milhares de trabalhadores de outras partes do país, aumentando sensivelmente a população do município.

Curiosamente a nova dinâmica socioespacial em curso tem provocado o êxodo rural, motivado pelo processo de industrialização. No passado, tal processo foi provocado pela proletarização do trabalhador canavieiro, devido a concentração fundiária e a mecanização da lavoura provocada pela monocultura da cana-de-açúcar. Agora, a concentração fundiária de 13.500ha se dá sobre 22 engenhos e o estuário de Suape devido a atividade industrial e portuária, conforme mostra a figura 16.

Isso posto, se considera que o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p. 78), no território em questão, do que hoje vem a ser o CIPS, as relações de poder são marcadas pela disputa entre aqueles que já habitavam o território e o CIPS. Fruto do velho sistema técnico hegemônico, a indústria sucroalcooleira, as comunidades camponesas e tradicionais resistem às novas lógicas trazidas pelo CIPS, no intuito de manterem o poder sobre os seus territórios, já que são a base dos seus modos de vida (camponeses e comunidades tradicionais).

O ‘poder’ corresponde a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo apenas enquanto o grupo permanecer unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo no fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo em que origina-se o poder (potestas in populo, sem um povo, ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDRT, 1985 apud SOUZA, 2012, p. 80).

Com isso, o poder que tenta se impor sobre o território, é o poder das empresas e do Estado que percebem o território enquanto território normativo, base de produção e elo de fluidez. No caso, tais agentes não entendem o território como múltiplo, sendo necessário para impor de maneira eficiente as funcionalidades do sistema técnico hegemônico desterritorializar aqueles que concorrem para exercer o poder. Para tanto, muitas vezes a violência se torna usual, já que o poder não é unívoco. “(...) politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente” (ARENDRT, 1985 apud SOUZA, 2012. p. 81). O Estado neste sentido se põe em defesa aos interesses das multinacionais, em detrimento das comunidades que já habitavam o território antes do CIPS. Neste sentido,

(...) é interessante observar, que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de dominação territorial não admite multiplicidade sobreposição de jurisdição e/ou de territorialidades. (HASBAERT, 2007 apud ALVES, 2016, p. 31).

Para Santos (2011, p. 13), “O território é o lugar onde desembocam todas as

ações, todas as paixões, todos as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. E ainda, “O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2011, p. 14). Assim, o território no qual hoje é o CIPS, representa uma multiplicidade de intencionalidades atreladas aos interesses do Estado, das multinacionais, mas também, aos interesses das comunidades que o percebem como base de existência, de resistência em prol dos seus modos de vida.

Neste contexto, considerando que o espaço de Ipojuca se trata do “espaço banal”, “o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as instituições – numa palavra, o espaço geográfico” (SANTOS, 2008, p. 26), no entanto, mesmo se tratando do espaço banal, o espaço de todos, foi considerado para efeito metodológico, segundo os objetivos da pesquisa, apenas os sistemas técnicos abordados, devido o primeiro está atrelado ao sistema técnico antes hegemônico, no caso, a indústria canavieira, que passou a ser não-hegemônico com a implantação do CIPS. Ademais, segundo o método miltoniano, não se pode recorrer a uma análise espaço-temporal sem considerar as categorias forma, função, estrutura e processo. A forma dos objetos ou sistemas de objetos - existe segunda uma funcionalidade sem a qual perde o sentido, pois os objetos apenas o são enquanto intencionalidades que a eles são atribuídas, seja econômicas, políticas, culturais entre outras, tais objetos arquitetam, molduram o espaço; a função - remete a atividade, ao papel a ser desempenhado pelo objeto; a estrutura - diz respeito a natureza econômica, social, política em um dado momento; e, o processo - é a continuidade histórica em que a estrutura se realiza e se transforma.

3.4.1 CIPS: o novo sistema técnico hegemônico

A História do porto de Suape há muito tempo está atrelada a centralidade de Recife enquanto cidade portuária e centro econômico, tal trajetória, entre os dois portos, remonta ao início do processo de colonização, quando suas condições de portos naturais atenderam os fluxos comerciais do comércio triangular entre o Brasil, a África e a Europa. Neste período, a produção açucareira da hinterlândia de Suape era escoada via fluvial-marinha até o porto do Recife, onde seguia destino para a Europa ou para a África, recebendo também os respectivos fluxos de retorno. Na

época do domínio holandês, o fluxo Suape-Recife acontecia também ligando às Antilhas holandesas.

Com o tempo, os fluxos marítimos para Suape diminuíram, devido a André Vidal de Negreiros, durante a guerra para expulsão dos holandeses, ter ordenado a obstrução da barra do porto com pedras, o que permaneceu até meados do século XIX (ALVES, 2011, p. 75). A implantação da linha férrea no século XIX e sua expansão advinda das ferrovias privadas instaladas nas usinas, foi mais um fator que desestimulou a retomada do antigo movimento existente em Suape na época áurea da atividade canavieira, já que a malha ferroviária interligava as usinas até o Cabo de Santo Agostinho seguindo até o Recife.

De acordo com Alcântara (1977, apud ALVES, 2011, p. 71), “o porto do Recife sempre despontou com a sua vocação portuária”. No entanto, é apenas com o Decreto nº. 7.447 de 1º de julho de 1909, que a empresa Societé de Construction Du Port de Pernambuco é autorizada a construir as novas instalações, compreendendo, 2.125m de cais e três armazéns, iniciando a sua operação em 12 de setembro 1918. O porto teve como tradicional produto de exportação o açúcar produzido no Estado, sendo inclusive construído nele, modernas instalações para logística e exportação do açúcar, no caso, os armazéns do Instituto do Açúcar e do Álcool-IAA.

Segundo o senso de 1970, o município do Recife atingiu mais de um milhão de habitantes e a sua Região Metropolitana, implantada em 1973, caminhava para atingir a marca de mais dois milhões de habitantes em 1980. Com o desordenado processo de crescimento urbano-industrial da Região Metropolitana do Recife, a área central do município sede (Recife), onde se localiza o porto, foi ficando cada vez mais caótica, dificultando a fluidez das cargas movimentadas no porto. “A implantação do porto do Recife se deu sem um plano diretor e a cidade passou a sofrer impactos em função da sua operação, dragagem e transporte em áreas urbana”. (SÁ 2008, apud Alves, 2022, p. 71). O sítio geográfico do porto do Recife, já estava com a sua urbanização consolidada no início do século XX, quando teve início a sua construção, tendo a muito tempo já se estendido para as ilhas vizinhas, o que exigiria um bom projeto de planejamento para poder equilibrar de maneira mais satisfatória e duradoura a relação entre a cidade e o seu porto. Alves (2011), aponta que o trabalho diagnóstico para a viabilidade de expansão do porto do Recife feito por Comissão Interministerial (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL – GTDI 1976) já indicava para o esgotamento do porto do Recife, sendo inviável a sua ampliação. Tais considerações

indicavam estrangulamento do trânsito na área central da cidade, impactos ambientais, além do mais, o modelo portuário típico do processo de industrialização fordista, já estava ficando obsoleto perante as novas tendências portuárias que aconteciam nos Estados Unidos, Europa e Japão, que utilizavam a movimentação de contêiner.

No entanto, já na década de 1950, existia a preocupação de estudo para construção de um novo porto para o Estado, a antiga Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, atual CONDEPE/FIDEM, convidou o economista e padre Louis Josph Lebret para desenvolver um estudo indicando potencialidades para o desenvolvimento do Estado. Em 1955 foi publicado o “Estudo de Desenvolvimento e implantação de Indústrias, interessando Pernambuco e o Nordeste” em que o padre Lebret, apontava para a necessidade de se fazer um porto onde hoje se localiza o CIPS, como também, apontava para a necessidade de uma refinaria de petróleo em Pernambuco (SUAPE, 2016). Neste íterim, a economia pernambucana, baseada principalmente na arcaica e decadente agroindústria açucareira, vinha cada vez mais se distanciando economicamente dos principais polos de desenvolvimento do Brasil. Se almejava então instalar uma moderna base industrial para inserir novamente o Estado a uma posição de protagonismo regional e nacional, neste contexto, o CIPS foi concebido.

O deslocamento de parte das operações do Porto de Recife para o CIPS abriu caminho para as autoridades porem em prática o processo de revitalização do porto e do centro histórico de Recife, já em processo de decadência urbana e social. Os obsoletos armazéns foram revitalizados em prol de novas funcionalidades atreladas a serviços do entretenimento e turismo. Ademais, os prédios históricos ganharam novas funcionalidades relacionadas a implantação de serviços gastronômicos, culturais, como também, passaram a sediar parte do Porto Digital, um complexo de empresas na área de tecnologias de informação e economia criativa que forma o maior parque tecnológico do Brasil. Tal processo reaproximou a população da cidade ao seu passado histórico e reorientou parte da estrutura portuária para o serviço turístico (Figura 17). Portanto, em respeito a relação cidade-porto, o modelo de readequação portuária adotado pelo Porto do Recife e outras autoridades corresponsáveis resolveu, pelo menos, boa parte da sua problemática operacional, ambiental e social.

Figura 17 - Marco Zero (área revitalizada do Porto do Recife).



Fonte: <https://newville.blog.br/o-que-fazer-no-recife-antigo/>. Em: 20/08/2021.

Embora o Recife, junto ao seu porto, tenha perdido boa parte da movimentação de mercadorias para o CIPS, isso não significa, necessariamente, que ambos tenham sido condenados economicamente, e que o CIPS tenha se enquadrado no posto de forte concorrente, pelo contrário, a depender do modelo de gestão portuária que venha a ser efetivado pelo CIPS. O CIPS teve concepção inspirada no modelo de integração porto-indústria existente em “Marseille-Fos, na França e de Kashima, no Japão” (SUAPE, 2021). Com a sua consolidação na primeira década do século corrente, o CIPS passou a ter como referência de gestão portuária o porto de Rotterdam, na Holanda, procurando estreitar parcerias com o mesmo³.

Segundo o documento Novo Plano Diretor Suape 2030, “Como Autoridade Portuária, a Empresa SUAPE tem-se estruturado obedecendo à Lei dos Portos (Lei 8.630 de 25/2/93). Atualmente, aparenta-se à figura do landlord port, ou seja, o porto conhecido como de terceira geração” (SUAPE, 2011). Ainda de acordo com o documento Novo Plano Diretor Suape 2030,

Contudo, pode-se dizer que o Estatuto da Empresa SUAPE já apresenta o

³ “Após cerimônia no Palácio do Campo das Princesas o Ministro Camiel Eurlings e a delegação formada por empresários e oficiais holandeses, visitam o porto de Suape. Desde 2008, Rotterdam - um dos mais desenvolvidos portos do mundo – firmou um acordo de cooperação na área técnica para ajudar na montagem do plano de negócios do porto”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2010).

instrumento necessário para ser um “Porto da quarta geração”. Podendo admitir sócios e participar de empresas no Brasil e no Estrangeiro, estendendo sua esfera de ação fora de seus limites territoriais, se for necessário. (SUAPE, 2011).

Neste sentido, esse modelo de referência (Rotterdam-cidades portuárias) vindo a ser efetivado, apesar da distância física entre o Recife e o CIPS, irá priorizar e fortalecer os fluxos de prestação de serviços e de trocas de mercadorias entre os dois territórios, podendo inclusive o Porto do Recife vir a ser um importante parceiro do CIPS, vindo a ter relevantes vantagens econômicas. No modelo de cidade portuária, a gestão portuária é feita de maneira democratizada entre todos os entes influenciados diretamente pelas operações portuárias, sejam empresas, prefeituras, órgãos governamentais ou sociedade civil. Se trata, portanto, de um porto territorializado e territorializador com uma multiplicidade de agentes institucionais em sua direção.

Ademais, a cidade portuária tem como foco atrair os fluxos do comércio mundial para agregar valor e tirar proveito econômico, como também, atuar em prestação de serviços e negócios fora do seu espaço físico. Isso posto, Recife, enquanto cidade polo, será o município da região metropolitana com potencial a tirar mais proveito desse modelo.

A concretização do modelo de cidade portuária dependerá muito em primeiro: da adoção de uma gestão portuária transparente, participativa democratizada; em segundo, da capacidade de garantir uma forte fluidez entre a *waltherfrond* e a *hinterlândia*, ao mesmo tempo em que o CIPS, seu território estratégico e a Região Metropolitana do Recife aproveitam os fluxos para agregar valor, neste sentido, é de fundamental importância a integração entre vários modais, sendo a infraestrutura portuária o principal fixo a garantir a intermodalidade, ou a garantir fluidez, observando a capacidade de agregar valor aos fluxos; em terceiro, a capacidade da gestão portuária em administrar as questões fundiárias e ambientais de maneira a mitigar ao máximo os conflitos fundiários e pressões sobre o meio ambiente, como também, a capacidade de atrair novos negócios. Isso posto, e de acordo com o documento Relatório Integrado Suape I 2020, o CIPS tem como missão:

Missão - Realizar a gestão das operações portuárias com segurança e eficiência e garantir a adequação da infraestrutura do Complexo Industrial Portuário, de forma sustentável, promovendo o ordenamento do território e atraindo investimentos que contribuam para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. (SUAPE, 2020).

Ainda o mesmo documento trata da visão da em presa CIPS:

Visão - Atingir, até 2023, a excelência administrativa, sendo referência regional em sustentabilidade, consolidando-se como o polo mais atrativo para investimentos da região, tornando-se o hub port do Norte/Nordeste e reconhecido internacionalmente pela eficiência dos serviços portuários. (SUAPE, 2020).

Portanto, em seu percurso em direção a um modelo de cidade portuária, passando primeiro pelo modelo porto-indústria, o projeto do CIPS começou a ser executado na década de 1970, quando o “Milagre econômico brasileiro” estava no seu auge, estimulando o governo federal a implantar polos de desenvolvimento econômico no Nordeste e em outras regiões a partir de uma política de desenvolvimento que almejava descentralizar o processo urbano-industrial que, até então, vinha sendo focado na Região Sudeste, especialmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A este fator, somava-se a conjuntura da economia internacional que, como já mencionado, passava por um momento de crise econômica e de consequente readequação produtiva em direção ao regime de produção flexível, o qual exigia modernas infraestruturas de transportes, as quais possibilitassem a grande fluidez do comércio mundial cada vez mais intensificada com o processo de internacionalização do capital iniciado no pós-Guerra.

Portanto, a década de 1970 foi o momento em que o CIPS foi planejado, formalizado enquanto empresa e começou a virar realidade através do início do processo territorialização, enquanto sistema técnico hegemônico, e desterritorialização do sistema técnico não hegemônico representado pelas comunidades campesinas e tradicionais que habitavam os seus 13.500 hectares, como também, do início das obras de infraestrutura. No quadro a seguir apresenta-se os principais eventos do período inicial de implantação do CIPS:

Quadro 2 - Implantação do CIPS (Anos 1970)

Gestação do I Plano Diretor em 1973 (outros estudos sucederam);
lançamento da Pedra Fundamental em 1974;
Início das “desapropriações” e das obras de infraestrutura portuária em 1977/78;
Criação da Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário (Lei Estadual Nº 7763).

Fonte: autor a partir do site: <http://www.suape.pe.gov.br>

No entanto, devido à grande crise financeira-inflacionária mundial que impactava o Estado Brasileiro, tendo seus efeitos no país perdurado até a primeira metade da década de 1990, a execução da infraestrutura de CIPS caminhou no decorrer dos anos de 1980 a passos lentos. Porém, apesar da recessão econômica, a década de 1980 marcou a consolidação e início das operações do porto externo. O quadro a seguir descreve os principais eventos da consolidação do porto externo.

Quadro 3 - Consolidação do porto externo (Anos 1980)

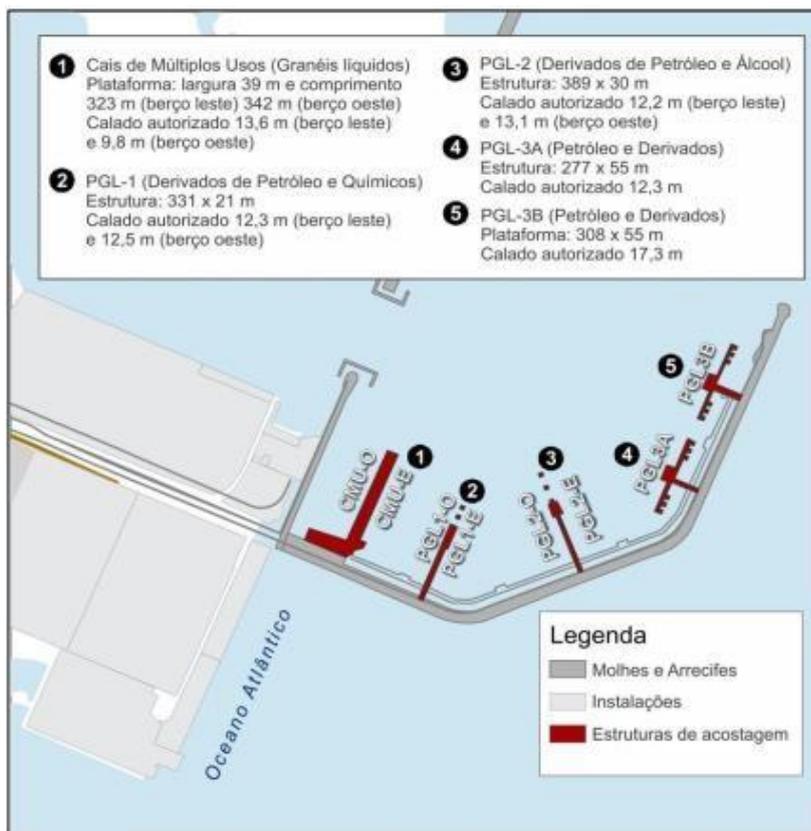
Em 1983 teve início as operações através das movimentações de álcool pela Petrobrás utilizando Píer de Graneis Líquidos – PGL.
Em 1986 após um incêndio em um navio de combustível no Porto do Recife, o qual pôs em perigo a cidade devido ao risco de uma explosão de grandes proporções, o então Governador Roberto Magalhães determina a transferência das empresas de combustível sediadas no Porto do Recife para operarem em SUAPE.

Fonte: autor a partir do site: <http://www.suape.pe.gov.br>

Para a consolidação do porto externo (figura18) as principais intervenções feitas no meio ecológico foi a construção em mar aberto do molhe externo, sendo necessário deslocamento de material rochoso para aterramento o que possibilitou abrigo e acesso para o CMU, PGL 1, PGL 2 ,PGL 3, PGL 4 e PGL 5. Para garantir o acesso das embarcações se fez necessário obras de dragagem na bacia artificial que foi criada.

Na parte abrigada pelos arrecifes, ou estuarina, se fez necessário aterros sobre a área de mangue e restinga para a estrutura viária de acesso e instalações logísticas. Tais áreas se configuram como territórios pesqueiros e eram habitadas pela comunidade pesqueira da então península de Cocaia.

Figura 18 - Instalações de acostagens do porto externo.



Fonte: SUAPE/TPF Engenharia (2019, p. 33).

O incêndio no porto da capital pernambucana apenas veio a dar evidência ao obsoleto estado das suas condições operacionais frente aos novos parâmetros de infraestrutura portuária necessários para atender aos crescentes fluxos do comércio mundial. Portanto, se impôs uma urgência em acelerar as obras do porto interno do CIPS.

Considerando o contexto da economia globalizada, como já abordado, a década de 1990 estava sendo marcada por grandes transformações regulatórias e estruturais. A imposição de readequação das economias emergentes para o modelo neoliberal e ao regime de acumulação flexível, forçaram o Estado brasileiro a promover a abertura econômica e a modernização dos serviços portuários. Isso posto, o governo federal priorizou investir em infraestruturas portuárias que apresentassem as melhores condições estratégicas para fortalecer a integração do país a economia mundo. Neste sentido, levou-se em consideração que a maior parte dos fluxos de mercadorias do comércio mundial acontecem por vias marítimas; a localização geográfica e a capacidade física para receber navios de grande porte, principalmente,

os porta-contêineres. Tal contexto, fez com que boa parte dos recursos investidos no setor portuário durante a década de 1990 fossem aplicados nos portos de Pecém (Ceará), Suape (Pernambuco) e Sepetiba (Rio de Janeiro). (MONIÉ, 2006, p. 984). Portanto, considerando os investimentos na infraestrutura portuária do CIPS, a década de 1990 foi marcado pelos seguintes eventos descritos no quadro a seguir.

Quadro 4 - Consolidação do porto interno (Anos 1990)

Em 1991 começa a operação de contêineres através do cais de múltiplos usos. O CIPS passa a integrar o grupo dos 11 portos prioritários do Brasil. A partir de então, “Suape deixou de ser apenas um porto industrial para se tornar um porto concentrador de carga de uso público”. (SUAPE, 2021);
Abertura na linha de arrecifes para a construção da barra de acesso ao porto interno do CIPS;
Implantação da Lei 8 630 de 25/2/93 (Lei dos Portos).
“No ano de 1996, Suape foi incluído no Programa Brasil em Ação, contando com apoio financeiro do Governo Federal para concluir a implantação da primeira etapa de seu porto interno”. (SUAPE, 2021);
Em 1999, a construção de 925 metros de novos cais (1, 2 e 3) do porto interno (Figura 19) foi concluída.

Fonte: autor a partir do site: <http://www.suape.pe.gov.br>

Para a consolidação da primeira etapa do porto interno se fez necessário obras de dragagem sobre o leito dos rios e sobre a península de Cocaia, para ampliar a bacia de acesso e atracamento, como também, aterramentos sobre mangues e parte de leitos de rios para construção dos cais 1, 2 e 3 e retroárea, para instalações fabris e pátios de logística. Tais espaços de intervenção eram habitados por comunidades pesqueiras.

Figura 19 - Instalações de acostagens do porto interno.



Fonte: SUAPE/TPF Engenharia (2019, p. 44).

Na primeira década do século corrente, o CIPS se consolida enquanto complexo industrial-portuário graças a um grande aporte de investimentos públicos e privados com destaque para o PAC. É neste período que se inicia a implantação dos empreendimentos âncora ou estruturadores que tornaram o CIPS um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, após a sua consolidação, se estabelece nos anos seguintes um período de arrefecimento dos investimentos atrelado a crise política-institucional-econômica que se abateu sobre o Brasil até os dias atuais. O quadro a seguir destaca os principais eventos do período que marca a consolidação do CIPS enquanto complexo industrial e portuário.

Quadro 5 - Consolidação do CIPS (Anos 2000-2020)

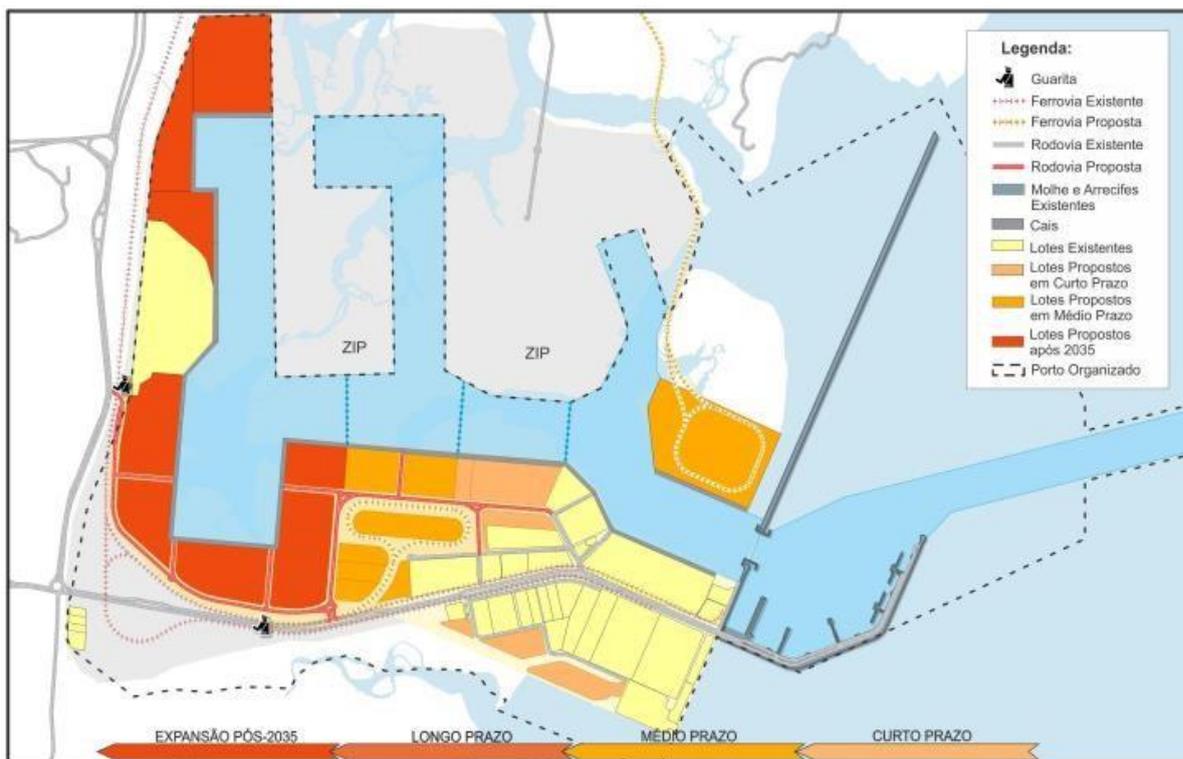
Aumento do canal de navegação do porto interno em 450 metros;
Construção dos cais 4 e 5;
Construção do Estaleiro Atlântico sul;
Construção da Refinaria Abreu e Lima;
Construção da Petroquímica Suape;
Em 2006 foi inaugurada a empresa italiana Mossi & Ghisolf;
Em 2009 a empresa do grupo Gonvarri, GRI Towers, chegou para produzir torres eólicas;
Instalação do Estaleiro Vard Promar

Fonte: autor a partir do site: <http://www.suape.pe.gov.br>

Com o período de consolidação do CIPS o estuário teve como principais intervenções as obras de dragagens para ampliar a bacia de acesso, objetivando servir ao polo naval e os aterros sobre o mangue, para instalação do Estaleiro Atlântico Sul e do Estaleiro Vard Promar, ambos construídos na Ilha de Tatuoca. Cabe destacar que os rejeitos das intervenções de dragagens são depositados em lugares da bacia continental, chamados de bota-fora 1 e 2, a cerca de 2,5km de distância da costa.

Com as intervenções feitas até o ano de 2021, cerca de 1/3 da bacia de operação do porto interno foi concluída. A Ilha de Tatuoca onde se encontra os Estaleiros Atlântico Sul e o Estaleiro Vard Promar foi a porção do espaço estuarino que sofreu mais intervenções no período de consolidação do CIPS. Ressalte-se que a Ilha de Tatuoca era habitada por uma comunidade tradicional pesqueira antes das implantações das novas infraestruturas.

Figura 20 – CIPS Zoneamento de áreas para expansão



Fonte: SUAPE/TPF Engenharia (2019, p. 183).

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape propôs uma expansão do zoneamento para ocorrer em quatro etapas. Apesar da etapa de curto prazo ter como prazo limite o ano de 2020, ainda não foi concluída, já que falta a construção do cais 6 e de sua retroárea. As outras expansões do zoneamento estão previstas para: Médio Prazo (2020-2030), Longo Prazo (2030-2035) e Visão de Futuro (Pós 2035). Segundo o documento do CIPS:

As propostas de expansão do zoneamento do Porto resultaram em uma área adicional de terminal futuro de 462,88 ha (quatrocentos e sessenta e dois hectares e oitenta e oito centiares) e 8.428 m (oito mil quatrocentos e vinte e oito metros) de cais contíguos a estes novos terminais. (SUAPE, 2019 p. 178).

Para efeito de comparação, entre a infraestrutura que já foi consolidada no porto interno e a que está para ser consolidada, segundo o plano diretor, até 2021, foram construídos em torno de 1.660 m de acostagem que comporta 5 (2 na ilha de Cocaia) dos 25 cais previstos. Também foi construído até o ano de 2021, 370ha de retroárea, faltando construção de cerca de 400m².

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário do CIPS, a previsão de implantação dos cais 10 ao 25, e suas respectivas retroáreas é após 2035.

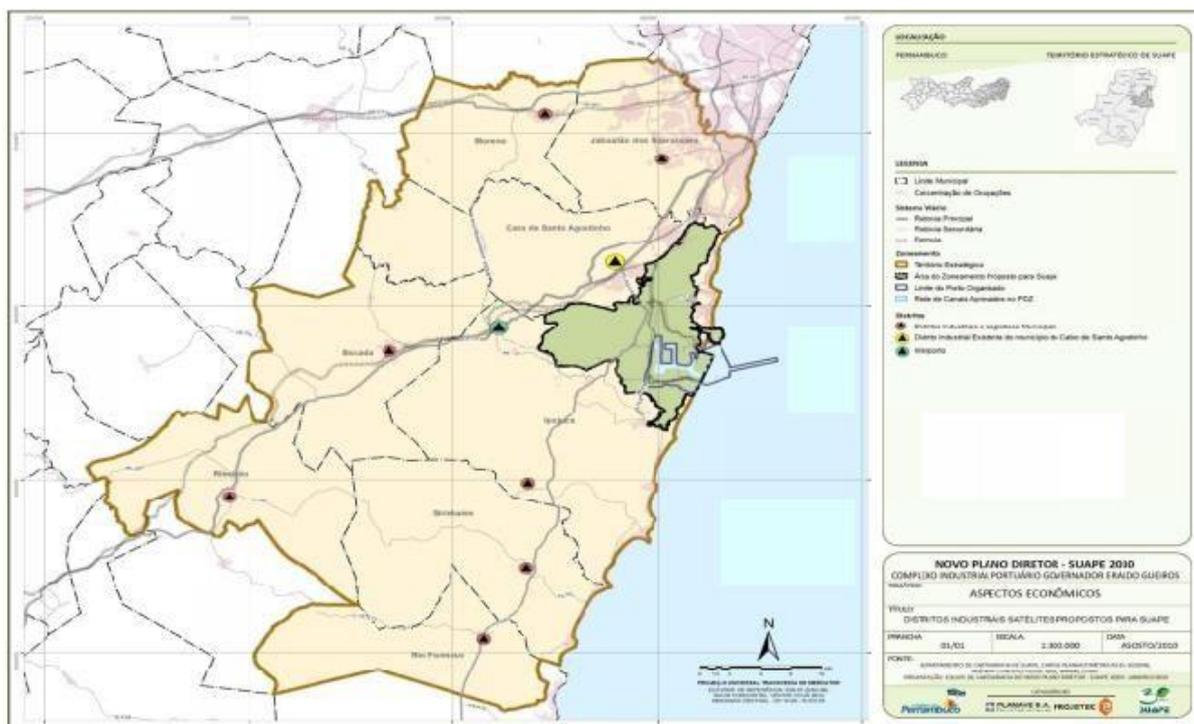
A implantação dos novos espaços de acostagem e retroárea irão provocar mais intervenções de engenharia nas ilhas de Cocaia, Barreiros, Ilha da Cana e nos engenhos Mercês e Massangana. Todas essas localidades são originalmente habitadas por comunidades tradicionais (pescueiras e quilombolas).

Em relação as áreas de zoneamento fora do porto organizado, elas estão divididas em Zona de Preservação Ecológica, Zona Agrícola Florestal, Zona Industrial Periférica, Zona Central Administrativa, Zona Industrial Portuária e Zona de Preservação Cultural. As zonas industriais onde se encontram grandes empreendimentos como a Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima e as outras zonas do CIPS estão estabelecidas sobre áreas de engenhos que originariamente eram habitadas por comunidades campesinas. Segundo o CIPS:

O Complexo Industrial Portuário de Suape conta com um conglomerado de 150 empresas de capital nacional e internacional, em operação ou implantação, cujos investimentos privados ultrapassam R\$ 74,5 bilhões. Juntas, as empresas situadas no Complexo geram mais de 23 mil empregos diretos. Ao mesmo tempo em que ofertam emprego e renda no território estratégico de Suape, esses empreendimentos alavancam a economia do Estado, com a contratação de fornecedores, sejam de pequeno, médio ou grande porte, em todo o Estado. As empresas atuam em onze polos de negócios, são eles: Logístico, Granéis Líquidos e Gases, Naval e Offshore, Petroquímico, Pré-forma Plástica, Componentes Eólicos, Geração de Energia, Alimentos e Bebidas, Material de Construção, Metalmeccânico e o recente polo Farmacêutico. Espalhados pelo território, esses polos elevam Suape ao posto de complexo industrial portuário mais completo do Nordeste do País, recebendo, distribuindo e exportando matérias-primas, insumos básicos e produtos acabados. (SUAPE, 2020).

A quantidade de investimentos não está resumido ao território do CIPS, se expande através da região do Território Estratégico de Suape (Figura 21), onde vem se estruturando um grande polo logístico no eixo-rodoviário Cabo de Santo Agostinho-Recife. Além do mais, enquanto proposta de constituir o modelo de cidade portuária, o CIPS tende a promover uma forte integração produtiva com toda a região metropolitana do Grande Recife, como também, possui um papel fundamental em promover uma forte interiorização dos investimentos no Estado de Pernambuco.

Figura 21 – Território Estratégico do CIPS



Fonte: Consórcio Planave/Projetec (2011, p. 19).

Ao chegar o ano de 2021, devido ao aporte de investimento realizado em infraestrutura, o complexo do CIPS se consolida como o maior porto público do Norte-Nordeste do Brasil e como um dos maiores polos de desenvolvimento econômico do país. Os últimos 20 anos tem destacado o CIPS como grande vitrine do desenvolvimento. A mídia vem explorando muito o novo sistema técnico CIPS enquanto temporalidade técnica hegemônica que integra Pernambuco ao sistema mundo, ou a globalização, como se tornou usual no meio midiático atrelar o termo que se reporta ao global como prenúncio de sucesso e modernidade, quando na realidade representa só mais uma etapa do longo processo de mundialização do capitalismo que traz consigo contradições estruturalmente arraigadas. Neste sentido, segundo Santos (2000, p. 19), “Um mercado avassalador dito global é capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”.

É fato que o CIPS se tornou uma realidade positiva quando se destaca sua participação nos números do PIB do Estado e, principalmente, nos números do PIB do município de Ipojuca, onde se localiza praticamente toda a infraestrutura portuária do Porto Organizado e os investimento estruturadores, como a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape e o Estaleiro Atlântico Sul. Mas também, é fato que tal

desenvolvimento não tem passado muito de indicadores positivos no PIB e não tem se revelado, na mesma proporção, enquanto vetor de desenvolvimento social, ou seja, tem deixado muito a desejar.

Ademais, embora o CIPS tenha se consolidado enquanto polo de desenvolvimento, sua integração com a Grande Recife precisa ser mais fortalecida, como também, apesar de ter uma certa quantidade de empresas instaladas no seu território que agregam valor, precisa fortalecer o processo de territorialização dos fluxos globais para, assim, agregar mais valor e também participar de negócios fora do seu espaço físico.

No que tange a gestão fundiária e ambiental, essas se mostram como grandes desafios do CIPS, pois não se tem estabelecido uma relação dialógica, consensual e transparente, motivo pelo qual são gerados muitos conflitos socioambientais. Tal postura muito se assemelha à praticada na antiga temporalidade técnica, a hegemônica, aquela que se deu entre o latifundiário e seus agregados.

Na realidade, o efeito enclave com suas dialéticas tem se estabelecido no território do CIPS, um desenvolvimento econômico superconcentrado e suas respectivas contradições territoriais e urbanas é que tem se efetivado. Algo que se agrava devido a execução da gestão da autoridade portuária, que não está aplicando o modelo a que se propõe na teoria, o de cidades portuárias. Ademais, para desestimular o efeito enclave, fortalecer a relação porto-cidade ou CIPS-Recife, algumas ações de infraestruturas para favorecer os fluxos que eram previstas, não se consolidaram no mesmo momento do CIPS, ou melhor, ainda nem saíram do papel ao não se consolidaram, como é o caso do Arco Metropolitano que uniria os três polos de desenvolvimento da região metropolitana: o CIPS, o automotivo (em Goiana) e o de Vitória de Santo Antão. A ferrovia Transnordestina, a qual fortaleceria a fluidez entre os espaços marítimos e a hinterlândia do CIPS segundo a escala metropolitana e regional, teve a sua construção interrompida.

O CIPS, enquanto sistema técnico hegemônico, vem representando um enclave de desenvolvimento econômico nos territórios dos municípios que o sediam, vem favorecendo, também, verticalidades que impõem os interesses dos agentes hegemônicos externos sobre o lugar, o que não é diferente de outros períodos da História dos municípios que o sedia, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.

3.4.2 A temporalidade técnica não-hegemônica: camponeses e comunidades tradicionais

As comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras que habitam, ou habitavam no território que hoje é o CIPS, são em grande parte descendentes da população indígena e dos povos africanos que foram escravizados para ser a base do sistema de plantation atrelados aos engenhos de açúcar estabelecidos no território nordestino durante o processo colonial. A estes grupos soma-se a classe social camponesa (poceiro, rendeiro e meeiro), os quais, à margem dos latifúndios monocultores, que atravessaram séculos, resistiram a um processo de exclusão e de opressão estabelecido pelas oligarquias agrárias engendradas como parte da estrutura política dominante. Tais comunidades, além de resistirem, contribuíram para o fornecimento de gêneros alimentícios através da produção de um excedente alimentar a partir de produtos agrícolas, pecuários, extrativos pesqueiros e vegetais. Tais grupos, como parte do próprio processo em que a história se dá, a totalidade em movimento, através da reprodução contraditória do capitalismo, resistiram até os dias atuais, mantendo as suas formas de produção, seus sistemas técnicos, mesmo que em condições adversas, para atender as demandas dos seus modos de vida.

Os sítios, ferramentas, plantações, casas e modos de vida das comunidades que ainda habita ou habitavam o território do que hoje se entende como parte do CIPS, enquanto rugosidades, compõem a atual estrutura vigente, o que comprova a resistência histórica desses grupos ao processo de expansão capitalista, resistência essa que se perpetua através da tradição repassada de geração para geração e fortalecida pelo elo com os seus territórios de vida, de bem viver e, portanto, que garante não só a sobrevivência desses grupos, mas também, as suas memórias afetivas e identitárias.

Tais rugosidades representam uma temporalidade hegemônica pelo novo sistema técnico atrelado ao CIPS, sistema técnico que impõe aos camponeses e comunidades tradicionais a sua hegemonia através das suas formas, no caso, estrutura portuária, vias de acesso, fábricas e equipamentos que, somados, compõem o complexo industrial-portuário do CIPS.

Tendo como base a pesquisa bibliográfica, documental e as observações de campo, somadas a conversas informais nas comunidades, foram colhidas informações que apontaram para a realidade socioambiental do objeto empírico antes

da fundação da pedra fundamental do CIPS, em 1974, como também, antes do início das obras do complexo nos anos finais da década de 1970. Neste sentido, o estuário de Suape estava com a formação de manguezal em equilíbrio, a qual predominava nas Ilha de Cocaia, Ilha de Tatuoca, Ilha Barreiros e Ilha da Cana e adentrava pelos caminhos sinuosos do estuário. Os modos de vida das famílias que habitavam as ilhas de Cocaia e Tatuoca estavam baseados na pesca (Figura 22) e na coleta de frutos, segundo uma lógica de formação do saber através da ancestralidade. Os habitantes dessas ilhas que fazem parte de Ipojuca, foram desterritorializados e transferidos para as vilas de Suape (Figura 23), Cepovo e Nova Tatuoca, todas no Cabo de Santo Agostinho.

Figura 22 – Pescador em manguezal do estuário de Suape .



Fonte: Renata Albuquerque da Comissão Pastoral da Terra
(FÓRUM SUAPE 2018, nº 23, p.1)

Figura 23 - Barcos da comunidade pesqueira relocada para a Vila Suape.



Fonte: autor

Nos sítios estabelecidos em espaços de transição entre o manguezal e os terrenos de maior elevação, onde originalmente eram cobertos pela Mata Atlântica, os modos de vida das famílias estão baseados, além da pesca e da coleta de frutos, na agricultura de subsistência e na criação de animais, a exemplo das comunidades dos Engenhos Mercês e Massangana, onde se encontram respectivamente duas comunidades quilombolas. Portanto, consideramos na nossa análise que as comunidades das ilhas de Cocaia, Tatuoca, as quais possuíam seus modos de vida baseados na pesca artesanal, como também, os quilombolas dos engenhos Mercês e Massangana, se tratam de povos tradicionais. O decreto nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais estabelece que povos tradicionais corresponde a:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Em relação aos Territórios Tradicionais, o mesmo decreto considera ainda que:

Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, Decreto 6.040, art. 3º, § 2º).

Tais comunidades se identificam com o sentimento de pertencimento aos seus territórios através das suas ancestralidades, que lá também viviam há dezenas ou centenas de anos. De acordo com as observações e conversas informais realizadas em campo, se repercute elos familiares enraizados no território há várias gerações, estando esses relatos informais mais identificados com a população africana, escravizada para trabalhar nas plantations da cana-de-açúcar dos engenhos da região. Através das observações e conversas informais não se percebe de maneira contundente uma memória identitária mais efetiva atrelada as populações indígenas que ali habitavam, principalmente, relacionada aos Caetés, que ocupavam a região quando do início da implantação da atividade canavieira, salvo exceção de possível elo da comunidade que habitava a Ilha de Cocaia, como sendo descendentes de indígenas.

No entorno mais afastado temos a exploração da cana-de-açúcar, da agricultura de subsistência, da criação de animais e o extrativismo vegetal, que são base dos modos de vida das comunidades. Já a prática da pesca está relacionada à proximidade com os manguezais, sendo esta atividade predominante nas ilhas do estuário cobertas por manguezais e, à medida que as territorialidades são estabelecidas mais distantes dos mangues, tal prática tende a diminuir, predominando a lavoura e a criação de animais. Dessa maneira, utilizaremos para caracterizar os modos de vidas de tais comunidades o conceito de camponês, entendendo este como proprietário da terra, foreiro, posseiro ou parceiro, podendo ele, nos momentos de dificuldades financeiras em seus modos de vida e, esporadicamente, ser um trabalhador assalariado, porém, sendo sua produção agropecuária a base do seu modo de vida familiar e, também, entendendo que o camponês “vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade” (MARTINS, 2003 apud SOUZA & CONCEIÇÃO, p. 60). Ademais:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e ajuda mútua encontrados nas famílias e fora

das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008 apud SOUZA; CONCEIÇÃO).

Portanto, a terra para a comunidade camponesa se torna base para os seus modos de vida.

Para um camponês, o trabalho só se dá na terra e não fora dela. Para não perder o vínculo com a mesma, ele se torna rendeiro, parceiro até mesmo temporariamente, trabalhador assalariado. Contudo, quando expropriados, tais sujeitos vão a público reivindicar não a terra em si, mas trabalho. É uma luta pela autonomia, pelo controle do que é produzido. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 75).

As comunidades, sejam elas de territórios pesqueiros, quilombolas, ou campesinos, construíram na área do que hoje é o CIPS, seus modos de vida em conexão com a terra e/ou com o ecossistema do estuário de Suape, como também, com o ecossistema marinho, também desenvolveram o sentimento de pertencimento para com os seus territórios e seus sítios. Através de modos de vida simples, com a abundância alimentar advinda de várias possibilidades de retirar o sustento familiar, seja através da pesca, da coleta de frutos ou da prática da lavoura de subsistência, podem ofertar, do excedente produzido, uma parcela para ser comercializado em feiras livres de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Recife ou até mesmo nas beiras de rodovias da região, como mostra a figura 24.

Figura 24 - Postos de venda de produtos camponeses de um dos engenhos do que hoje é o CIPS.



Fonte: Solá Pérez (2014, p. 48).

Embora a atividade canavieira ainda tenha, em parte, resistido nos engenhos dessa região, as práticas camponesas e das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas permitiram que fragmentos da Mata Atlântica chegasse ao presente ou se regenerasse, como também, o manguezal se mantivesse em equilíbrio ecológico até a implantação do CIPS. Portanto, a temporalidade técnica presente nos modos de vida dessas comunidades se atrela à necessidade de se integrarem aos ecossistemas remanescentes, porque deles dependem as suas sobrevivências.

4 A PERMANÊNCIA DE UMA LÓGICA PERIFÉRICA

Apesar do CIPS ter sido construído com a funcionalidade principal de ser o grande polo de desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste e atualmente se propor a seguir um modelo de gestão portuária desterritorializada, participativo, democrático, tendo como referência o porto de Roterdan, na Holanda, vem desde do início da sua fundação praticando uma gestão centrada na figura do Estado, de maneira a atender os fluxos da globalização, principalmente os alheios as lógicas endógenas. Segundo afirma Santos (2000, p.106):

Nestas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua policy – aspira e consegue, mediante uma governance, tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromisso com a sociedade local.

Como consequência principal de um processo de gestão não dialógico com as várias representações institucionais envolvidas pelos impactos (positivos e negativos) do CIPS, tem se verificado uma série de desrespeitos as comunidades campesinas e tradicionais que habitam o território do que hoje é o CIPS, seja em relação a um violento processo de desterritorialização dessas comunidades ou em relação a impactos ambientais que atingem diretamente a base de sustento alimentar e a condição de saúde dessas comunidades. Poluentes lançados na atmosfera e no estuário, além da desconfiguração do lócus identitário dos modos de vida dessas comunidades em prol da materialização do complexo industrial portuário vem se tornando a prática dominante.

Além de que, não só o município de Ipojuca, mas toda a Região Metropolitana do Recife tem passado por graves problemáticas urbanas que se agravam de acordo com os períodos de expansão ou retração econômica relacionado ao contexto nacional, neste sentido, como o CIPS se consolidou como a locomotiva econômica de Pernambuco, tendo o mesmo sofrido nos últimos anos uma considerável desaceleração/retração de investimentos, os impactos negativos na dinâmica territorial urbana se multiplicam, principalmente em relação a habitação, onde se intensifica o processo de favelização. Desta maneira, as verticalidades hegemônicas se impõem a lógica do lugar.

4.1 PRINCIPAIS IMPACTOS NO PROCESSO DE DESTERRITORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CAMPESINAS E TRADICIONAIS

Desde de a segunda metade da década de 1970, quando começa a ser implantado o CIPS, começaram os processos de desterritorialização das comunidades do que hoje é o território do CIPS. De acordo com a síntese de desafios em relação aos aspectos habitacionais apresentada no novo plano diretor SUAPE - 2030,

A permanência do uso habitacional no Complexo dificilmente se mostra viável tanto do ponto de vista da segurança do residente, quanto do ponto de vista das operações portuárias e industriais, ou da proteção do ambiente natural – como se impõe na viabilização de um instrumento deste porte. (SUAPE, 2011, p.)

Portanto, o novo plano diretor do CIPS, indica a continuação do processo gradativo de desterritorialização de mais de 6.800 famílias para fora dos 13.500 ha que compõem o território do CIPS. Essas famílias somam mais de 26.000 hab, os quais vivem (ou viviam) em 28 comunidades, a maioria estabelecidas em antigos engenhos. Neste sentido, o relatório Complexos Industriais e Violações de Direitos: o Caso Suape, da organização não governamental DHESCA BRASIL, aponta que,

Nessa disputa, as remoções integrais ou parciais das comunidades tradicionais é, desde sempre, uma demanda do Estado e das empresas. A implantação dos empreendimentos, já na década de 1970, removeu milhares de pessoas com baixa ou nenhuma indenização e, de acordo com o Plano Diretor da Microrregião de Suape, precisa e pretende remover mais. (DHESCA BRASIL, 2018, p.14)

O processo de reassentamento ocorre desde a década de 1970, porém, se intensificou a partir de 2005, fase de consolidação do CIPS, incentivado principalmente pelos programas federais PAC 1 e 2, e pelos três principais empreendimentos estruturadores do complexo, a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape e o Estaleiro Atlântico Sul. Tal momento atraiu uma grande leva de empresas intensificando realocações das famílias, processo que tem acontecido muitas vezes de maneira violenta, sem que as famílias tenham tempo de tirar seus pertences ou aproveitar materiais da residência para uma nova construção, justamente para que os moradores não tentem reerguer suas casas nos seus sítios (figura 25). Há situações em que as plantações também são destruídas.

**Figura 25 – Destruição de casa de famílias
campesina pelo CIPS**



Fonte: Forum Suape (2019 , nº 17 p.1).

Entre as queixas mais graves está o assédio da polícia e da segurança patrimonial de Suape. Para quem foi retirado/a, existe o desafio de retomar a vida em condições adversas. As comunidades que ficam – além de conviverem com a ameaça permanente sobre o território e as próprias vidas das pessoas – passam a experimentar, em muitos casos, um estado de isolamento. A situação aumenta temores e vulnerabilidades em um contexto também impactado pelas constantes investidas contaminantes e expropriatórias de terra, lagoas, rios, mares, mangues e matas (DHESCA BRASIL, p. 14). Ainda de acordo com mesmo documento:

Esses mesmos grupos funcionam como perseguidores e inibidores de pessoas defensoras de direitos dos/as moradores/as da localidade. É o caso de uma liderança do Engenho Ilha que entrou para o Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. (DHESCA BRASIL, p. 15).

Em relação as compensações recebidas pelos moradores para saírem dos seus sítios, muitos moradores quando recebem o valor da indenização não é suficiente para adquirirem outra casa ou outro sítio na região, tanto pelo valor pago pelo CIPS ser pouco, como também pela grande especulação imobiliária, consequência da valorização dos imóveis devido ao efeito CIPS. Ademais, as ações de regularização fundiária e direito a moradia contam com conjuntos habitacionais e acatamentos

rurais. Os habitacionais são as Vila Nova Tatuoca e Vila Nova Claudete, no Cabo de Santo Agostinho. Muitos moradores sofrem para se adaptar a nova casa, de porte pequeno, construídas com materiais que não favorece um efeito térmico agradável, sem área de sítio e longe do mangue e do mar. Outros moradores foram transferidos para acentamentos rurais, no entanto, segundo conversas informais feitas durante observações de campo, mesmo tendo a terra para plantar, existe uma dificuldade de adaptação ao novo sítio devido estes estarem longe de seus antigos laços afetivos, onde cresceram junto a outros familiares, como também, os aspectos físicos da área rural em Barreiros onde se localiza o assentamento são diferentes dos seus territórios de origem, como por exemplo o solo.

Além do que, segundo os interesses para atender as grandes multinacionais, se prioriza uma lógica em vultosos investimentos produtivos, em detrimento daquelas comunidades que estão sendo sacrificadas para que tais empreendimentos se materializem, sendo as mesmas estabelecidas em novos bairros em que os equipamentos urbanos são de baixa qualidade, a exemplo, a Vila Nova Tatuoca, para onde foram transferidas famílias que habitavam nas ilhas do estuário, que apresenta calçamento irregular, ausência de área verde e precário sistema de drenagem em relação ao terreno de entorno, sendo os sedimentos de um barranco ao lado da vila (figura 26) deslocados para as vias e quintais de residências durante as chuvas torrenciais típicas do clima tropical úmido.

Figura 26 – Vila Nova Tatuoca



Fonte: autor

Portanto, apesar das indenizações, da implantação de habitacionais e assentamentos estarem sendo colocados em prática pelo CIPS, em sua maior parte tais famílias perderam os seus tradicionais modos de vida. Moradores dos sítios encravados nos engenhos ou nos mangues, muitos poderiam ter casas simples ou pequenas, mas seus territórios de vida, de autonomia, não se resumia as paredes da residência, iam além, seja pescando no mar, ou coletando mariscos no mangue, seja coletando frutos de árvores plantadas ou endêmicas, seja plantando ou criando animais, as possibilidades para assegurarem os seus modos de vida eram diversas. De fato, tal realidade mostra que a prioridade não são os sujeitos, não são as lógicas endógenas, mas sim, o alheio aos interesses do lugar.

4.2 ALGUNS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELO CIPS

A construção e consequente ampliação do porto interno para atender as várias necessidades logísticas ou para construção do cluster naval, tem realizado operações de explosões e dragagens objetivando remover material rochoso e sedimentos para aprofundar e ampliar o espaço de operação dos navios no porto interno. Pescadores relatam que como consequência das explosões tem havido morte da fauna, inclusive de peixes ameaçados de extinção, como é o caso do Mero. Em 2013, a mídia local fez a cobertura de um peixe Mero encontrado morto na praia de Suape após operações de dragagem com uso de explosivos. Segundo reportagem do Jornal do Comércio (Figura 27), o peixe media 1,86m, pesava cerca de 100kg e teria uma idade aproximada de 25 anos.

Figura 27 – Peixe mero morto na Praia de Suape



Fonte: Jornal do Comércio, 2013.

A repercussão do caso fez com que a CPRH atuasse em relação ao CIPS tendo como motivação, segundo o Relatório Técnico UGC nº 28/2013 do órgão ambiental do Estado,

Denúncias encaminhadas à CPRH e/ou veiculadas na mídia sobre consequências ambientais adversas provocadas pelas obras de dragagem e derrocagem realizadas em SUAPE, especialmente as relacionadas à morte de fauna marinha protegida por lei e prejuízos à atividade de pesca artesanal. (CPRH, 2013).

Aterros têm provocado a supressão da área de mangue e barramentos (Figura 28) têm provocado a alteração do fluxo normal dos rios do estuário, o que impacta de maneira efetiva a fauna marinha e, conseqüentemente, o meio de vida das comunidades pesqueiras, que dependem do mangue enquanto berçário marinho.

Figura 28 – Barramento no Rio Tatuoca



Fonte: DHESCA BRASIL (2018, p.50).

Após a mobilização dos pescadores contra o barramento, houve a abertura de parte do mesmo para garantir o fluxo do rio Tatuoca. Segundo relatos informais, durante as observações de campo, antes do CIPS se instalar, havia equilíbrio do ecossistema marinho, comprovado pela frequência de tubarões que eram vistos no estuário e que não eram agressivos aos pescadores nem aos banhistas, no entanto, depois das obras de dragagem ter removido areais, onde existiam grande oferta de mariscos, que por sua vez atraíam as arraias, parte da dieta alimentar dos tubarões, estes passaram a não ser mais vistos com a mesma frequência que antes. Como consequência, as marisqueiras tiveram seus rendimentos afetados, devido a coleta de mariscos encontrados nos areais dragados não ser mais possível.

Relatos colhidos in loco durante as observações de campo, apontam para dificuldade que os pescadores tem para navegar e pescar no estuário de Suape, sendo muitas vezes barrados pelos seguranças ou tendo material de pesca apreendido. Além do mais, a zona onde ficam fundeados os navios distanciou o limite mínimo de pesca, tendo os pescadores que navegar a uma distância maior até chegar no ponto apropriado para a pesca. Ademais, o espaço de pesca em mar aberto tem sido prejudicado pela movimentação de navios e pelo despejo de rejeito de dragagem nas áreas conhecidas como bota fora 1 e 2.

4.3 RESISTENCIA DAS COMUNIDADES IMPACTADAS PELO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CIPS

Embora o CIPS tenha como proposta o modelo de gestão portuária landlord port, que visa abrir uma governança desterritorializada em que são envolvidos diversos agentes como representantes de instâncias governamentais do Estado, dos municípios, de empresas e de representantes da sociedade civil, tal política não está sendo posta em prática. No que tange as comunidades residentes no CIPS, as mais impactadas pelo complexo, suas reivindicações, que deveriam acontecer através de um processo dialógico, na maioria das vezes só são feitas ou atendidas através da mobilização social e da resistência, seja para fazer valer o direito a exercer os seus modos de vida em suas propriedades, seja para combater as ações que põem em risco o ecossistema do estuário, necessário para o sustento de muitas famílias (figura 29), seja para ter o direito, mesmo o de ir e vir, sem ter que pagar pedágio para entrar ou sair do complexo (Figura 30).

Figura 29 – Protesto da comunidade pesqueira que atua no estuário de Suape.



Fonte: Forum Suape (2019, nº, 26, p.1).

Figura 30 – Protesto da Comunidade de Mercês contra o pedágio no CIPS.



Fonte: Fórum Suape (2018, nº 22, p.3).

Quando às mobilizações dentro do complexo não são suficientes, as comunidades, junto a ações organizadas da sociedade civil, como é o caso do Forum Suape Espaço Socioambiental, têm denunciado o CIPS para grande mídia, à agências ambientais e aos órgãos judiciais, como, também, a organismos internacionais como OCDE e a ONU (Figura 31).

Figura 31 – Denúncia do Fórum Suape no Conselho de Direitos Humanos da ONU.



Fonte: Fórum Suape (2017, nº16, p.1).

A luta das comunidades campesinas e tradicionais pela preservação dos seus modos de vida, que têm como bases a propriedade campesina e os territórios quilombolas e pesqueiros, pressiona o CIPS não só a respeitá-los, enquanto primeiros ocupantes do território em relação ao complexo, mas também, a aderir a um modelo de gestão que existe na teoria, mas que não é colocado em prática. Tais comunidades deveriam ser as primeiras a participarem de uma mesa institucionalizada de negociações e planejamento, para direcionar o futuro a curto, médio e longo prazo, tendo como parâmetro o atual Plano Diretor do CIPS e tendo como visão um plano diretor que considere as necessidades das comunidades afetadas pelo CIPS.

4.4 IMPACTOS DO CIPS NA DINÂMICA TERRITORIAL URBANA DE IPOJUCA

Com a consolidação do CIPS, o município de Ipojuca passou por intensas transformações em sua dinâmica territorial urbana. Os fluxos imigratórios de trabalhadores de outros municípios, regiões e a até de fora do país, começaram a chegar. Apenas as obras da Refinaria Abreu e Lima, em seu pico de construção, reuniu cerca de 40.000 trabalhadores. A velocidade com que o município fez a transição de uma economia de base primária para a economia industrial, o tornou parte de um enclave de desenvolvimento econômico comandado pelo CIPS, que apesar de gerar um vultoso aumento das arrecadações que são revertidas para o município, não deu tempo o suficiente para a sua infraestrutura urbana se preparar para o intenso processo imigratório, caracterizando a macrocefalia urbana em curso (Figura 32).

Figuras 32 – Crescimento urbano desordenado em Ipojuca.



Fonte: autor

Ademais, a crise política-econômica-institucional enfrentada pelo Brasil nos últimos anos repercutiu diretamente em Ipojuca, devido grande parte dos trabalhadores que estavam sendo mobilizados para obras no município serem disligados dos seus trabalhos. Embora boa parte deles tenha se direcionado para outros municípios do Brasil em busca de trabalho, principalmente os que se enquadravam como mão de obra mais qualificada, parte considerável permaneceu no município.

Dessa maneira, o crescimento urbano desordenado, somado ao efeito sanfona da economia, logo vieram provocar implicações na dinâmica territorial urbana municipal. O aumento do processo de favelização, dos indicadores de criminalidade, do desemprego, da prostituição, do trabalho informal, passaram a fazer parte da rotina do município, gerando grandes desafios para a sociedade de um modo geral. “O inchaço das ocupações irregulares intensificou a precarização da qualidade de vida, e a violência urbana”. (DHESCA BRASIL, 2018, p. 15). Ainda de acordo com o relatório da DHESCA Brasil Sobre CIPS temos que,

A percepção da população sobre a angústia de experimentar o aumento acelerado da violência urbana continua e é reiterada pelos números da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. As estatísticas de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca reduziram em 2013, após o pico representado pelo estudo de vulnerabilidade da juventude negra, mas, em seguida, voltaram a crescer. Em 2017, estavam quase 60% mais elevados se comparados a 2012. (DHESCA BRASIL, 2018, p. 15).

Nesse contexto, o processo de desterritorialização das comunidades originárias do complexo que hoje é o CIPS, vem se somando e agravando, devido a dinâmica territorial urbana em curso no município, visto que, como já relatado, em torno de 4.800 famílias estão passando por um processo de desconstrução dos seus modos de vida, então atrelado a atividades agropecuária, pesqueira e extrativista, para comporem uma reserva de mão de obra das periferias, não só de Ipojuca, mas também do Cabo de Santo Agostinho. Por certo, uma parte dos trabalhadores desterritorializados foi arregimentada em ocupações de trabalho no CIPS, mas a maioria não. A maior parte dessas famílias foi forçada a se adaptar a uma nova realidade, a urbana, em que a agricultura, a extração, a criação de animais e a pesca não têm como acontecer. Muitas das famílias receberam idenizações incompatíveis para a aquisição de uma moradia digna em um enclave de desenvolvimento

econômico, pelo fato da especulação imobiliária visar a maximização do lucro, restando portanto, o agravamento do processo de favelização em curso. Aluguéis inflados concorrem com outras despesas básicas como: alimentação, educação e serviços de saúde, incompatíveis com os poucos recursos financeiros gerados, devido a nova realidade de sobrevivência que afeta as famílias desterritorializadas pelo CIPS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novamente, no processo de expansão da economia mundo, o estuário de Suape e sua hinterlândia são estrategicamente escolhidos para que seja territorializadas e impostas lógicas alheias ao lugar. O município de Ipojuca como parte dessa hinterlândia tem sido – mais uma vez - violentamente impactado devido a uma rápida transição de sistemas técnicos ou temporalidades técnicas. Há quase quinhentos anos atrás se sobrepôs a lógica da economia mundo, em sua etapa colonialista, sobre a lógica dos modos de vida da etnia Caetés, que então habitava a região. Tal lógica se manteve hegemônica através da economia canavieira durante o processo de evolução da economia mundo até a implantação do CIPS.

Na fase colonial, a imposição da lógica externa se deu através da expropriação da terra e impondo sobre a população escravizada, da terra ou da África, como também, a trabalhadores agregados, um sistema de exploração e coerção incompatíveis com o parâmetro que temos de dignidade humana. Na fase industrial da economia mundo vivenciada em Ipojuca, se aboliu a escravidão, mas sistemas coercitivos atrelados a indústria sucroalcooleira se mantiveram, graças a concentração da terra e a exploração da mão de obra em condições que se aproximavam das praticadas nos tempos coloniais.

Com a implantação do CIPS, mais uma vez a lógica dos macroagentes econômicos se impões ao município e se sobrepõe ao território das comunidades campesinastra e tradicionais. Essas comunidades, remanescentes do antigo sistema técnico, vem sofrendo com a nova lógica produtiva, que se sobrepões a elas desorganizando os seus modos de vida, já enraizados de geração para geração há centenas de anos, ou desterritorializando tais comunidades através de processos de desapropriação, transferindo-as para assentamentos fora de Ipojuca ou para os espaços urbanos de Ipojuca ou do Cabo de Santo Agostinho. Quando as famílias das comunidades tentam resistir aos processos de desterritorialização, o CIPS reage através de sua guarda privada, utilizando-se de práticas violentas e coercitivas, valendo-se da intimidação moral, destruição de casas e de plantações. Muitas vezes as desterritorializações são provocadas e acompanhadas pelo próprio aparelho estatal, através da polícia militar. As famílias que aceitam a transferência recebem moradias ou indenizações irrisórias, que não reconstituem seus antigos modos de vida.

O processo de desterritorialização também se dá através dos impactos ambientais que atingem o estuário através das obras de dragagem, aterramento e barramentos, nos locais onde as comunidades pesqueiras e quilombolas retiram todo ou parte do sustento familiar. Os impactos ambientais também são percebidos através de resíduos lançados na atmosfera e nos cursos d'água que chegam até o estuário.

Com relação ao território municipal, o processo de desterritorialização imposto pelo CIPS intensifica o êxodo rural e agrava a problemática urbana, já que o mesmo contribui para o inchamento dos espaços urbanizados, já sobrecarregados pelo processo migratório, típico do efeito enclave relacionado a polos de desenvolvimento econômico.

Diante de tal contexto, o novo não está muito diferente do velho. O CIPS, enquanto megaempreendimento, que teve seu sentido de existir através de narrativas que elegeram o desenvolvimento socioeconômico como razão de existir, estabeleceu como prática um desenvolvimento econômico que alavanca o PIBM de Ipojuca e o PIB estadual em benefício das elites locais e, principalmente, dos macroagentes econômicos da economia mundo, em detrimento da população local.

Desta maneira, dá-se a ênfase de que esse estudo não se coloca contra o desenvolvimento socioeconômico que pode e deve ser possível segundo o contexto da economia mundo atual, também, não se coloca contra o empreendimento CIPS enquanto sistema técnico que pode viabilizar o desenvolvimento socioeconômico. No entanto, tal estudo procura apontar para problemática da população local, que sofre com o processo de desterritorialização em tela e para necessidade de se apropriar do processo histórico que insere as novas e antigas formas (sistema de objetos) na atual estrutura produtiva na qual estão inseridas. Também aponta para a necessidade de que as intencionalidades atreladas às funcionalidades dos sistemas técnicos convirjam em uma dinâmica socioespacial que não venha a sobrepor, como no passado, a lógica exógena sobre a lógica endógena. Salvo as peculiaridades de cada período histórico, os camponeses, quilombolas e comunidades pesqueiras devem insurgirem-se e continuar resistindo assim como os antepassados Caetés e africanos escravizados o fizeram. No âmbito de uma sociedade democrática devem exigir ter vez e voz na formalização das ações futuras do CIPS, de maneira a ter considerado seus modos de vida e, se possível, em uma dimensão de multiterritorialidade.

Em relação ao modelo de gestão portuária, e tendo como base que mais da metade das metas do Plano de Zoneamento do CIPS ainda estão para se

consolidarem, apontamos para a necessidade de que além da teoria, deve-se, na prática, tornar realidade o modelo de cidade portuária, de uma maneira que todos os envolvidos sentem à mesa de decisões e possam ser ouvidos nas várias instâncias institucionais da sociedade, vislumbrando sempre uma gestão portuária que vise os fluxos da economia mundo para favorecer as lógicas endógenas em detrimento das exógenas. Neste sentido, é necessário que sejam consolidadas urgentemente obras estratégicas para irradiar os fluxos socioeconômicos no sentido da região metropolitana, de seu entorno e, principalmente, para o interior do Estado, combatendo assim o efeito enclave em forte expansão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Biblioteca Básica Brasileira, 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1022> Acesso em: 30 /02 /2021.
- ALBUQUERQUE, Renata. **Mostra fotográfica vai retratar os modos de vidas das comunidades tradicionais atingidas por Suape**. Fórum em Ação: Recife, 2018, nº 23, p.1. Disponível em: <https://forumsuape.blogspot.com/> Acessado em: 05/08/2021.
- ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico**. Recife: UFPE, 2011.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDRADE. Manoel. Correia de. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. EESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.
- _____. **A questão do Território no Brasil**. – 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BARBOSA, B. F. **Trabalho indígena na capitania de Pernambuco: produtos e trabalhadores para o trabalho indígena**. Boletim Americanista, v. 52, p. 11-33, 2008.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.
- BRASIL. **Decreto 6.040, art. 3º, § 1º de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. - Brasília: 2007.
- BUGALHO, Henry Alfred. **Carta de Colombo anunciando o descobrimento da América**. SAMIZDAT. Disponível em: <http://www.revistasamizdat.com/2009/10/carta-de-cristovao-colomboanunciando-o.html> Acesso em: 10 /02 /2021.
- CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. **O processo de proletarização do trabalhador canavieiro em Pernambuco**. Revista Pernambucana de desenvolvimento: Recife, Jul. 1984/jun. p. 159-175.
- CONDEPE/FIDEM. **Base de dados dos municípios**. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem> Acesso em 30. de mar. 2021.

COMTOIS, C. & SLACK, B. **Inovar a autoridade portuária no século 21: uma nova agenda de governação.** Cadernos Científicos do Transporte N° 44/2003 - Páginas 11-24.

COZIC, Bertrand Roger Guillaume. **Os modelos portuários na globalização e as suas implicações territoriais.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

DABAT, Christine Rufino. **OS PRIMÓDIOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA TIRIRI.** Recife: PPGH/ UFPE, Clio – Revista de Pesquisa Histórica – 23, 2005.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DESCA BRASIL. **Complexos industriais e violações de direitos: O caso de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. -** Relatório de Missão de Investigação e Incidência, 2018.

DOIS MIL TRABALHADORES OCUPAM A USINA SALGADO. Pastoral da Terra Nordeste II, Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/1772-> Acessado em: 10/05/2021

DOLLFUS, Oliver. **Geopolítica do sistema-mundo: o Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e globalização,** Santos et alli (org.), Editora Hucitec-Anpur, São Paulo, 1994.

EM MANHÃ DE ELOGIOS, HOLANDESES DIZEM QUE SUAPE SERÁ O MELHOR PORTO DA AMÉRICA DO SUL. Jornal do Comércio. <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2010/04/12>. Acesso em: 20/10/2021.

ERTHAL, Rui. **A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade.** In: OLIVEIRA, MÁRCIO Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy.(Org.)Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

FÓRUM SUAPE. **Fórum suape leva denuncia sobre o complexo de suape para ao conselho de direitos humanos da ONU.** Recife: Boletim informativo Fórum em ação, 2017, nº16, p.1. Disponível em: <https://forumsuape.blogspot.com/>. Acessado em: 05/08/2021.

_____ **Conquista: quilombolas de ilha de mercês conquistam isenção da taxa de pedágio.** Recife: Fórum em Ação, 2018, 22, p. 3. Disponível em: <<https://forumsuape.blogspot.com/> > Acessado em: 05/08/2021.

_____ **Mais dragagens estão previstas para 2019 no Porto de Suape:** as obras acarretam grandes impactos à atividade da pesca artesanal. Recife: Boletim informativo Fórum em Ação, 2018, nº 22, p. 3. Disponível em: <https://forumsuape.blogspot.com/>. Acessado em: 05/08/2021.

_____ **Retomada de engenho revela injustiças da política fundiária de Suape.** Fonte: Boletim de notícias Forum em Ação, 2019 , nº 17 p.1.

Disponível em: <https://forumsuape.blogspot.com/> Acessado em: 05/08/2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GALEANO, Eduardo. **Os Filhos dos Dias**. São Paulo: L& PM. 2012;

GASPAR, Lúcia. **Usina Salgado**. In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/ptbr/artigo/usina-salgado/>. Acesso em: 05/10/2021.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. ed. 18ª. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HERMANN, Jaqueline. **CENÁRIO DO ENCONTRO DOS POVOS: a construção do território**. In: BRASIL 500 ANOS. IBGE/ Centro de Documentação e Disseminação de Informação -2. ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 10/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil indígena**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acessado em: 10/05/2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Inaugurada há 20 anos, fábrica da Ford de Camaçari foi alvo de disputa entre estados.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/>. Acesso em: 05 /10 /2021.

MEDEIROS, Helen Maria Palmeira. **Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho/PE**. – Recife: UFPE, 2013.

MILIANO, Marcos A. O.; **UMA HISTÓRIA DO LITORAL PERNAMBUCANO E O PORTO DOS CAMINHOS SINUOSOS**. V COLÓQUIO DE HISTÓRIA. UNICAP: 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1331-1344.pdf>. Acesso em: 20/03/2021.

MONIÉ, Frédéric.; SILVA, Geraldo. **A mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONIÉ, Frédéric.; VIDAL Soraia Maria do S. C. **Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. Revista de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Vol. 40 (6): pp.975-995, Nov./Dez. 2006.

O PORTO DO FUTURO. SUAPE. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/porto/o-porto-do-futuro> . Acesso em: 20/02/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

_____. **A mundialização do capitalismo: e a geopolítica mundial no fim do século XX.** In : Ross, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil – 6. Ed., reimp. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP.

OLIVEIRA, Rinaldo Thomaz. **O território e as questões socioespaciais: UMA análise dos processos de transformação do espaço a partir da implantação do Complexo Industrial e Portuário DE Suape – PE.** Recife: UFPE, 2016.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **O Mito do Bom Francês: Imagens Positivas das Relações entre Colonizadores Franceses e Povos Ameríndios no Brasil e no Canadá.** IEA/USP:1996.Disponível em:<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/perronemoises/bomfrances.pdf> Acessado em: 17/02/2021.

PLANAVE; PROJETEC. **Novo Plano Diretor - Suape 2030.** Ipojuca: Suape, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História do Brasil.** 26.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 23.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Editora Ática, p.1993. 269.

RELATO INTEGRADO 2020. SUAPE. Disponível em: http://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/lei13303/RELATO_INTEGRADO_SUAPE_-_2020.pdf. Acesso em: 20/02/2021.

RELATÓRIO TÉCNICO UGC nº 28/2013. Companhia Pernambucana Recursos Hídricos: 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Blogosecretariodopovo/rt->. Acesso em: 05 /10 /2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental.** – Uberlândia: EDUFU, 2020.

SANTANA, Eduardo Augusto. **História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel de Ipojuca.** Entre 1594 -1780. Recife: UFRPE, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal** Milton Santos. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006a.

_____. **A natureza do espaço: Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. Ed. 4. Reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. – (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** – 6. Ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c. (coleção Milton Santos; 2).

_____. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e meio Técnico- Científico- Informacional / Milton Santos. 4. Ed. 4. Reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d. – (Coleção Milton Santos; 11).

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008e. – (Coleção Milton Santos; 12).

SÃO JOÃO SALGADO, HOJE USINA SALGADO/IPOJUCA.

Engenhosdepernambuco. 2013. Disponível em:

<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2013/12/oengenho-sao-joao-sagado-foi-fundado.html>. Acessado em: 12/06/2020.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Camponês e o Trabalho**: analisando a importância do excedente social. Pegada Eletrônica. Presidente Prudente, v. 11, n. 1, 2010, p. 64 - 76.

SUAPE; TPF Engenharia LTDA. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape**. Ipojuca: 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **História Indígena: 500 anos de despovoamento**. In: BRASIL 500 ANOS. IBGE/ Centro de Documentação e Disseminação de Informação -2. ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.